



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA:
IDENTIDADE, EMPREENDEDORISMO E POLÍTICA NEOLIBERAL**

Autor: Matheus Felipe Gomes Dias

Brasília, 2025



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA:
IDENTIDADE, EMPREENDEDORISMO E POLÍTICA NEOLIBERAL**

Autor: Matheus Felipe Gomes Dias

Dissertação apresentada ao
Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília/UnB como
parte dos requisitos para a obtenção do
título de Mestre.

Brasília, 2025



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA:
IDENTIDADE, EMPREENDEDORISMO E POLÍTICA NEOLIBERAL**

Autor: Matheus Felipe Gomes Dias

Orientadora: Dra. Berenice Bento (UnB)

Banca: Prof. Dra. Berenice Bento (UnB)
Prof. Dr. Edson Silva de Farias (UnB)
Prof. Dr. Cleito Pereira (UFG)

AGRADECIMENTOS

O novo é sempre algo desafiador. Deparar-se com o desconhecido e lançar-se em seu rumo impõe expressivas mudanças, medos, ansiedades e incertezas. Se “bela é a caminhada”, como compreende Fernando Birre, belo também é ter com quem dividir o caminho. Apegando-me ao sentido coletivo da experiência humana, posso compreender que a escrita desta dissertação e a chegada a este momento não foram apenas um sonho meu, mas um sonho gestado e construído a muitas mãos.

Por isso, não poderia concluir este período sem antes agradecer a todos os que fizeram parte desse sonho. Agradeço aos meus pais, Nercina Gomes e José Antônio, que sempre me fizeram acreditar que era possível, ao questionar o que estava dado, amar e lutar. Agradeço às minhas irmãs, Débora e Gabriella, que sempre contribuíram, com carinho e cuidado, para a minha formação enquanto pesquisador.

A escolha do meu tema de pesquisa, bem como as inquietações que se apresentam com frequência, foram acumuladas por anos de discussões, debates e cervejas, realizados em diálogo com os movimentos sociais e com a luta por emancipação. É preciso devolver o que foi roubado (ou negado) ao negro: a possibilidade de ser humano. Tendo isso em mente, não poderia deixar de agradecer a tantos que contribuíram para a construção deste trabalho. Assim, deixo meu agradecimento a Cleito Pereira, Gabriel Teles, Vitória Soares, Abdel Gani, Isidoria Valia, Rosana Pereira, entre muitos outros.

Agradeço aos meus colegas e amigos de Brasília, que tornaram suportáveis a baixa umidade, o calor, a secura e o distanciamento da cidade. Assim, agradeço a Lucas Assis (LAS92), Cristiane Olivia, Philipe Juliano, Jake Farias e Marcus Vinicius. Suportar a distância foi mais fácil com vocês. Agradeço também aos meus amigos, que sempre estiveram ao meu lado, ajudando, incentivando e me apresentando questões: Liana César, Alexandra Novaes, Herbert Henrique, Amanda Walfredo, Lisiane Justino, João Pedro, Flávia Almeida, Thais Karla, Deborah Mauzalto, Rodrigo Aguiar, Gabriell Martins, Beatriz Lima, Gustavo

Carneiro, Vicente Almeida e Bruna Thais. Ter amigos como vocês torna tudo possível!

Agradeço ainda às minhas avós, Olinda Guimarães, Arabela Pereira e Ubelina Pereira. Vocês, cada uma à sua maneira, foram muito importantes para que eu chegasse até aqui. O amor que sinto é inexplicável, e a saudade dói sem bater. Agradeço também a Rejane Dias, Adriana Soares e Gabriel Pereira, familiares que me apoiaram, acreditaram em mim e me inspiraram a seguir. A partir de vocês, estendo o meu agradecimento a todos os meus familiares.

Agradeço à minha orientadora, Berenice Bento, que, de forma amorosa e cuidadosa, me conduziu até aqui. Ouvir você, ler seus textos e acompanhá-la é um privilégio. É um refrigério dividir as trincheiras da luta por emancipação humana com você. Você nos inspira!

Finalmente, agradeço a Mariana Linhares Musgo, minha esposa, companheira e uma das maiores incentivadoras deste trabalho. Obrigado por todos os momentos, por todas as conversas, por ser calma e amor, por acreditar mesmo quando eu já não mais acreditava. Obrigado por dividir o caminho e por me permitir dividir o seu caminho com você. Eu te amo, e sem você isso não seria possível. Obrigado por não me deixar desistir ou esmorecer, mesmo nos dias cinzentos. Você esteve presente em todos os momentos, contribuindo com ouvidos e mente, sempre com carinho, amor e esperança.

Finalizo agradecendo à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro na consecução deste trabalho. Sem isso, a pesquisa não seria possível.

DEDICATORIA

À Nercina Silva, minha mãe; à José Dias, meu pai; à Olindia Guimarães, minha avó (in memoriam); à Mariana Musgo, minha esposa e companheira; e ao meu filho, Alberto.

RESUMO

Este trabalho analisa como o neoliberalismo apreende e ressignifica a identidade negra, transformando-a em objeto de consumo e controle social. Inicialmente marginalizadas, as identidades sociais passaram a ser incorporadas pelo mercado sob uma lógica que Nancy Fraser denomina como vertente progressista do neoliberalismo. No Brasil, essa dinâmica assume a forma de um neoliberalismo meta-progressista, no qual elementos conservadores e progressistas coexistem. A pesquisa, de abordagem bibliográfica e documental, evidencia que essa ideologia emergiu a partir da influência de organizações internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, e foi apropriada por entidades nacionais, como o Instituto Ethos, o Global Entrepreneurship Network, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, para promover políticas de diversidade e inclusão. No entanto, tais políticas operam como estratégias de controle social, gerenciando conflitos e reforçando a ideia de que o capitalismo pode mitigar desigualdades. Nesse contexto, a figura do afroempreendedor não representa o reconhecimento da produção negra, mas sim um meio de superexploração e precarização, justificadas pelo discurso meritocrático. A lógica neoliberal transfere para os indivíduos a responsabilidade por superar barreiras raciais, apresentando o fracasso como consequência da falta de habilidades. Assim, embora celebre a ascensão de alguns negros, o neoliberalismo meta-progressista reforça a exclusão da maioria, consolidando sua ideologia de controle e conformação social.

Palavras-chave: Afroempreendedorismo. Consumo. Identidade. Negritude. Neoliberalismo. Neoliberalismo meta-progressista.

ABSTRACT

This study analyzes how neoliberalism apprehends and redefines Black identity, transforming it into an object of consumption and social control. Initially marginalized, social identities have been incorporated into the market under a logic that Nancy Fraser refers to as the progressive strand of neoliberalism. In Brazil, this dynamic takes the form of meta-progressive neoliberalism, in which conservative and progressive elements coexist. The research, based on bibliographic and documentary analysis, highlights that this ideology emerged under the influence of international organizations such as the World Bank and the International Monetary Fund. It was later appropriated by national entities such as the Ethos Institute, the Global Entrepreneurship Network, the Brazilian Service of Support for Micro and Small Enterprises, and the Federation of Industries of the State of São Paulo to promote diversity and inclusion policies. However, such policies function as strategies of social control, managing conflicts and reinforcing the notion that capitalism can mitigate inequalities. In this context, the figure of the Black entrepreneur does not represent the recognition of Black production but rather serves as a means of overexploitation and precarization, justified by the meritocratic discourse. The neoliberal logic shifts the responsibility of overcoming racial barriers onto individuals, framing failure as a consequence of a lack of skills. Thus, while it celebrates the rise of a few Black individuals, meta-progressive neoliberalism reinforces the exclusion of the majority, consolidating its ideology of control and social conformity.

Keywords: Afro-entrepreneurship. Consumption. Identity. Blackness. Neoliberalism. Meta-progressive neoliberalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: NEOLIBERALISMO COMO NOVA TECNOLOGIA DE GESTÃO DA VIDA SOCIAL	19
1.1 Do neoliberalismo conservador ao neoliberalismo progressista	19
1.2 Neoliberalismo e identidade: uma mudança de paradigmas?	27
1.3 Neoliberalismo e progressismo? Em busca de um novo enquadramento conceitual.....	35
CAPÍTULO II: CONSUMO, NEOLIBERALISMO E IDENTIDADE.....	44
2.1 Consumo como expressão de cidadania	44
2.2 Consumo e identidade	49
CAPÍTULO III: EMPREENDEDOR, AFRO-EMPREENDEDOR, EMPREENDEDOR NEGRO OU UM NOVO TIPO?	57
3.1 O empreendedorismo e a figura do empreendedor	57
3.2 O Empreendedorismo e a empresa de si mesmo: impactos da nova ordem neoliberal	60
3.3 Do empreendedorismo negro ao afroempreendedor	68
CAPÍTULO IV: EMPREENDEDORISMO E IDENTIDADE – UMA NOVA IDEOLOGIA DE MERCADO?.....	74
4.1 Uma nova ideologia de mercado?	75
4.2 Inclusão e diversidade: pode o capitalismo superar as desigualdades baseadas na identidade?.....	80
4.3 Empreendedorismo e identidade: controle e conformação social?.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS.....	103

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar o fenômeno da apreensão das identidades, em especial a identidade negra, sob a égide do neoliberalismo. Ao se modificar, esse modelo passa de uma perspectiva reacionária, na qual as identidades sociais eram, sobretudo, marginalizadas e secundarizadas na ótica do mercado e do consumo, passando por um processo que Fraser (2020) entende como uma vertente progressista do neoliberalismo.

Sendo o neoliberalismo um modelo de gestão da economia e da vida social, ele se espalha pelos mais diversos espectros. Se antes a perspectiva capitalista pautava-se em uma dinâmica em que as identidades estavam submetidas a um processo de hierarquização rígida, definida por um sistema de classificação e estigma que criava barreiras para a mobilidade social, hipotetiza-se que, neste novo momento do regime de acumulação, uma subsunção foi operada no sentido de fornecer maiores e mais diversos espaços de acomodação da identidade.

Frente a essa dinâmica, tem-se observado, ao mesmo tempo, como o neoliberalismo busca opor as noções de Estado e Mercado, bem como atua no recrudescimento do papel do Estado na gestão da vida social. Ao impor um processo de desregulamentação, em especial pós-crise de 2008, evidencia-se que elementos que imbuíam a proteção social, o trabalho, a previdência social, isto é, as políticas redistributivas, foram transferidos para o indivíduo como forma de contornar a ausência de postos de trabalho adequados (Brown, 2019).

Esse processo, que se intensifica pós-crise de 2008, consiste no superestímulo ao empreendedorismo, como uma resposta econômica à crise estrutural do capital. Acompanhado dessa dinâmica, verifica-se o crescimento de um fenômeno desencadeado pela resposta neoliberal às dinâmicas e reivindicações sociais, isto é, o empreendedorismo social (Brown, 2019). De acordo com Ferraz (2022), o empreendedorismo social consiste em uma forma de empreendedorismo pela qual os agentes promotores baseiam-se em dinâmicas e relações comunitárias como forma de ingresso no mercado, buscando oferecer respostas e representar o grupo social no qual estão inseridos.

O empreendedorismo social guarda uma relação direta com a perspectiva liberal dos movimentos sociais que se desenvolve a partir da década de 1960, que passam a compreender que, através do ingresso no mercado e mediante o consumo, pode-se amenizar as desigualdades relativas à identidade (Haider, 2019; Ferraz, 2022).

No entanto, é possível considerar como tais perspectivas políticas, pautas e elementos das culturas negras, assim como os movimentos sociais, têm sido absorvidos pelo mercado. Esse processo não apenas contribui para a formação de uma ideologização do indivíduo, promovendo um ideal de meritocracia, mas também resulta em um recrudescimento do caráter político dessas pautas. Ademais, esse processo também se desdobra no âmbito das relações de trabalho, tendo em vista que a perspectiva do empreendedorismo neoliberal, principalmente em sua vertente meta-progressista, tem ocasionado um processo de intensa precarização do trabalho (Antunes, 2020).

A perspectiva do racismo e das desigualdades de identidade como elementos estruturais, ou seja, ligados à lógica estruturante do modelo socioeconômico, tem sido posta à prova, tendo em vista a abertura do mercado para as diversas manifestações da identidade. Conforme argumenta Polese (2020), embora as opressões de identidade possuam um caráter estrutural, ligado à estrutura fundamental do capitalismo e, sobretudo, persistam de forma latente nos mais diversos espectros da vida social, percebe-se uma modificação tanto na postura das empresas quanto nas dinâmicas do mercado, principalmente pela inserção da diversidade e da inclusão nos domínios do capitalismo.

Esses dois fatores estão associados, segundo argumenta o autor, a uma maior mobilização social em torno da representação e, por outro lado, na capacidade dos gestores em recuperar e assimilar os resultados das lutas dos movimentos sociais negros, de mulheres, LGBTQIAP+.

Embora a análise de Polese (2020) possibilite compreender como as transformações no capitalismo, especificamente nos últimos 40 anos, tenham corroborado para criar um quadro diretivo mais diverso, percebe-se, como pano de fundo, uma reprodução das desigualdades de identidade, conforme tentarei demonstrar no decorrer desta dissertação. Esse processo aparece, por sua vez,

como um processo de desigualdade salarial, em virtude da raça, do gênero e da sexualidade. Assim, embora o fenômeno da diversidade do perfil dos quadros diretivos e de gestão das empresas transnacionais tenha relação com a pauta de representatividade, percebe-se que este processo é operacionalizado sob uma nova ótica, isto é, a da conformação e do controle social a partir da identidade.

Por outro lado, pode-se verificar, ainda, outro elemento importante, ou seja, o efeito produzido pela visibilidade desses novos gestores, que consiste em uma maior aceitação das ações das empresas e, ao mesmo tempo, em uma perspectiva de maior interesse dos consumidores e no clima organizacional¹ dos próprios trabalhadores (especificamente de baixa hierarquia), em virtude dessa diversidade.

No domínio da identidade e do consumo, especificamente a identidade "negra", constata-se dois processos: i) o desenvolvimento de um mercado fundado na negritude como algo homogêneo e com elementos culturais únicos, em que seus aspectos materiais e simbólicos são transformados em objetos de consumo. Esse processo fundamenta-se, principalmente, no Afroempreendedorismo, em que a identidade torna-se fundamento de mercado, nos mais diversos espectros do consumo; ii) na apreensão de pautas e reivindicações negras pelo mercado, como é o caso da luta por empoderamento, pela representatividade, pela reconfiguração do "belo", entre outros.

Há ainda um processo transversal que consiste na apropriação de figuras, intelectuais e personalidades negras, constituídas pelo discurso dos movimentos negros, como forma de publicidade. As palavras-chave empregadas incluem pautas específicas do movimento negro e feminista, como empoderamento, representatividade, aliadas a perspectivas neoliberais como empreendedorismo, esforço individual, entre outros.

Esse processo, no qual a identidade e o discurso político e reivindicativo dos movimentos negros são transformados em objetos de consumo, torna-se evidente no âmbito das relações raciais, seja na incorporação de valores e

¹ Parte-se da compreensão de clima organizacional desenvolvida por Bispo (2006). Cf. BISPO, Carlos Alberto Ferreira. Um novo modelo de pesquisa de clima organizacional. **Production**, v. 16, p. 258-273, 2006.

perspectivas contraditórias, seja no enfraquecimento do caráter reivindicativo dessas pautas.

A identidade, especialmente a identidade racial, tem sido transformada sob a égide do neoliberalismo. Pautas históricas, como o acesso a serviços, bens, representação, empoderamento e representatividade, têm se convertido em elementos de consumo. Assim, o problema com a qual este trabalho parte é: Quais são os efeitos da apropriação da identidade e dos elementos culturais negros pelo neoliberalismo e a transformação desses aspectos em objetos de consumo?

Esse processo poderia estar acompanhado, por sua vez, por uma modificação na própria estrutura do neoliberalismo, que passa de uma vertente reacionária - com o entendimento de que os padrões normativos heterossexuais e brancos são atacados e que, portanto, é necessário estabelecer mecanismos de controle social da identidade mais radicais, como se observou, por exemplo, na postura de Donald Trump nos Estados Unidos, mas também na perspectiva de Jair Bolsonaro no Brasil – para o que Fraser (2020) entende como uma visão progressista do neoliberalismo.

Se na perspectiva reacionária as ações do Estado e do Mercado eram impostas de forma unilateral, culminando em conflitos e mobilizações políticas dos movimentos sociais, na perspectiva progressista esta passaria a compreender a participação dos agentes “excluídos” no processo de gestão. Assim, se as identidades divergentes eram tidas como inimigas de um padrão branco e heterossexual, neste novo momento elas passariam a ser integradas ao mercado e às esferas diretivas como uma forma de conformação e controle social? Isso implicaria, por exemplo, na aceitação de determinadas medidas que são nocivas, às custas de mudanças na estrutura social que não alteram a configuração geral das opressões?

Este fenômeno repercute em todas as estruturas sociais, criando novas relações e dimensionando as demandas específicas das identidades aos limites do mercado. Assim, observa-se o surgimento de uma perspectiva individual da identidade e da superação da desigualdade, que passa pelo esforço individual, pela inserção e integração ao mercado.

O culto ao empreendedorismo que, em sua relação com a identidade, vê-se o surgimento do Afroempreendedorismo, que aparece com uma perspectiva ligada, em tese, ao conceito de empreendedorismo, mas que tem como fundamento a identidade racial. Conforme observado anteriormente, essa perspectiva recorre a elementos simbólicos e materiais dos movimentos sociais e os transpõe para a dinâmica do mercado e do consumo.

No entanto, é importante estabelecer um parêntese acerca da relação dos movimentos sociais com o processo de mercantilização de suas pautas e perspectivas pelo neoliberalismo meta-progressista. A perspectiva adotada neste trabalho é, sobretudo, a de que o capitalismo, em seu concurso hegemônico, impõe sobre os movimentos sociais — suas lutas, perspectivas, vitórias ou derrotas — um processo que, segundo Bernardo (2003), pode ser entendido como a hetero-organização do capital.

A hetero-organização opera, segundo Bernardo (2003), como um processo no qual as lutas e vitórias concebidas pelos movimentos sociais em busca da emancipação são absorvidas pelo capitalismo e, ao serem ressignificadas, passam a operar como sustentáculos ou tentáculos do capital. Isso não significa, porém, uma predisposição dos movimentos sociais a aderirem a uma agenda capitalista, tampouco neoliberal, mas sim um processo inverso, no qual o capitalismo captura as conquistas dos movimentos sociais e as transforma em instrumentos de controle e conformação social.

Logo, a perspectiva que orienta este trabalho não compreende a relação entre os movimentos sociais negros e o neoliberalismo meta-progressista como um processo de afinidade, mas como uma relação de resistência, apropriação e conflito. Essa relação marca, por um lado, a necessidade do neoliberalismo de se estabelecer nos mais diversos domínios da vida social e, por outro, a atuação dos movimentos sociais na construção de agendas voltadas para novas sociabilidades e formas de resistência. E, no decorrer deste trabalho, busca-se reafirmar essa perspectiva.

Diante disso, este trabalho tem por objetivo investigar de maneira o neoliberalismo impacta a identidade negra, através de um processo de apreensão de elementos simbólicos (pautas, perspectivas, reivindicações) e materiais e

transformação destes em objeto de consumo. Em relação aos objetivos específicos, busca-se: considerar o fenômeno do neoliberalismo progressista no processo de diversificação dos “corpos” como ideologia de mercado; investigar como o neoliberalismo se apropria das identidades e transforma seus elementos em bens de consumo; analisar a construção do empreendedorismo neoliberal como nova forma de superexploração no capitalismo.

Para a realização desta pesquisa, torna-se necessário aplicar instrumentos e recursos que possibilitem responder ao problema de pesquisa e avaliar as hipóteses lançadas anteriormente. A seleção de métodos e técnicas de pesquisa deve, sobretudo, fornecer condições para responder às perguntas orientadoras. Nesse sentido, busca-se partir de uma abordagem indutiva do objetivo, uma vez que, segundo Gil (2008, p. 10), “parte-se da observação de fatos ou fenômenos cujas causas se deseja conhecer”. O método indutivo é, por suas características e elementos analíticos, amplamente utilizado na pesquisa social e, em especial na sociologia, pois fornece aportes metodológicos que buscam compreender, explicar ou relacionar determinados fenômenos sociais em que o objeto se assenta.

Em face disso, esta pesquisa se ampara, no primeiro momento, na pesquisa bibliográfica como método de investigação científica. Embora não seja necessário conceituar esse método, uma vez que diversos autores já se dedicaram a tal empreitada, torna-se importante destacar o uso de livros e artigos, obtidos através do levantamento em repositórios e indexadores de pesquisa, como é o caso do *Google Scholar*, da *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), do Portal de Periódicos da CAPES, bem como de repositórios de universidades públicas e privadas.

No âmbito da pesquisa bibliográfica, torna-se importante estabelecer critérios de inclusão e exclusão. Assim, em relação aos critérios de inclusão, busca-se aplicar produções escritas em língua portuguesa e inglesa que se dediquem à temática da identidade, da diferença, do neoliberalismo e da transformação da identidade por meio de novas dinâmicas do capitalismo. Esse processo será realizado, sobretudo, a partir da leitura prévia dos resumos e da adequação dos trabalhos levantados aos objetivos do trabalho. Por outro lado, em relação aos

critérios de exclusão, busca-se aplicar a produções que não se enquadrem nas definições estabelecidas.

Embora esta pesquisa se caracterize como uma pesquisa qualitativa, parte-se da compreensão de Collares (2013, p. 113) de que "o método de pesquisa, seja ele qual for, instrumentaliza o teste empírico de teorias e hipóteses, e sua explicitação exaustiva constitui ferramenta poderosa no processo de validação da análise no contexto das ciências sociais". E, posteriormente, acrescenta que "[...] essa divisão entre métodos qualitativos e quantitativos é prejudicial à prática da pesquisa nessa disciplina" (Collares, 2013, p. 114).

Collares (2013) compreende que a pesquisa sociológica deve superar a dicotomia entre a pesquisa qualitativa e quantitativa, uma vez que a teoria é fraca sem a empiria e, ao mesmo tempo, a empiria é impactada sem uma abordagem teórica. A autora apreende que a prática da sociologia deve caminhar por um percurso que correlacione esses elementos, isto é, que seja capaz de reunir enunciados teóricos e empíricos.

Todavia, diante do problema de pesquisa apresentado anteriormente, torna-se importante não o uso de dados estatísticos e amostras populacionais primárias, ou seja, coletados pelo pesquisador, mas sim o uso de bancos de dados e relatórios de pesquisas produzidos por fontes secundárias. Assim, observando a necessidade de uma explicação quantitativa dos fenômenos, busca-se considerar os bancos de dados e relatórios produzidos pela *McKinsey & Company*, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Instituto Ethos.

Embora não se pretenda deter exaustivamente na análise dos dados produzidos por essas organizações, estes servem de subsídio para uma explicação e formulação teórica baseada em elementos empíricos. O uso desses recursos permite observar com maior profundidade o processo de apreensão da identidade pelo neoliberalismo e sua transmutação em objeto de consumo.

O método de análise adota a perspectiva dialético-compreensiva, baseada, sobretudo, nas contribuições de Marx e Engels (2009) e Weber (2001), além da perspectiva operacionalizada pela interseccionalidade, especificamente na

contribuição de Collins e Bilge (2021) e Gonzalez (2020). A escolha dessas perspectivas de análise possibilita compreender o fenômeno através de suas interações e dinâmicas que não estão apenas ligadas aos aspectos econômicos, mas também em outros aspectos polivalentes, como a cultura, a moral, os valores, entre outros – de forma inter-relacionada.

Esse percurso metodológico possibilita responder à questão problema lançada, bem como analisar as hipóteses construídas anteriormente. É imperativo constituir uma abordagem do objeto para além dos aspectos econômicos, destacando a necessidade de quadros empíricos para que se possa considerar de forma mais ampla esse fenômeno.

Assim, o primeiro capítulo realiza uma análise sobre o desenvolvimento do neoliberalismo. Em um primeiro momento, observa-se o surgimento do neoliberalismo e a construção de vertentes conservadoras e progressistas. Em seguida, estabelece-se uma relação entre neoliberalismo e identidade, considerando seus possíveis impactos e inter-relações. Na terceira seção, pretende-se introduzir novos marcos conceituais em relação ao neoliberalismo progressista, considerando as particularidades do caso brasileiro, no qual se propõe o conceito de neoliberalismo meta-progressista.

O segundo capítulo tem como objetivo estabelecer um debate teórico em relação aos aspectos do consumo. A primeira seção analisa o consumo como expressão da cidadania, destacando seus contornos conceituais e a possibilidade de o consumo permitir acesso a espaços sociais mais amplos. A segunda seção, por sua vez, aborda o consumo e a identidade, partindo da perspectiva do consumo como um potencial instrumento inclusivo.

O terceiro capítulo analisa o empreendedorismo e sua transformação sob o neoliberalismo. Para isso, na primeira seção, realiza-se uma discussão sobre o conceito de empreendedorismo, suas características e relações. Posteriormente, na segunda seção, examinam-se os efeitos do neoliberalismo sobre o empreendedorismo e a construção da perspectiva da “empresa de si mesmo”. A terceira seção, concomitantemente, promove um debate sobre a relação entre neoliberalismo, identidade e empreendedorismo, com ênfase na construção da figura do afroempreendedor.

O quarto e último capítulo, por sua vez, busca articular os aspectos teóricos abordados ao longo dos capítulos anteriores. Assim, na primeira seção, realiza-se uma discussão sobre neoliberalismo, empreendedorismo e identidade, constituindo os aspectos que fundamentam a formação de uma nova ideologia. A segunda seção analisa a construção de uma perspectiva de diversidade e inclusão no capitalismo. Por fim, a terceira seção discute o afroempreendedorismo como uma nova forma de controle e conformação social.

Por último, apresentam-se as conclusões obtidas ao longo do trabalho, nas quais se analisam e avaliam o problema de pesquisa e os objetivos propostos. A conclusão busca reunir os principais aspectos observados ao longo do estudo.

CAPÍTULO I: NEOLIBERALISMO COMO NOVA TECNOLOGIA DE GESTÃO DA VIDA SOCIAL

Quem me mandou vir cá abaixo à terra arrastar a calceta da vida! Procurar ser elemento entre o espírito humano?! Para quê? Um triste negro, odiado pelas castas cultas, batido das sociedades, mas sempre batido, escorraçado de todo o leito, cuspidor de todo o lar como um leproso sinistro! Pois como! Ser artista com esta cor! (Cruz e Sousa, Carta a Virgílio Várzea, 1889).

O neoliberalismo e suas tecnologias têm sido alvo de intensos e produtivos debates no âmbito das Ciências Sociais e, principalmente, na Sociologia. Considerar tais debates é um percurso fundamental para este trabalho, uma vez que eles auxiliam não apenas na compreensão das características desse modelo, mas também na análise de suas intromissões e atravessamentos no domínio da identidade.

Partindo dessa perspectiva, busca-se, inicialmente, analisar a construção do neoliberalismo, estabelecendo uma reflexão sobre suas características e configurações no desenvolvimento de novas formas de gestão econômica, política e social. Posteriormente, pretende-se examinar as duas vertentes desse processo, a saber, o neoliberalismo conservador e o neoliberalismo progressista.

A última parte dedica-se a problematizar a relação entre neoliberalismo e progressismo. Embora concordemos com Fraser (2020) quanto à existência de uma vertente não conservadora do neoliberalismo, observamos que esta não pode ser enquadrada como progressista. Por essa razão, propõe-se o uso de um novo conceito: o neoliberalismo meta-progressista. Essa distinção é especialmente relevante pela necessidade de considerar o fenômeno no contexto da realidade brasileira, além de estabelecer um arcabouço conceitual que permita uma compreensão mais aprofundada do tema.

1.1 Do neoliberalismo conservador ao neoliberalismo progressista

O neoliberalismo, enquanto nova forma de governamentalidade², não limita seus domínios ao âmbito das relações econômicas, mas estabelece uma relação direta com a organização da vida social. Isso ocorre tanto pela construção de novos modos de sociabilidade e subjetividade quanto pelo estabelecimento de novas formas de gestão da vida social.

Todavia, é imperativo considerar que o desenvolvimento da nova ordem neoliberal não se deu de forma unívoca, mas sim polissêmica, adaptando-se e transformando-se a partir de contextos específicos. É desse processo dialético de contradição que se formula não apenas uma vertente conservadora do neoliberalismo, mas também o seu oposto: o neoliberalismo progressista³.

Se, desde o pós-guerra, conforme observou Harvey (2008), o neoliberalismo passou de um processo embutido na perspectiva social-democrata para uma dinâmica "declaratória" a partir da década de 1970, aponta-se a construção de formas neoliberais de governamentalidade. Isso ocorre não apenas porque as tentativas de recuperação da crise estrutural se efetivaram por meio de iniciativas diversas, pautadas nas particularidades específicas de cada país, mas também porque essa transição do modelo "embutido" para o modelo "declaratório" não ocorreu de maneira uniforme.

² De acordo com Castro (2009, pp. 190-1), "Foucault utiliza o termo "governamentalidade" para referir-se ao objeto de estudo das maneiras de governar. Encontramos, em consonância com os eixos da noção de governo que mencionamos, duas ideias de governamentalidade. Em primeiro lugar, um domínio definido por: 1) O conjunto constituído, pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma de exercício do poder que tem, por objetivo principal, a população por forma central, a economia política; e, por instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. 2) A tendência, a linha de força que, por um lado, no Ocidente, conduziu à preeminência desse tipo de poder que é o governo sobre todos os outros: a soberania, a disciplina, e que, por outro, permitiu o desenvolvimento de toda uma série de saberes. 3) O processo, ou melhor, o resultado do processo, pelo qual o Estado de justiça da Idade Média converteu-se, durante os séculos XV e XVI, no Estado administrativo e finalmente no Estado governamentalizado (D83, 655). O estudo das formas de governamentalidade implica, então, a análise de formas de racionalidade, de procedimentos técnicos, de formas de instrumentalização. Trata-se, nesse caso, do que se poderia chamar de "governamentalidade política. Em segundo lugar, Foucault chama "governamentalidade" "[...] ao encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si" (DE4, 785)".

³ Há diferentes conceitos e caracterizações para o que chamamos aqui de neoliberalismo progressista. Embora esse fenômeno, em nossa análise, deva ser considerado com outra terminologia, bem como outras características, a adoção do conceito de neoliberalismo progressista ajuda a delimitar, de forma provisória, a argumentação.

Embora autores como Fraser (2020) — utilizado aqui para pensar o neoliberalismo progressista — e Lockmann (2020) — referência para a nova governamentalidade neoliberal conservadora — estabeleçam como pontos de partida a década de 1990 para a ascensão do modelo progressista e, a partir de 2008, para o modelo conservador, é importante destacar que esses limites temporais tendem a se apresentar de maneira distinta em nossa análise.

Essa explicação é relevante, sobretudo, porque aparece na própria definição dessas autoras, considerando que, no contexto de efetivação desses modelos, o modelo anterior ou posterior já se fazia presente. Brown (2018), conforme pretendemos observar, fornece subsídios importantes para refletir sobre a concomitância dos modelos conservador e progressista do neoliberalismo, especialmente ao evidenciar que a moralidade e o mercado são, segundo Hayek, formas singulares de provisão de recursos.

Mas então, diante desse quadro, como diferenciar o modelo conservador do modelo progressista? No que concerne à perspectiva conservadora, esta pode ser observada a partir da crise de acumulação do capital no final das décadas de 1960 e 1970, especificamente no âmbito do recrudescimento do *welfare state*. Esse período também é expressivo porque, segundo Harvey (2008), marca a transição do liberalismo embutido para uma forma declaratória, processo que ganha maior ênfase com a eleição de Margaret Thatcher (1979-1990) na Grã-Bretanha e de Ronald Reagan (1981-1989) nos Estados Unidos.

No entanto, conforme observado por Antunes (2009), a crise da social-democracia forneceu elementos importantes para a construção do modelo conservador, criando, entre outros aspectos, uma oposição entre o Estado e o mercado. Paralelamente, Brown (2018) também identifica que esse período possibilitou uma maior reconciliação entre a mercantilização de todos os aspectos da vida social e sua moralização.

Nesse sentido, Brown (2018, p. 23) argumenta que:

Para Hayek, o mercado e a moral, juntos, são o fundamento da liberdade [freedom], da ordem e do desenvolvimento da civilização. Ambos são organizados espontaneamente e transmitidos por meio da tradição e não pelo poder político. Os mercados só podem funcionar impedindo-se o Estado de neles se imiscuir ou intervir. A moral tradicional só pode funcionar quando se impede igualmente que o Estado intervenha nesse

domínio e quando a expansão daquilo que Hayek chama de "esfera pessoal protegida" confere à moralidade mais poder, amplitude e legitimidade do que as democracias sociais seculares racionais propiciam. Assim, mais que um projeto de ampliação da esfera da competição e valorização de mercado ("economicizando tudo", como argumentei em *Undoing the Demos*), o neoliberalismo hayekiano é um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-nação.

Em termos econômicos, o neoliberalismo conservador — embora não apenas ele, como veremos posteriormente — pautou-se por uma política voltada para uma maior desregulamentação dos mercados, concomitante a uma redução significativa do papel do Estado e à adoção de uma política de austeridade fiscal. Por outro lado, no aspecto moral, o neoliberalismo conservador exerceu uma dinâmica de maior regulação da vida social, impondo não somente a proteção das hierarquias tradicionais — nas quais se encontram as dinâmicas de reconhecimento social apontadas por Fraser (2020) — como também constituiu um elemento em que a liberdade moral deveria ser regulada e exercida no âmbito da esfera pessoal protegida.

Portanto, essa junção entre o aspecto político e o aspecto moral do neoliberalismo conservador operou sobre as políticas de reconhecimento como um processo paradoxal, no qual, por um lado, previa-se a inclusão de grupos subalternizados, mas por outro, essa inclusão era limitada em sua participação em espectros sociais mais amplos e nos espaços de poder mais altos. Nesse contexto, o reconhecimento no neoliberalismo conservador, conforme observado por Fraser (2020) e também destacado por Lockmann (2020), era exercido muito mais em termos formais do que práticos.

Concomitantemente, Fraser (2020) compreende esse processo em termos de distribuição desigual do reconhecimento. Assim, aludindo à discussão de Brown (2018), que aponta que o projeto político-moral do neoliberalismo conservador atuou no fortalecimento das hierarquias sociais, destaca-se o entendimento de Fraser (2020) de que esse processo serviu muito mais como um meio de exclusão do que de inclusão.

De maneira objetiva, o que se pretende considerar é: se o modelo neoliberal se caracteriza pela economicização de todos os espectros da vida social, ao mesmo tempo em que atua no fortalecimento de determinadas hierarquias sociais,

ele opera formas diferenciadas de inclusão e exclusão. Assim, torna-se necessário observar o argumento de Lockmann (2020) no que se refere ao binômio inclusão/exclusão.

[...] Se por um lado partia-se do pressuposto de que todos deveriam estar incluídos, por outro lado, nunca, dentro de uma racionalidade neoliberal, a igualdade foi uma meta. Estar incluído nesses jogos significa ocupar espaços de participação muito distintos, mantendo e reforçando as desigualdades.

Desse modo, embora a inclusão seja um aspecto fundamental e, em certo sentido, uma dinâmica estruturante do neoliberalismo, evidencia-se que, em sua vertente conservadora, essa inclusão aparece como uma “inclusão em diferenciação”. Essa inclusão, por sua vez, decorre-se da perspectiva de que o neoliberalismo, ao se estruturar, compreende a integração e a inclusão como forma de hegemonia. Assim, salienta-se um elemento de extrema importância na lógica neoliberal — seja ela de perspectiva conservadora ou progressista —, isto é, a meritocracia.

O Estado deveria, portanto, ocupar-se de fornecer os meios necessários para a competição, para a fundamentação e estruturação da vida social via mercado, sem criar formas efetivas de promover o reconhecimento ou a redistribuição. Nessa lógica, o mercado aparece como um meio efetivo de prover aos indivíduos, descaracterizados de suas coletividades, os recursos necessários para sua “sobrevivência”.

O neoliberalismo conservador pode ser compreendido, diante desse panorama, como uma perspectiva fundamentada em uma economia política pautada pela redução da participação do Estado na economia, consagrando o mercado como ente capaz de prover o desenvolvimento social. A vertente conservadora atrela mercado e moral, promovendo a redistribuição e o reconhecimento apenas de forma limitada, criando formas singulares de gestão da vida social em que essas relações (redistribuição e reconhecimento) são efetivadas apenas no âmbito formal.

Isso implica considerar, por exemplo, a existência de políticas públicas ou de programas governamentais que preveem uma atuação diante da violência de gênero, mas que, sem uma efetiva destinação de recursos, sem a capacitação de

profissionais em todas as esferas do Estado e sem uma atuação conjunta com a sociedade, acabam por torná-las ineficientes ou incapazes de promover uma mudança na base social. Assim, essa perspectiva de redistribuição e reconhecimento, operada pelo neoliberalismo conservador, prevê um conjunto de políticas desenvolvidas apenas no âmbito formal, na estrutura do Estado, mas que não dispõem de capacidade ou possibilidade de serem efetivadas.

Em face disso, é possível perceber que o quadro analítico constituído por Santos e Berrera (2022) permite uma compreensão mais aprofundada dos contornos da perspectiva conservadora. No âmbito do Estado, evidencia-se a constituição de um Estado mínimo em termos de intervenção e políticas sociais, fortalecendo o mercado como forma de dirimir os problemas sociais e promover a redistribuição e o reconhecimento. Concomitantemente, no contexto econômico, os autores compreendem a austeridade fiscal, a redução do mercado nacional, o crescimento do mercado financeiro nacional e internacional, bem como a limitação dos gastos públicos com políticas públicas.

Além disso, verifica-se no quadro de Santos e Berrera (2022) que, em termos de políticas sociais, o neoliberalismo conservador opera por meio da redução seletiva dessas políticas, transferindo ao mercado, ou extraíndo dele, formas de gestão. Exemplos incluem o recrudescimento de políticas de habitação em favor do crédito imobiliário ou a seletividade nas políticas de redistribuição de renda, que passam a ser baseadas no desempenho.

No entanto, no quadro analítico delineado por Santos e Berrera (2022), pode-se identificar ainda um elemento fundamental: a “Etnia”. Conforme observam os autores, o neoliberalismo conservador caracteriza-se por uma “Dominación de las etnias blancas” (Santos; Berrera, 2022, p. 183). Essa perspectiva de dominação branca apresentada pelos autores não está isolada de uma discussão mais ampla. Pelo contrário, tal dinâmica insere-se também na compreensão de Brown (2018) e Fraser (2020), especificamente no debate sobre a manutenção das hierarquias sociais. Essas hierarquias, baseadas na moral, criam formas de subalternização do “outro” por meio de tecnologias que fortalecem a exclusão social.

Refletindo sobre o neoliberalismo progressista, nota-se, com base em Fraser (2020), que essa perspectiva tem início na década de 1990, identificando-

se principalmente a partir do governo Bill Clinton (1993-2001). A autora compreende que a hegemonia de um progressismo neoliberal operou não somente através da combinação de diferentes perspectivas sobre distribuição e reconhecimento — ao reunir a “direita” e a “esquerda” neoliberais em um projeto político —, mas também deu fôlego à manutenção do neoliberalismo como modelo hegemônico.

Na definição de Fraser (2020, p. 24),

O bloco progressista-neoliberal combinou um programa econômico expropriativo e plutocrático com uma política de reconhecimento liberal-meritocrática. O componente distributivo desse amálgama era neoliberal. Determinadas a libertar as forças do mercado da pesada mão do Estado e da moenda dos “impostos e gastos”, as classes que lideraram esse bloco visavam liberalizar e globalizar a economia capitalista. O que isso significava, na realidade, era a financeirização: desmantelamento das barreiras e das proteções à livre circulação do capital; desregulamentação bancária e ampliação das dívidas predatórias; desindustrialização; enfraquecimento dos sindicatos e difusão dos trabalhos precários e mal remunerados.

Ao combinar uma política econômica expropriativa e plutocrática com o reconhecimento liberal-meritocrático, o neoliberalismo, em sua vertente progressista, pode reunir elementos que pudessem fundamentar uma nova ordem na gestão da vida social. Ao contrário de uma perspectiva conservadora, em que as identidades e as políticas de reconhecimento eram concebidas apenas no âmbito formal, sem ter efeitos práticos na vida social, o neoliberalismo progressista desenvolveu formas de inclusão e de diversidade baseadas em uma lógica de mercado.

Aqui encontra-se, ao nosso ver, o elemento de distinção fundamental entre as vertentes conservadoras e progressistas, isto é, a perspectiva do reconhecimento. Concebendo a manutenção da política de Estado mínimo, de austeridade fiscal e de transferência da gestão da vida social aos ditames do mercado, o neoliberalismo progressista também concebeu formas de diminuição ou redução das desigualdades baseadas na identidade.

Esse processo, justifica-se, segundo Fraser (2020, p. 24), porque:

Para que o projeto neoliberal triunfasse, tinha que ser reembalado, receber um apelo mais amplo e ligado a outras aspirações emancipatórias não econômicas. Somente quando adornada como progressista é que uma economia política profundamente retrógrada poderia se tornar o centro dinâmico de um novo bloco hegemônico.

Em termos de uma política neoliberal progressista de reconhecimento, verifica-se que não houve uma proposta de abolir as hierarquias sociais, nem tampouco, no programa neoliberal progressista, o desenvolvimento de formas que pudessem reduzir, de maneira macrossocial, as desigualdades baseadas na identidade. O que ocorreu, conforme observa Fraser (2020), foi um processo que visava “diversificar a hierarquia social”, isto é, permitir, por exemplo, “‘empoderar’ mulheres ‘talentosas’, pessoas de cor e minorias sexuais para que chegassem ao topo” (Fraser, 2020, p. 25).

Não se trata, portanto, de promover meios para a redução das desigualdades e da subalternização baseadas na identidade. Pelo contrário, o programa neoliberal progressista objetivou constituir um novo ethos no qual o capitalismo não mais seria visto como um sistema excludente, mas como capaz de desenvolver formas de manejar a exclusão e as discriminações. No entanto, é importante reforçar a perspectiva de Fraser (2020), que compreende que, ao vincular o reconhecimento à meritocracia, o neoliberalismo progressista fundamentou a superação na autossuficiência, na autogestão e no autogoverno de si mesmo, excluindo o Estado de suas funções redistributivas e de reconhecimento, o que condenou a maioria ao “porão”.

No Brasil, a intromissão do neoliberalismo progressista pode ser observada, sobretudo, no período que compreende os quatro mandatos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), de 2003 a 2016. Embora a gestão do PT tenha contribuído significativamente para a redução das desigualdades econômicas e identitárias, por meio de uma política fundamentada no reconhecimento social de grupos de identidade antes contemplados de forma meramente formal, demonstra-se que esse processo não permitiu, utilizando a terminologia de Fraser (2020), resgatar a maioria desses indivíduos dos “porões” da vida social, ou seja, não promoveu mudanças efetivas em suas condições de vida.

A política de reconhecimento do neoliberalismo progressista, implementada pelo Partido dos Trabalhadores, teve, no Brasil, efeitos consideráveis. Em razão disso, pode-se observar que as ações afirmativas possibilitaram o ingresso massivo de grupos sociais antes marginalizados, como é o caso da população negra. Todavia, nota-se que esse processo não refletiu de forma significativa na mudança

da condição de subalternidade desse grupo, que ainda apresenta uma diferença considerável em termos de rendimento.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), em 2022, os negros recebiam, em média, 41,5% menos que os brancos, o que repete aproximadamente a média da disparidade salarial de 2012, que era de 42,8%. Embora as mudanças implementadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores tenham representado avanços importantes no acesso à educação, esse processo não reverberou em mudanças significativas nas condições de vida.

Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicada em 2021, nas duas últimas décadas, 65,1% dos cargos de nível superior foram ocupados por pessoas brancas, em detrimento de 27,3% de pretos e pardos. Mesmo operando políticas de reconhecimento, a lógica do neoliberalismo progressista não promoveu mudanças expressivas na hierarquia social. Pelo contrário, a perspectiva de empoderamento, representatividade e diversidade baseada na meritocracia atuou muito mais para a manutenção da hegemonia neoliberal do que para a redução da condição de subalternidade desses grupos.

Assim, o neoliberalismo progressista pode ser compreendido como uma forma de neoliberalismo que, no âmbito econômico, emprega uma política de redução do Estado em detrimento do mercado, com austeridade fiscal e redução dos gastos públicos com políticas sociais. Por outro lado, o neoliberalismo progressista difere da vertente conservadora ao operar uma política de reconhecimento, apropriando-se de pautas e perspectivas dos movimentos sociais e reduzindo-as a uma lógica mercadológica-meritocrática, possibilitando a ascensão de determinados indivíduos pertencentes a grupos de identidades subalternizadas, sem alterar efetivamente as hierarquias sociais.

1.2 Neoliberalismo e identidade: uma mudança de paradigmas?

O debate sobre as opressões de identidade esteve, ao longo de muitos anos, vinculado a um argumento quase unívoco, ou seja, o de que tais desigualdades e opressões seriam fruto do caráter estrutural do capitalismo. Nesse

contexto, a discriminação racial, a hierarquia de gênero e outras dinâmicas que permeiam a vida social estariam relacionadas a uma estrutura de desigualdade inerente aos elementos estruturais do capital.

Embora tais perspectivas tenham contribuído significativamente para o avanço do campo, bem como para a formulação de aportes teóricos e perspectivas que subsidiaram não apenas a promoção de políticas públicas, mas também o desenvolvimento de mecanismos que possibilitaram aos movimentos sociais estabelecer alternativas anticapitalistas em suas mobilizações, o cenário se transforma com a emergência do neoliberalismo.

O neoliberalismo, por sua vez, não opera apenas nos mecanismos macroeconômicos/macrossociais, mas interfere diretamente nos meandros microeconômicos e microsociais. Ao reduzir a coletividade à individualidade, o neoliberalismo estabelece um conjunto de perspectivas ideológicas que esvaziam os sentidos políticos e os transformam em uma pluralidade de subjetividades individuais e individualizantes.

No contexto da identidade, as categorias que outrora serviram para aglutinar os mais diversos indivíduos — como classe, raça ou gênero — transformam-se em partículas dispersas e difusas, mobilizadas por uma espécie de 'desejo' fragmentador do neoliberalismo, que busca estabelecer novas tecnologias de controle social⁴. Bauman (2005), ao refletir sobre o deslocamento da identidade nacional, fornece um conjunto de elementos que permite considerar os “efeitos” do neoliberalismo na identidade.

O autor compreende, nesse contexto, que a identidade fornece segurança (no sentido de ser e se reconhecer), bem como fundamenta uma perspectiva de pertencimento e localização no escopo de uma lógica discursiva. Esse processo, aliado ao crescente movimento de individualização, insere-se em uma lógica de ambiguidade, isto é: se, por um lado, essas categorias fornecem segurança e capacidade de aglutinar as demandas e reivindicações difusas que a classe não

⁴ Esse processo de fragmentação enfrenta, ao mesmo tempo, resistências e perspectivas contra hegemônicas, que buscam estabelecer novas formas de sociabilidade. Logo, verifica-se que embora a perspectiva de fragmentação social seja a “marca” do neoliberalismo, esse processo não é efetivado sem resistência.

conseguiria efetivar, por outro, elas atuam no sentido de fragmentar e dissolver as possibilidades coletivas, proliferando campos de batalha.

Embora as formulações de Bauman (2005) sejam úteis para compreender o fenômeno da redução de escala das identidades, fornecendo elementos críticos para pensar o desenvolvimento de uma perspectiva que as concebe como elementos imutáveis e estanques (o que implica no resgate de tradições imaginadas, discursos e práticas que lhes são ulteriores), o autor adota o argumento de que o fim das “grandes” categorias é um elemento a ser aceito de forma passiva.

Portanto, importa considerar, no estado de coisas atual, em que medida o neoliberalismo esvazia o sentido de identidade, bem como se apropria das mesmas como forma de controle e consumo. Dialogando com essa perspectiva, Polese (2020) realiza um estudo com empresas transnacionais que fornece indícios importantes em relação a uma “mudança de curso” do capitalismo no que diz respeito às identidades.

Assim, o autor argumenta que os espaços diretivos das empresas transnacionais são formados por um conjunto de indivíduos capacitados para antecipar e gerir os conflitos sociais. Observa o autor:

Os gestores encarregados das empresas transnacionais costumam ser pessoas qualificadas que rapidamente aprendem como recuperar e assimilar os resultados das lutas das "minorias" ativas de negros, amarelos, mulheres, gays, lésbicas, transexuais etc., enquanto o pequeno capital e a maioria da classe trabalhadora permanecem muito mais tempo apegados ao nacionalismo e à reprodução dos preconceitos de raça, gênero e sexualidade. Este é um dos motivos que levam a que ganhem vitalidade renovada, no seio da classe trabalhadora, as opressões de gênero, raça e sexualidade, o que leva os setores organizados dos trabalhadores a terem de empreender lutas de reação a essas opressões, identificando-as, muitas vezes, como inerentes ao próprio capitalismo, uma vez que são historicamente persistentes e ocorrem tanto nas áreas de desenvolvimento econômico avançado quanto nas periferias (Polese, 2020, p. 36)⁵.

⁵ A perspectiva de que os gestores possuem a capacidade de antecipar e gerenciar conflitos aparece, sob o prisma da identidade, como uma nova forma de mais-valia. Nesse sentido, embora este trabalho tenha caráter ensaístico, há exemplos importantes a serem mencionados. A construção de uma lógica de mercado pautada na relação entre identidade e consumo criou formas de identificação baseadas em raça ou gênero, como é o caso do 'black money' (ou dinheiro negro) e do 'pink money' (ou dinheiro rosa), que marcam uma segmentação de mercado para determinados públicos. Esse processo não implica necessariamente no empoderamento dessas populações, mas sim na possibilidade de obtenção de lucro por meio da identificação com determinados grupos.

O argumento de Polese (2020) alude a um processo pelo qual a identidade torna-se objeto das empresas transnacionais, sendo estas reconfiguradas e ressignificadas nesse contexto. O autor observa ainda que, ao operar sobre as demandas e reivindicações dos grupos sociais ligados à identidade, incorporando suas pautas, cria-se um novo estado de coisas no qual estas são utilizadas como forma de controle.

Esse controle se dá, por sua vez, através de um processo de diversificação dos quadros gestores, retirando a pecha de que seriam formados somente por homens brancos, cisgêneros e advindos de grupos sociais com capital cultural, econômico e/ou informacional amplo. A diversificação dos quadros de gestão das empresas transnacionais, conforme orienta Polese (2020), consubstancia um processo pelo qual, nos extratos de consumo, nos quadros de baixa hierarquia e nos movimentos sociais, surge uma perspectiva de maior igualdade. Além disso, esse processo opera como forma de conformação, ou seja, ao se evidenciar a diversificação dos quadros de gestão, os consumidores apreendem uma ideia de responsabilidade social da organização frente às desigualdades de identidade.

Todavia, é importante mencionar que isso não significa que tais opressões ou desigualdades no âmbito da identidade deixam de existir através do processo de incorporação ou apreensão. Pelo contrário, conforme observa Polese (2020), mas também observou Dias (2022), nos cargos de média ou baixa hierarquia, as desigualdades salariais, em virtude da identidade, ainda são reproduzidas. Isso implica em um processo pelo qual, por exemplo, os homens brancos ganham mais do que as mulheres brancas, que ganham mais do que os homens negros e que ganham mais do que as mulheres negras exercendo a mesma função.

Portanto, na medida em que o capitalismo neoliberal empreende um processo de apreensão das identidades, através da diversificação dos quadros diretivos, como é o caso analisado por Polese (2020), aponta que este se torna objeto de controle na medida em que desenvolvem uma perspectiva de que o acesso a tais espaços é facilitado. É preciso analisar como, nessa nova ordem

normativa, a diversidade é promovida e incentivada⁶ e, por outro lado, as desigualdades baseadas na identidade são reafirmadas.

Essa ideologia de aparente integração das identidades reverbera, ainda mais, no processo de apreensão das identidades no mercado e no consumo. O surgimento de uma classe média negra, ainda nos anos 90, e a integração de indivíduos e personalidades negras ao cenário e ao “mundo branco” possibilitou ao neoliberalismo incorporar a identidade como objeto de consumo. Lélia Gonzalez, por exemplo, já evidenciava esse elemento ao considerar o caso do jogador Pelé, por ocasião de sua entrevista.

Assim, Gonzalez (2020, p. 212), ao verificar que o mundo do jogador havia sido deslocado para o mundo branco, argumenta que:

De um modo geral é o negro (ou negra) que “subiu na vida”. Como o processo de ascensão social do negro brasileiro ocorre normalmente em termos individuais, ele passa pela lavagem cerebral do branqueamento. Ou seja, cada vez mais distanciado da comunidade negra, ele vai internalizando e reproduzindo os valores ideológicos “brancos” (racismo), chegando ao ponto de se envergonhar e finalmente desprezar sua comunidade de origem.

Embora estejamos de acordo com Gonzalez (2020) no que concerne a uma espécie de negação do *ser negro*, envaidecia-se um processo pelo qual a incorporação de valores, práticas e elementos simbólicos da branquitude poderia aparecer como forma de justificar a ascensão e de ser visto para além de sua “cor”. Assim, no estado atual do neoliberalismo, com a incorporação da identidade no mercado e nos mais diversos espectros da vida social, a negação do “ser negro” poderia ser deixada em segundo plano?

Se antes, havia a necessidade de se branquear para a aceitabilidade nos espaços brancos, negando a cultura e a comunidade negra, na contemporaneidade, essa relação se inverte. Poderia a ascensão social do negro

⁶ Esse processo pode ser exemplificado na atuação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que adotou a diversidade nos quadros diretivos como um dos compromissos para a governança. O objetivo da organização é “[...] gerar e disseminar conhecimento em governança corporativa e influenciar os mais diversos agentes na adoção das melhores práticas, contribuindo para o desempenho sustentável das organizações e, conseqüentemente, para uma sociedade melhor”. Ao mesmo tempo, a diversidade aparece, segundo a organização, “Esse sistema baliza a atuação dos agentes de governança e demais indivíduos de uma organização na busca pelo equilíbrio entre os interesses de todas as partes, contribuindo positivamente para a sociedade e para o meio ambiente”. Disponível em: <https://ibgc.org.br/quemsomos>

não mais significar um abandono dos elementos culturais e sociais da comunidade, mas sim uma conformação com os itinerários da agenda político-econômica neoliberal?

Ao incorporar elementos culturais, a linguagem e as perspectivas dos movimentos sociais, o neoliberalismo estabelece um conjunto de disposições que não apenas se baseiam na meritocracia, mas também reafirmam estereótipos sobre esses grupos. Assim, destaca-se, por exemplo, que, ao adotar um discurso de diversidade e inclusão, o neoliberalismo concebe uma negritude que não apenas está ideologicamente alinhada a uma perspectiva hegemônica, mas também reforça o caráter inclusivo e meritocrático do próprio neoliberalismo. Ao articular identidade, discurso e ideologia neoliberal, o sistema 'produz' sujeitos que, ao ascenderem, passam a defender a lógica da igualdade de condições dentro do capitalismo.

Gonzalez (2020) acerta ao verificar uma das dimensões do problema: a ideologia do branqueamento. Esse processo também é explorado por Fanon (2020), que, observando os jovens martinicanos que viajavam para a França para estudar e incorporavam a língua, costumes e modos de vida para serem aceitos, acabavam provocando um distanciamento de suas comunidades.

Concomitantemente, Souza (2021, p. 46), argumenta que:

O negro que se empenha na conquista da ascensão social paga o preço do massacre mais ou menos dramático de sua identidade. Afastado de seus valores originais, representados fundamentalmente por sua herança religiosa, o negro tomou o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de “tomar-se gente”.

Recorrendo à psicanálise, especificamente em sua forma freudiana, Souza (2021) compreende um estado no qual o ideal do eu do negro é o branco e, assim, a superação de sua condição de subalternidade e ascensão passaria pela apreensão de elementos da identidade branca. A autora demonstra, ao mesmo tempo, por meio da utilização das histórias de vida, como essa relação torna-se o único meio de integração, isto é, de “ser gente”.

Ademais, Souza (2021) observa que, em uma sociedade de classes cujos espaços de poder e de tomadas de decisão são ocupados por brancos, o negro que pretende ascender socialmente deve abdicar de seus elementos identitários,

tomando o branco como referência, como forma de ultrapassar os obstáculos constituídos pela subalternidade.

Acontece, todavia, que neste novo momento do capitalismo neoliberal, o processo de afastamento da comunidade e da cultura não se torna mais uma regra universal? Pelo contrário, seria possível que o capitalismo incorpore essas dinâmicas ao seu modo de reprodução, permitindo não somente que elas coexistam no cenário macrossocial, mas também as impulsiona para o âmbito do consumo?

Esse exemplo pode ser evidenciado no contexto do debate sobre negritude, beleza e mercado. Parte dos problemas de pesquisa buscam considerar, sobretudo, a ausência de produtos e serviços específicos para a comunidade negra, em especial, produtos de beleza e maquiagem. As grandes marcas, por sua vez, mantinham-se ausentes desse cenário, ignorando cada vez mais essa população. No entanto, tem-se observado que, ao incorporar esses grupos sociais, seja através do desenvolvimento de produtos para o consumo, ou na inserção de indivíduos negros na publicidade, tais empresas experimentaram um crescimento expressivo no consumo de seus produtos (Freire, 2019)⁷.

Sansone (2000) busca explicar esse fenômeno através de uma ótica que concebe o crescimento de uma classe média negra, que, ligada não apenas ao debate contra a discriminação racial, buscou também considerar o consumo no circuito da desigualdade. Conforme Sansone (2000, p. 97):

Na população negra, finalmente, um grupo de renda média está se tornando visível. Esse grupo se sente desconfortável com as construções tradicionais da identidade negra como um fenômeno da classe baixa e com a caracterização dos negros como indivíduos incapazes de consumir símbolos de status ou que o fazem de maneira grosseira por causa de sua “falta de modos”. Não é por acaso que, no Brasil, uma parcela crescente das queixas em relação à discriminação racial resulta da preocupação dos negros mais bem-educados e está relacionada ao consumo, normalmente de supérfluos ou de serviços de alta qualidade

⁷ De acordo com relatório apresentado pela Natura & Co (2021), a AVON obteve um aumento de 4,9% em 2020, comparando com o ano anterior. Além disso, o relatório também apresenta um aumento da produtividade das consultoras, passando para 0,5% em 2019, para 1,4% em 2020. Esse crescimento é atribuído, conforme demonstra o relatório, ao “[...] lançamento de um manifesto antirracista e a campanha para uma linha de maquiagem para pele negra. Os lançamentos da Avon no Brasil incluíram novas paletas de cores em todos os produtos de maquiagem facial, cobrindo toda a diversidade de tons de peles brasileiras” (Natura & Co. 2021, p. 10).

A luta contra a discriminação racial passaria por um contexto no qual a superação da condição de subalternidade negra se relacionaria à inserção desse grupo no âmbito do consumo? Conforme será discutido na próxima seção, o empreendedorismo negro já existia, tendo em vista a ausência do negro no mercado. Importa, entretanto, assinalar que esse movimento buscava valorizar a imagem negra no mercado, baseando-se na identidade cultural como elemento determinante.

O debate em relação à discriminação racial, à representação social e política, à violência e ao “empoderamento” da comunidade negra ultrapassaria as esferas do consumo. Dessa maneira, apercebe-se, por exemplo, que inúmeras personalidades e figuras negras de relevância social passaram a adotar um discurso segundo o qual a superação da condição de subalternidade negra estaria intimamente ligada ao consumo, isto é, ao “ter” e ao “ser”.

Nesse novo paradigma, a identidade deixa de ser apenas um marcador social e cultural de determinados grupos sociais, passando a representar marcadores descolados da conformidade discursiva. Haider (2019) evidenciou esse processo ao demonstrar, por exemplo, como determinados coletivos e movimentos sociais negros nos Estados Unidos passaram a reivindicar uma suposta ancestralidade perdida, fundada em elementos simbólicos que lhes são exteriores.

O apego a uma suposta ancestralidade perdida, calcada em elementos simbólicos e materiais de uma africanidade deixada na diáspora, fundamenta essa perspectiva de construção de uma “negritude” ideal no neoliberalismo. O próprio Clóvis Moura (2020) observou como aqui, no Brasil, determinadas tradições, dinâmicas e relações foram ressignificadas, não apenas pelo contexto específico da escravidão, mas também pela ausência de elementos que permitissem a continuidade desses elementos, bem como a necessidade de congregar os mais diversos grupos étnico-culturais.

Ao passar a identidade de um processo mutável e em constante transformação para um processo imutável e estanque, percebe-se que a delimitação rígida de corpos, discursos, elementos simbólicos, entre outros, faz

com que se torne necessário evocar a uma “identidade perdida” como forma de resistência? Conforme Moura (2019, pp. 99-100):

A herança da escravidão que muitos sociólogos dizem estar no negro, ao contrário, está nas classes dominantes que criam valores discriminatórios através dos quais conseguem barrar, nos níveis econômico, social, cultural e existencial a emergência de uma consciência crítica negra capaz de elaborar uma proposta de nova ordenação social e de estabelecer uma verdadeira democracia racial no Brasil. [...] Essa perda ou fragmentação da identidade étnica determinará, por sua vez, a impossibilidade de emergir uma consciência mais abrangente e radical do segmento negro e não branco em geral.

O entendimento de Moura (2019), ao qual compartilhamos, trata-se do argumento de que, na medida em que o capitalismo se transforma e, nesse processo, as lutas de resistência são empreendidas, o capital desenvolve novos mecanismos de controle e de dominação de classe. Nesse novo momento, isto é, o do neoliberalismo como nova ordem normativa, a identidade passa a ser inserida nessa dinâmica de controle e de conformação social.

Esse processo não só opera através de um mecanismo que imobiliza e/ou impossibilita uma aglutinação mais ampla das identidades em torno de pautas reivindicativas específicas, mas também atua por meio de uma dinâmica pela qual tais pautas são mobilizadas para o cenário do consumo e da representação no mundo neoliberal.

Com base nisso, de acordo com Moura (2019, p. 88), “enquanto existirem classes em luta, o dominador procurará, sempre, através do seu aparelho de dominação, destruir os polos de resistência econômica, social, cultural e política dos dominados”. Sob a égide do neoliberalismo, verifica-se que a identidade é transformada elemento de controle, tendo em vista que ela já foi e ainda é uma forma de expressão da resistência contra a subjugação e subalternidade nos mercados. Esse processo de hegemonia neoliberal também enfrenta tensões e resistências, sobretudo no campo da cultura.

1.3 Neoliberalismo e progressismo? Em busca de um novo enquadramento conceitual

Em meados de setembro de 2024, participei do Simpósio Internacional de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, apresentando um trabalho que buscava refletir sobre os avanços do neoliberalismo em sua vertente progressista no campo da identidade, especificamente a identidade negra. Ao final da exposição, fui interpelado com uma série de questões que, de maneira geral, orbitavam em torno do mesmo tema: poderia o neoliberalismo ser progressista? É adequado definir este momento como neoliberal progressista? Não haveria aí uma confusão de conceitos?

Essas questões também permeavam minha mente e causavam inquietações. O conceito de neoliberalismo progressista, utilizado neste trabalho, tem raízes na discussão e definição de Nancy Fraser, dialogando intrinsecamente com o contexto político-econômico estadunidense. No entanto, ao realizar uma “redução sociológica” (Ramos, 2024), buscando considerar os desdobramentos desse fenômeno na realidade brasileira, torna-se relevante pensar em outro conceito.

Conforme observa Connell (2012, p. 10), “a construção de conceitos nas ciências sociais sempre envolve uma reificação da experiência social”. A importação literal do conceito de neoliberalismo progressista não apenas limita a análise sobre a apreensão das identidades no neoliberalismo, mas também evidencia as limitações do próprio conceito na realidade brasileira — contexto ao qual este trabalho se aplica.

Weber (2001) compreende que os conceitos científicos são construções sobre a realidade, isto é, são concebidos, não preexistem. Weber (2001, p. 28) ainda observa que “a ciência é somente um modo possível de ver a realidade, nunca único e final”. Assim, a elaboração de novos conceitos pode ser entendida como uma reelaboração de um olhar sobre a realidade, e não como um afastamento ou recorte isolado.

Considerando a discussão específica da redução sociológica, Guerreiro Ramos (2024, p. 72) argumenta que “à assimilação literal e passiva dos produtos

científicos importados ter-se-á de opor a assimilação crítica desses produtos. Por isso, propõe-se aqui o termo ‘redução sociológica’ para designar o procedimento metódico que procura tornar sistemática a assimilação crítica”.

Embora não se pretenda incorrer em um nacionalismo exacerbado, é importante assinalar que o conceito de neoliberalismo progressista, aplicado à realidade brasileira, possui limites. Considerando o quadro conceitual de Fraser (2020), pode-se evidenciar que esse progressismo neoliberal frente à política de reconhecimento operou de maneira mais ou menos distinta.

Em um primeiro momento, identifica-se que a separação entre as vertentes conservadora e progressista não foi marcadamente desenhada na realidade brasileira. Ao analisar a separação fornecida por Santos e Barrera (2022), explicita-se que os autores identificam o neoliberalismo progressista no período correspondente à gestão do Partido dos Trabalhadores, ou seja, de 2003 a 2016, passando por um período de transição com Michel Temer e, finalmente, culminando na instauração de um modelo conservador e armamentista a partir de 2019, com a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro.

Embora a caracterização que distingue o neoliberalismo conservador do neoliberalismo progressista apresentada por Santos e Barrera (2022) seja relevante para compreender essas distinções, observa-se que a relação entre essas duas vertentes não ocorreu de forma tão linear como apontam os autores.

Isso porque a perspectiva conservadora antecede a ideia de um progressismo neoliberal. O próprio Bresser-Pereira (2010) compreende que, a partir da crise da década de 1970, houve a necessidade de reformar a velha ortodoxia convencional, o que resultou em uma desregulação da vida social, com a redução da participação do Estado na economia, a implementação de medidas de austeridade, o encurtamento das contas públicas, a redução de subsídios para áreas sociais e o rebaixamento dos padrões de vida.

No âmbito do reconhecimento, observa-se que esse processo foi acompanhado de resistência por parte dos movimentos sociais, que se viram novamente inseridos em um contexto de desigualdades. No caso do movimento negro, por exemplo, destacam-se as lutas contra a discriminação racial e o racismo,

as políticas institucionais que impediam o acesso desses grupos ao Estado e a ausência de políticas afirmativas voltadas a essas populações.

A intensificação dessa crise, conforme observa Bresser-Pereira (2010), teve efeitos mais expressivos no Brasil a partir de 1998. É imperativo considerar as políticas implementadas por FHC. A reforma do Estado, conduzida durante seu governo, impactou a vida social com medidas de austeridade e redução da participação do Estado na economia. Em termos de redistribuição, destaca-se a criação de programas sociais de assistência, como o Bolsa Gás, Bolsa-Alimentação e Bolsa-Escola.

Em seguida, no período caracterizado como “Estado de bem-estar social”, que se integra ao conceito de neoliberalismo progressista, analisado por Santos e Barrera (2022), destaca-se que a política econômica empreendida pelo governo dos Trabalhadores conseguiu implementar um programa de reconhecimento neoliberal. Com a aplicação de políticas públicas que, naquele momento, eram urgentes e necessárias — como as ações afirmativas para o ingresso nas universidades e a diversificação da “identidade do Estado” —, observa-se que esse processo não ocorreu mediante uma ruptura com a moral.

Isso decorre, segundo Sodré (2023), de um processo em que o racismo e a discriminação racial, mesmo sendo combatidos na estrutura do Estado, assumem uma forma paraestrutural. De maneira objetiva, nota-se que, enquanto nas altas esferas do poder político admitiu-se que alguns poucos subalternizados pudessem ascender e estar em “pé” de igualdade com a branquitude, a imensa maioria permaneceu excluída.

Em termos morais, embora houvesse uma aliança em torno do desenvolvimento nacional, verifica-se que esse processo gestou, ao mesmo tempo, novas tecnologias autoritárias. As políticas de neoliberalismo de reconhecimento implementadas durante o governo do Partido dos Trabalhadores foram fundamentais, especialmente em um contexto no qual as hierarquias sociais permaneceram quase inalteradas.

Todavia, essas mesmas medidas conviveram e foram permeadas por uma perspectiva moral que tinha origem, inclusive, na própria estrutura do Estado. A vertente conservadora do neoliberalismo não se desfez com a ascensão do Partido

dos Trabalhadores; pelo contrário, imprimiu nessa gestão uma dualidade. A partir da crise de 2008, radicalizada pela crise das *commodities* em 2015, destaca-se o crescimento dessa vertente, que foi alimentada justamente pelo modelo de bem-estar social das gestões petistas.

Nosso argumento, portanto, é que a separação entre a vertente conservadora e a progressista não ocorre de forma tão linear quanto propõe Fraser (2020). Em razão disso, observa-se a necessidade de pensar esse processo como uma perspectiva neoliberal com um programa de reconhecimento meta-progressista. Essa distinção é importante, sobretudo porque, embora as políticas de reconhecimento implementadas durante a gestão do Partido dos Trabalhadores tenham gerado avanços, elas operaram apenas em certo nível das hierarquias sociais, sem necessariamente alterá-las.

Além disso, importa considerar, no escopo de delimitação do reconhecimento meta-progressista, a participação do mercado. No quadro analítico de Santos e Barrera (2022), a relação entre mercado e reconhecimento ocorria de maneira secundarizada. No âmbito da gestão, o trabalho de Polese (2020) demonstra que, em um primeiro momento, as organizações transnacionais passaram a enxergar nos grupos identitários uma forma de ampliar seu alcance, não apenas em termos de oferta de produtos e serviços, mas também pela constituição de novos itinerários de controle.

Esse processo é particularmente relevante para o conceito e, sobretudo, para seu desenvolvimento na realidade brasileira. À medida que os gestores passam a compreender a importância de integrar e diversificar o quadro das empresas, obtêm não apenas maior vazão de seus produtos e serviços por meio da lógica do reconhecimento, mas também criam um ambiente de trabalho mais produtivo e climaticamente mais positivo.

Empresas de consultoria empresarial, como McKinsey & Co., Brain Company e outras, bem como o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, têm produzido pesquisas importantes sobre a diversificação dos quadros de gestão das empresas transnacionais. Em uma pesquisa realizada pela McKinsey & Co., demonstrou-se que organizações que possuem políticas de diversidade apresentam um EBIT 55% maior do que empresas não diversas. Além disso, a

pesquisa indaga aos “colaboradores”: “De modo geral, o quanto você está satisfeito com sua empresa?”. Constatou-se que, nas empresas que empregam políticas de diversidade, os “colaboradores” são quatro vezes mais felizes do que nas empresas que não fomentam tais ações (McKinsey & Co., 2022).

Concomitantemente, a pesquisa *“The Fabric of Belonging: How to Weave an Inclusive Culture”*, realizada pela empresa de consultoria Bain & Company em 2022, com empresas latino-americanas, demonstrou, em relação ao clima organizacional, que empresas que adotam políticas de inclusão e diversidade apresentam “colaboradores” com 14 vezes mais chances de se tornarem “promotores” da organização, em comparação aos que estão inseridos em empresas que não adotam tais políticas.

Os dados fornecidos por essas pesquisas são importantes não apenas porque permitem diagnosticar esse fenômeno na América Latina e no Brasil, mas também porque fornecem subsídios para pensar como a diversidade, a inclusão e o empoderamento têm sido apropriados pelas empresas transnacionais como forma de promover maior assimilação de seus valores e objetivos por parte dos trabalhadores. Ademais, pode-se destacar que esses processos não se limitam apenas ao ambiente organizacional – para usar uma terminologia da administração – mas também têm efeitos no consumo.

A particularidade do meta-progressismo brasileiro reside nesse processo. Na perspectiva do neoliberalismo progressista de Fraser (2020), observa-se que a constituição de um programa neoliberal com uma política de reconhecimento liberal progressista contou não apenas com a aliança entre a “esquerda” e a direita estadunidense, mas também com setores econômicos e financeiros importantes. Por outro lado, no caso brasileiro, pode-se perceber que a participação do mercado ocorreu posteriormente a essa aliança. Vale mencionar, por exemplo, que a própria vitória de Lula ocorreu mediante uma aproximação com a direita e o capital industrial.

O conceito de neoliberalismo meta-progressista oferece subsídios teóricos importantes para se pensar a realidade brasileira, sem descolá-la do contexto internacional. Esse diálogo é importante, sobretudo, porque o neoliberalismo,

enquanto nova forma de governamentalidade, não se limita apenas a um contexto geográfico, nem tampouco se desenvolve de maneira unívoca.

Estabelecer esse paralelo no conceito permite, principalmente, situá-lo na realidade brasileira sem, contudo, abandonar o diálogo mais amplo sobre os efeitos do neoliberalismo como nova forma de gestão da vida social. Essas particularidades, portanto, residem na própria constituição do capitalismo brasileiro, bem como nas dinâmicas específicas da subalternidade ou, conforme compreende Theodoro (2022), instrumentalizam a sociedade desigual.

Além disso, pode-se observar outra característica fundamental do meta-progressismo que, diferentemente de um marco temporal que separa, na perspectiva de Fraser (2020), o neoliberalismo conservador e progressista, no Brasil tal separação temporal não pode ser determinada de forma rígida. Isso ocorre porque, devido à própria característica do neoliberalismo e do presidencialismo de coalizão, diferentes perspectivas e relações encontram-se em um jogo de poder.

O neoliberalismo meta-progressista se inter-relaciona com uma perspectiva neoliberal conservadora, a partir de confluências que buscam gerenciar, de diferentes maneiras, a vida social. Assim, pode-se observar que tais forças buscam moldar os rumos da vida social, enfrentando oposições – tanto sociais quanto dessas forças – a partir de “jogos” de poder que visam efetivar a perspectiva neoliberal de diferentes formas. Objetivamente, o que se pretende considerar é que, no caso brasileiro, o limite entre meta-progressismo e conservadorismo, em termos temporais, não pode ser delimitado.

Os exemplos dessas inter-relações e confluências são diversos, podendo-se destacar o Programa Brasil Sem Homofobia, criado em 2004 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da União. O programa tinha por objetivo “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (Brasil, 2004, p. 11). A existência do programa marcaria, segundo a delimitação temporal proposta por Santos e Barrera (2022), um período de vigência de um neoliberalismo progressista. Todavia, conforme demonstra Daniliauskas (2011), o programa foi paulatinamente atacado por diferentes forças.

No âmbito religioso, o autor destaca a mobilização de grupos evangélicos contra a proposta, baseando-se na perspectiva de que o programa feriria princípios cristãos e promoveria o “homossexualismo nas crianças”. No contexto político-parlamentar, Daniliauskas (2011) observa resistências e discursos contrários à efetivação da proposta, seja em termos federais, seja nas administrações regionais. Na estrutura legislativa federal, o autor destaca a oposição da bancada evangélica e de outros grupos parlamentares, que defendiam que o programa promoveria a homossexualidade. Nas gestões estaduais e municipais, o autor observou resistência de chefes dos poderes executivos, que se opunham à implementação do programa, alegando a autonomia presente no pacto federativo.

Por fim, a partir da vitória de Dilma, pode-se observar um declínio da política, que foi esvaziada tanto em termos de financiamento quanto de um compromisso do governo federal em levar a cabo tal iniciativa. O declínio é evidenciado, sobretudo, a partir das tensões geradas pelo suposto “kit gay”, que foi capturado por uma onda conservadora gestada na própria estrutura progressista. O meta-progressismo, portanto, não pode ser definido em termos temporais, pois, no Brasil, evidencia-se a confluência e inter-relação entre elementos conservadores e progressistas, que não operam em um período específico, marcado pela gestão da estrutura do Estado, mas sim a partir da própria ação e atuação dessas forças na vida social, além do caráter internacionalista do próprio neoliberalismo.

Ao pensar o neoliberalismo, especificamente sua vertente meta-progressista como nova governamentalidade, pode-se observar que a perspectiva de inclusão ou diversidade é deslocada dos movimentos sociais, subsumida e reciclada para o mercado por meio de políticas de gestão empresarial. Essa perspectiva baseia-se, sobretudo, no fato de que, segundo Lockmann (2020, p. 69), “a inclusão não é um conceito unívoco, mas polissêmico, pois apresenta aplicabilidades muito heterogêneas e articula-se às formações políticas que se organizam ao redor de uma racionalidade que orienta as condutas dos indivíduos e suas relações sociais e políticas.”

No decorrer deste trabalho, recorrer-se-á ao conceito de neoliberalismo meta-progressista, entendido como uma vertente do neoliberalismo que, no âmbito econômico, desenvolve políticas de redução do papel do Estado e fortalecimento

do mercado como meio de regulação da vida social, com políticas de redução dos investimentos públicos em políticas sociais, ao passo que transfere para o indivíduo elementos de gestão empresarial e empreendedorismo, nos quais este deve assumir todos os ônus e bônus de sua vida.

Ademais, o neoliberalismo meta-progressista, em seu programa de reconhecimento, busca integrar em seu itinerário perspectivas ligadas aos movimentos emancipatórios, ressignificando-as em seus sentidos políticos e inserindo-as na lógica da meritocracia e do mercado. Esse processo só é possível, por sua vez, quando ocorre maior prevalência do mercado sobre o Estado, o qual tem sua atuação limitada apenas a promover os meios necessários para o ingresso no mercado e sua manutenção.

CAPÍTULO II: CONSUMO, NEOLIBERALISMO E IDENTIDADE

Sanguinolento e negro, de lavas e de trevas, de torturas e de lágrimas, como o estandarte mítico do Inferno, de signo de brasão de fogo e de signo de abutre de ferro, que existir é esse, que as pedras rejeitam e pelo qual até mesmo as próprias estrelas choram em vão milenariamente?!

(Cruz e Sousa, Dor Negra, 1996).

Este capítulo busca analisar um aspecto central do trabalho: a identidade monetarizada pelo mercado – com desdobramentos efetivos sobre o consumo. Pensá-lo exige, por sua vez, um diálogo transversal, considerando-o não apenas como um elemento transformado pelo neoliberalismo e sua forma meta-progressista, mas também como um meio de efetivação da cidadania e construção da subjetividade.

Esse debate precisa considerar como o consumo e a identidade se conectam no âmbito das relações sociais, incorporando elementos e bens não apenas de ordem material, mas também formas simbólicas. Assim, o consumo não pode ser pensado exclusivamente como um aspecto negativo, sendo necessário analisar suas repercussões na manifestação da identidade e da subjetividade, de forma dialética e complexa.

A primeira seção volta-se para a realização de um debate sobre as concepções de consumo, considerando as discussões existente no campo e estabelecendo relações com a construção da subjetividade e a expressão da identidade. Para isso, realiza-se uma análise sobre o conceito de consumo e suas interfaces, com o objetivo de construir subsídios para uma análise que contemple os vínculos com a identidade e o neoliberalismo.

A segunda seção, por sua vez, debate a relação entre consumo e identidade, buscando compreender o consumo e seus efeitos sobre a construção da subjetividade. Nesse sentido, parte-se de uma compreensão do consumo como instrumento de delimitação de um “lugar social”, de construção da distinção e de contribuição para a formação e a expressão da identidade (Enne, 2006).

2.1 Consumo como expressão de cidadania

O consumo e as formas de pensá-lo alteraram-se significativamente na modernidade. Conforme observa Lima (2003), o consumo é analisado por diferentes campos e apresenta distintas perspectivas, o que exige um diálogo entre eles. Lima (2003) argumenta que os estudos sobre consumo emergiram da necessidade de oferecer explicações que superassem o mero preconceito ou uma análise simplista da relação, anteriormente compreendida apenas como uma questão de suprimento das necessidades fisiológicas ou de imitação dos padrões das classes altas.

Pode-se evidenciar que parte desses estudos ignorava, por exemplo, a diversidade de motivações inseridas no contexto do consumo, a diferenciação social, os vínculos, os atravessamentos e, fundamentalmente, o papel do consumo na construção da subjetividade (Lima, 2003). A virada na compreensão do consumo, segundo Enne (2008), permitiu o estabelecimento de uma perspectiva mais ampla, que evidencia uma característica eminentemente social do consumo.

Assim, de acordo com Douglas e Isherwood (2004, p. 26),

Há, atualmente, na literatura profissional sobre o consumo, a tendência a supor que as pessoas comprem bens com dois ou três propósitos restritos: bem-estar material, bem-estar psíquico e exibição. Os dois primeiros são necessidades individuais: a necessidade de se alimentar, vestir e abrigar, e de paz de espírito e recreação. A última é um termo geral que cobre todas as demandas da sociedade. Estas, então, tendem a ser resumidas, grosseiramente, como exibição competitiva. Thorstein Veblen é em parte responsável por isso, se considerarmos a amplitude da circulação de sua análise da classe ociosa e a influência de seu desprezo generalizado pelo consumo conspícuo.

Constata-se que os autores analisam a construção do campo de estudos do consumo considerando essa relação sob duas motivações principais: o suprimento das necessidades individuais e as demandas sociais. No entanto, Douglas e Isherwood (2004) entendem que o consumo deve ser compreendido em conjunto ou como parte integrante do mesmo sistema que explica a disposição para o trabalho, isto é, como parte da necessidade social de se relacionar e de dispor de materiais mediadores para essa interação.

Assim, Douglas e Isherwood (2004) definem os materiais mediadores como um conjunto de bens simbólicos e materiais, tais como comida, bebida,

hospitalidade, flores e roupas, que podem sinalizar felicidade ou expressar luto, entre outros exemplos. De maneira geral, os autores buscam desenvolver uma perspectiva que concebe que "os bens são neutros, seus usos são sociais; podem ser usados como cercas ou como pontes" (Douglas; Isherwood, 2004, p. 36).

O consumo possui uma lógica simbólica mais ampla do que uma perspectiva meramente material. O ato de consumir ultrapassa a perspectiva de suprimento das necessidades básicas de sobrevivência e do processo de dar vazão à produção, incorporando a delimitação de um "lugar social", um estilo de vida, um modo de identificação e de construção da diferença (Canclini, 1997; Enne, 2006).

O conceito de consumo em Canclini (1997) permite considerar essa ênfase simbólica, bem como avaliar suas interfaces. Conforme o autor, o consumo pode ser entendido como um conjunto de processos socioculturais nos quais se realiza a apropriação e o uso de produtos. O consumo, nessa perspectiva, surge como algo mais do que o exercício de gostos, caprichos ou compras irrefletidas.

Ademais, Canclini (1997) afirma que os processos de consumo são complexos, ultrapassando a relação entre manipulados e manipuladores. Assim, com base nessa perspectiva, o autor propõe que o consumo também é um "[...] lugar onde os conflitos entre classes, originados pela desigual participação na estrutura produtiva, ganham continuidade através da distribuição e apropriação dos bens. Consumir é participar de um cenário de disputas por aquilo que a sociedade produz e pelos modos de usá-lo" (Canclini, 1997, p. 54).

Nesse sentido, ao consumir, os indivíduos expressam um conjunto de signos, símbolos e representações que não se restringem apenas ao aspecto material, mas apresentam disposições simbólicas que refletem tanto os aspectos de "classe" quanto se interseccionam com a identidade e a subjetividade. O consumo é permeado por um conjunto de condicionantes que criam disposições que permitem considerar essa relação tanto como racional quanto irracional.

Segundo argumenta Oliveira (2007, p. 119),

[...] os objetos não podem existir isolados, muito menos quando se trata de um tipo de economia em que a produção e o consumo adquiriram tal centralidade e grau de interdependência, eles organizam discursos, enfeixam práticas, não se resumindo à utilidade em sentido mais direto. Assim, supõe-se também que agentes distintos possuiriam competências

e possibilidades distintas de se relacionar com os objetos, seus usos, consumos e exibição.

Baseando-se nessa perspectiva, pode-se ver que o consumo efetiva um processo de representação e construção da subjetividade. Isso implica considerar, por exemplo, as dinâmicas nas quais a população negra busca construir, de forma endógena, produtos e serviços específicos. Esse processo ganha relevância, sobretudo, quando se observa o consumo associado à cultura. Desde o consumo de produtos e serviços ligados a determinados movimentos culturais e artísticos, como o hip-hop, até a oferta de serviços diferenciados em beleza e estética, demonstra-se, fundamentalmente, que o consumo não ocorre de forma desprovida de significado.

Ao considerar que os objetos não podem existir isolados, conforme observa Oliveira (2007), ou que, embora os bens sejam neutros, seus usos são sociais, verifica-se um diálogo intrínseco entre o consumo e a construção da subjetividade e identidade. Outro exemplo pode ser observado ao considerar a perspectiva antropológica do consumo, que o compreende como uma relação ritual, sendo os bens acessórios rituais “dos quais o consumidor se serve para construir um universo inteligível à sua volta” (Lima, 2003, p. 96).

A fragmentação dos consumidores, provocada pela especialização do consumo, foi uma marca do modelo de acumulação flexível. Embora seja possível tecer críticas relacionadas ao desenvolvimento de uma experiência individual de consumo, bem como à construção de uma supra-ideologização do indivíduo (Retondar, 2008), pode-se aferir que esse processo também permitiu que diversos e diferentes grupos sociais fossem alcançados e, em certo sentido, representados no cenário do consumo.

Embora tais críticas sejam melhor desenvolvidas em uma seção posterior deste trabalho, é significativo considerar essa diversidade e suas consequências. Baseando-se nesse debate, Rocha (2005, p. 119) observa que: “a sociedade de consumo se caracteriza por ser absolutamente inclusiva. Não há minoria ou movimento que escape à sua lógica: gays, mães solteiras, negros, crianças - todos encontram aí seu lugar, desde que possam consumir.”

A característica inclusiva da sociedade de consumo, sobretudo a partir da virada promovida pela acumulação flexível, possibilitou, por exemplo, que

determinados grupos sociais, antes marginalizados ou secundarizados, pudessem dispor de bens e serviços adequados às suas particularidades. Trata-se, conforme também observa Rocha (2005), não de impor uma única maneira de “ser”, mas de garantir que toda subjetividade e identidade estejam representadas e possam ser expressas através de mercadorias e bens de consumo.

Logo, ao encarar o consumo como positivo, verifica-se que sua característica de diversidade confere a possibilidade de expressão e de acesso dos mais distintos grupos sociais a bens e serviços que não necessariamente apagam sua subjetividade e identidade, mas os complementam. Rocha (2005) argumenta que:

[...] estaríamos enganados em supor que a sociedade de consumo se afirma em escala mundial substituindo produtos e comportamentos locais por outros, globais. Ao contrário: tudo que é étnico, exótico ou regional surge como “autêntico” ou diferenciado. Assim, a busca de raízes étnicas ou a valorização das culturas nacionais não constituem uma resistência à globalização, mas são antes um de seus efeitos.

A diversidade e a inclusão, pela via do consumo, além de possibilitarem que grupos sociais distintos sejam inseridos e contemplados por essa relação, também permitem a criação de uma diferenciação entre o que é consumido, ou seja, diferentes bens de consumo para diferentes públicos-alvo. Esse processo é particularmente relevante, pois dialoga com uma pauta dos grupos subalternizados: a ausência de representação no consumo

Esse processo pode ser observado, com maior ênfase, no desenvolvimento e na oferta de produtos que atendam a diferentes grupos. Exemplos incluem o desenvolvimento de cosméticos e itens de beleza para a população negra e a fragmentação das linhas de produtos capilares que atendem a um número cada vez maior de tipos de cabelo. Além disso, pode-se destacar que esse processo é ainda mais amplo, contemplando posições políticas, estilos de vida, hobbies, memória e uma diversidade de outras relações.

O consumo, nesse sentido, permite que diferentes experiências sejam representadas, inclusive aquelas que apresentam críticas e resistências à assimilação. Assim, destaca-se o que Rocha (2005) argumenta ao observar que, mesmo a contracultura e os movimentos de contestação, encontram no cenário do

consumo a possibilidade de serem representados, com seus bens sendo transformados em bens de consumo.

Pode-se perceber que o consumo dispõe de características positivas, sobretudo ao promover uma diversidade no acesso a bens e serviços, criando uma diferenciação que atua diretamente na inclusão de distintos grupos sociais, perspectivas, identidades e subjetividades. Esse processo, por sua vez, dialoga diretamente com a cidadania, uma vez que confere aos indivíduos e aos grupos sociais uma experiência que os define como membros da sociedade, atribuindo-lhes não apenas deveres, mas, fundamentalmente, direitos.

Ainda nesse debate, torna-se relevante empreender uma discussão mais aprofundada em relação ao consumo e à identidade, bem como analisar os efeitos que o neoliberalismo apresenta nesse contexto.

2.2 Consumo e identidade

Na seção anterior, buscou-se estabelecer um debate sobre o conceito de consumo, suas delimitações, intersecções e diálogos com a diversidade, a inclusão e a produção da subjetividade. Embora a identidade apareça como algo indissociável dessa discussão, evidencia-se, frente aos objetivos do trabalho, a necessidade de um debate mais aprofundado acerca do tema.

O consumo e a identidade, em uma sociedade como a brasileira – marcada pela colonização, o escravismo, o capitalismo tardio e as dificuldades de integração racial –, constituem uma relação que, à primeira vista, pode ser encarada como dúbia e contraditória. Essa perspectiva se apresenta, por exemplo, ao se observar, na transição do colonialismo para o capitalismo, uma dificuldade não apenas em relação à oferta de bens e produtos à população, mas também uma segmentação e fragmentação baseadas não apenas em barreiras de acesso, bem como na identidade.

As barreiras enfrentadas pela população negra no Brasil no âmbito do consumo já foram amplamente exploradas em outras pesquisas, que buscam reconstituir os dilemas, as contradições e, sobretudo, as alternativas criadas por esses grupos no contexto do consumo. Pode-se destacar, por exemplo, a pesquisa

realizada por Farias (2022), fortemente influenciada pelo estudo de Rocha e Casotti (2017).

Farias (2022), partindo da perspectiva do estigma em Goffman, desenvolve uma compreensão mais ampla em relação ao consumo da população negra no Brasil. Inicialmente, a autora explora a formação de um mercado de consumo no Brasil, destacando a posicionalidade da população negra, não como consumidora ativa, mas como objeto de consumo. Farias (2022) observa, por meio de uma reconstrução histórica, como o mito da democracia racial, as relações étnico-raciais, o racismo e as culturas negras foram mobilizados no decorrer da construção de uma identidade nacional.

Com base nisso, verifica-se, por meio de anúncios e espetáculos (nacionais e internacionais), como se constituiu uma perspectiva de que as culturas negras e as próprias dinâmicas da “democracia racial” eram atrativas, favorecendo o desenvolvimento de uma imagem “positiva” que mantinha os negros apenas como apêndices de um processo de consumo, sem necessariamente serem encarados como agentes.

Essa dualidade, entre a inclusão via produto (mulher negra, mulata, carnaval, samba, futebol) e a exclusão (impossibilidade de se efetivar como público-alvo), começa a apresentar alterações, conforme também observou Sansone (2000). A partir da década de 1990, um grupo negro, mais escolarizado e economicamente mais ativo, buscou apresentar uma contraposição ao que Rocha e Casotti (2017) entendem por uma “lógica de mercado branco”.

Embora Rocha e Casotti (2017) não se dediquem a delimitar essa lógica de mercado branco, é possível evidenciar, a partir de sua pesquisa, os efeitos produzidos por essa relação. De acordo com as autoras, o racismo e a impossibilidade de integração dessas populações ao cenário do consumo produziram uma ótica de invisibilidade e de estigma conferido às populações negras. No contexto de desenvolvimento de bens, produtos ou serviços, o branco era – e, segundo Rocha e Casotti (2017), ainda é – considerado universal no consumo.

Essa perspectiva reverbera, por sua vez, em uma dinâmica em que “empresas falavam para consumidores brancos, como se estivessem atingindo

outros grupos consumidores em suas motivações” (Rocha; Casotti, 2017, p. 52). A invisibilidade e o estigma são, de acordo com as autoras, marcas presentes em uma lógica de subordinação ao mercado branco, que estrutura e distribui de forma diferenciada bens e produtos de consumo.

Em relação ao estigma, recorrendo à perspectiva de Goffman, as autoras compreendem que este se estrutura através da constituição de barreiras e limites nas possibilidades de realização. Nesse sentido, pode-se apontar, por exemplo, a ausência de representação via consumo, seja pela inexistência de produtos ou bens para esse grupo social, seja pela desconsideração desse grupo como público-alvo de consumo (Rocha; Casotti, 2017).

O estigma, nessa lógica, corresponde a um falso axioma que considera os negros inferiores em um sentido amplo (espiritual, cultural, econômico, social, moral, etc.) e que não dispõem das capacidades necessárias para a integração à sociedade. Nesse processo, dois elementos são fundamentais e, por sua vez, não podem ser pensados de forma desassociada da relação entre negritude e consumo: o consumo como forma de integração social (cidadania) – conforme observado na seção anterior – e o consumo como potência de representação e diversidade.

Ao pensar o consumo e, conseqüentemente, o mercado como espaços de diversidade, observa-se que este privilegia a inclusão e a diversidade de agentes, perspectivas e identidades. Rocha (2005) argumenta, por exemplo, que até mesmo a contestação encontra espaço e torna-se, nesse ínterim, um bem de consumo. No entanto, ao considerar o caso dos negros no Brasil, em um primeiro momento, afere-se estes eram compreendidos como incapazes ou como “ausências das qualidades necessárias” para a efetivação do projeto nacional.

Conforme observado em Domingues (2005), constata-se que tais estigmas constituíram, para os negros, barreiras que os impossibilitavam de acessar a cidadania. No âmbito do consumo, especificamente, destaca-se a exclusão desse grupo social como público. Essa impossibilidade de acesso e os estigmas associados aos negros corroboraram, de maneira significativa, para o surgimento de novos enquadramentos do ser.

Domingues (2005) e Dias (2019), por exemplo, analisando a trajetória da Frente Negra Brasileira, esquadrinham um conjunto de anúncios que, voltados para

a população negra, buscavam oferecer um tratamento assimilacionista. No entanto, o exemplo mais claro encontra-se em Braga (2023), que apresenta um conjunto de anúncios voltados a essas populações com o objetivo de oferecer tratamentos e produtos que buscavam “civilizar” o cabelo negro, tornando-o liso, “moderado” e adequado a um padrão de estética branca.

Farias (2022), ao considerar o consumo sob a ótica da identidade e das dinâmicas raciais no Brasil, observa, em relação aos aspectos da beleza, que:

As consumidoras aprendem, por meio do processo de socialização, que há algo “errado” com seu cabelo, sua raça. Esse processo é desenvolvido por meio de dinâmicas de poder na rede social do consumidor. A família teria um papel essencial nessa socialização, podendo conscientizar ou não sobre questões raciais que a menina terá que lidar ao longo da vida, ao, por exemplo, se colocar em ambientes escolares onde a maioria das crianças é branca, lidar com regras no mercado de trabalho quanto à questão de estilos de cabelo, limitações de oferta de produtos numa lógica de mercado branca (Farias, 2022, p. 47).

Todavia, pode-se notar que, dessa relação estigmatizada, surgiram alternativas consumeristas que buscavam, de forma endógena, possibilitar o consumo dos negros. Através de um sistema que, ao nosso ver, pode ser classificado como um sistema de negro-para-negro, voltado à oferta de bens e serviços para este grupo social, diante dos estigmas estabelecidos pelo mercado “branco”.

Há inúmeros trabalhos que se dedicam a analisar esse fenômeno. Nesse sentido, pode-se destacar a pesquisa realizada por Braga (2023), que apresenta a construção de um mercado de consumo negro no âmbito da beleza. A autora demonstra como a própria noção de “belo” e os sentidos associados ao cabelo afro foram sendo paulatinamente transformados, passando de um processo que, em um primeiro momento, objetivava o enquadramento aos padrões brancos, para uma dinâmica que, em um segundo momento, atuou na positivação do cabelo afro como “belo”.

Essa dinâmica relaciona-se ao que se pretende discutir no capítulo III, especificamente os debates acerca dos batalhadores negros e o empreendedorismo negro. Assim, percebe-se que a dimensão do estigma associado aos negros não apenas fortaleceu a ideia de que a integração na

sociedade passaria, invariavelmente, pela adoção do mundo branco como referencial (Caroline, 2020).

Embora essa perspectiva tenha sido largamente analisada por Fanon (2020), cumpre destacar a pesquisa realizada por Souza (2021, p. 49-50), que compreende que:

Lutando, muitas vezes, contra a maré da dominação, o negro foi, aos poucos, conquistando espaços que o integravam à ordem social competitiva e lhe permitiam classificar-se no sistema vigente de classes sociais. A ascensão surgia, assim, como um projeto cuja realização traria consigo a prova insofismável dessa inserção. [...] E, como naquela sociedade, o cidadão era o branco, os serviços respeitáveis eram os “serviços-de-branco”, ser bem tratado era ser tratado como o branco. Foi com a disposição básica de ser gente que o negro organizou-se para a ascensão, o que equivale dizer: foi com a principal determinação de assemelhar-se ao branco — ainda que tendo que deixar de ser negro — que o negro buscou, via ascensão social, tornar-se gente.

Diante dos estigmas, a possibilidade de ascensão e de acesso do negro ao mercado passou a ser permeada por uma espécie de chancela, de branqueamento. Conforme evidenciaram Rocha e Casotti (2017), a própria produção de bens e serviços compreendia que o consumo era branco, que o público-alvo era branco, o que constituiu um sistema que balizou o afastamento de grupos sociais não brancos. A partir da perspectiva de Souza (2021), a única possibilidade de ascensão, de ser gente, de acessar a cidadania e a integração social passava, inevitavelmente, pela aproximação ou assemelhamento com o branco.

Ao mesmo tempo, pode-se destacar outra dimensão do consumo e da identidade no Brasil: a invisibilidade. Considerar a invisibilidade, sob o ponto de vista do consumo, permite compreender como a população negra foi, em um primeiro momento, apagada ou invisibilizada na constituição de públicos-alvo do consumo e, posteriormente, como novos discursos foram construídos em relação à identidade e ao consumo.

Para pensar a invisibilidade, recorremos novamente a Rocha e Casotti (2017), que observam que a invisibilidade do negro tem raízes históricas, consistindo em um apagamento da história nacional, na qual a população negra foi considerada pouco contributiva para a formação da identidade nacional. Além disso, foi alvo de propostas de branqueamento social e de dificuldades impostas para o acesso desse grupo a determinados espaços.

Essas dinâmicas, segundo Rocha e Casotti (2017, p. 52), objetivavam “fazer desaparecer parte da população – ou, em outras palavras, [pretendiam] torná-la invisível”. A perspectiva da invisibilidade permeia a relação entre negritude e consumo, mas não se limita a ela. Rocha e Casotti (2017) argumentam que, ao se constituir uma lógica de mercado “branca”, associada a dinâmicas específicas da população negra, a oferta de bens e serviços específicos para esses grupos tornou-se, em certo sentido, “desinteressante”.

Essa invisibilidade traduziu-se, para além da inexistência de uma perspectiva de público-alvo negro, também na manutenção de uma dinâmica racista em relação ao acesso. Pode-se demonstrar, sobretudo a partir de Farias (2022), como a participação de negros e negras em campanhas publicitárias apresentava um aspecto que remetia, em certo sentido, a um processo de hiperssexualização e objetificação.

Assim, essa invisibilidade, embora paradoxal, desenvolveu um dispositivo que entendia o negro como produto, e não como consumidor. O samba, o futebol, o carnaval e outras festas populares associadas aos negros eram utilizados em campanhas publicitárias, mas os produtos oferecidos não eram pensados para a população negra. Esse discurso da democracia racial que, por um lado, elevava a mulher negra, a mulata, como símbolo e objeto de uma sexualidade desmedida, por outro lado, na elaboração de bens e serviços, ignorava ou excluía essas mulheres na construção de públicos-alvo, bem como alterava os sentidos simbólicos e culturais associados a essas manifestações (Sansone, 2000; Nascimento, 2012).

O estigma e a invisibilidade marcaram, de forma expressiva, a relação entre a população negra e o consumo. Esse processo, não isento de conflitos e de formas de resistência, constituiu a base para a formulação de uma perspectiva que busca estabelecer novas marcações da identidade negra, bem como a constituição de novas discussões associadas ao consumo. Assim, também se observa que a possibilidade de consumo esteve (e ainda está) diretamente inserida na perspectiva política dos movimentos negros no Brasil (Sansone, 2000).

Todavia, o desenvolvimento da ordem neoliberal e sua interferência na ordem social impactaram de forma expressiva a relação entre consumo e

identidade, especificamente no que concerne à identidade negra. Entender como essa relação é afetada pelo neoliberalismo constitui um aspecto importante para pensar no papel dos organismos nacionais e internacionais na constituição de uma política de diversidade neoliberal.

Nesse sentido, a relação entre consumo, identidade e neoliberalismo pode ser compreendida como um processo que emerge a partir de um conjunto de confluências e conflitos, que não apenas estabelecem novas perspectivas discursivas e tecnologias de controle e conformação social, mas também criam um conjunto de disposições que, amparadas no consumo, buscam estabelecer novas sociabilidades.

Do ponto de vista da experiência negra no consumo, constata-se, por sua vez, que, diante das impossibilidades de acesso a espaços de consumo mais amplos, orientados por uma relação eminentemente branca, essa relação foi estabelecida, sobretudo, como forma de reprodução da existência negra. Esse processo de reprodução da existência não significa que esteja ausente de conformidade ou relação com a identidade. De forma objetiva, esse processo não implica uma ausência de significação simbólica.

Dessa maneira, verifica-se que, se na estrutura do Estado o negro e a cultura negra eram vistos como produto e não como consumidores (público-alvo), de forma paraestatal, o consumo negro se estabeleceu por meio de uma dinâmica negro-para-negro. Assim, pode-se observar que até mesmo a própria cultura negra foi permeada por uma dinâmica de relação social fechada, como é o caso do hip-hop, do funk, entre outros.

Esses elementos, sobretudo no campo da cultura, ao serem apropriados pelo capitalismo – e, nesse estágio, pelo neoliberalismo –, acabam por se converter em um processo que exclui esses produtos ou, pelo menos, os restringe a uma dinâmica que impede a efetivação desse consumo de forma mais ampla. Com base nisso, pode-se destacar, por exemplo, as pautas e perspectivas dos movimentos sociais negros.

A representatividade, por exemplo, ligada à atuação dos movimentos sociais, denunciava, em um primeiro momento, que a estrutura racista impedia o acesso da população negra a espaços de poder, cidadania, consumo e visibilidade,

ou seja, espaços de reconhecimento. Por outro lado, ao serem apropriadas pelo neoliberalismo, a representatividade – mas não só ela – adquire uma perspectiva diretamente mercadológica. Esse processo conecta, portanto, as pautas e perspectivas dos movimentos sociais negros e as transfere para o cenário do consumo.

A filósofa Djamila Ribeiro, importante intelectual negra, realizou, em 2023, uma campanha com a montadora de veículos Chevrolet. A campanha, veiculada nos mais diversos espaços, buscava conectar pautas de diversidade, inclusão, representatividade e empoderamento ao comércio de veículos. Essa iniciativa ilustra o que, doravante, pretendemos demonstrar, isto é, a apropriação das pautas desses movimentos e a mercantilização da negritude como forma de lucro.

CAPÍTULO III: EMPREENDEDOR, AFRO-EMPREENDEDOR, EMPREENDEDOR NEGRO OU UM NOVO TIPO?

*Se todo mundo sambasse,
Seria mais fácil viver*
(Tem mais samba – Chico Buarque)

Ao considerar a dinâmica do empreendedorismo baseado na identidade, é preciso observar que esse processo não é o mesmo que está inserido nas dinâmicas auto-organizadas de resistência negra frente à exclusão dos mercados. Verifica-se que, na passagem do escravismo tardio para o capitalismo dependente⁸, a integração do negro na sociedade de classes foi e, em certa medida, ainda o é, sabotada por um conjunto de elementos, seja pela constituição destes grupos como exército de reserva, na impossibilidade de ingressar no trabalho assalariado ou na marginalização imbricada pelo modelo dependente. Além disso, pode-se destacar ainda as barreiras sociais, o mito da democracia racial e o preconceito racial.

A partir de Moura (2019), mas também através de Sansone (2000) e de Martins (2012), como os negros, diante da impossibilidade de integrar o mercado formal, desenvolveram formas próprias de consumo. Decorre, portanto, desse processo, dinâmicas próprias que se relacionam ao tipo tradicional de empreendedorismo. Dessa maneira, este capítulo volta-se para compreender esses conceitos e observar suas transformações no contexto do neoliberalismo.

3.1 O empreendedorismo e a figura do empreendedor

O conceito de empreendedorismo surge, segundo Sentanin (2005), como uma forma de aglutinar diversos movimentos que se baseiam na inventividade e na criação de valor⁹. Embora Baggio e Baggio (2014) compreendam que o

⁸ Cf. MOURA, Clóvis. Rasgos Fundamentais do Escravismo Tardio (1851-1888). In. MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019. pp. 262-264.

⁹ O conceito de valor é entendido aqui como o retorno ou impacto positivo da ação. Ou seja, quando o empreendedor, no conjunto de suas ações, desenvolve uma solução em forma de produto, processo ou serviço, ele cria valor tanto socialmente (quando sua criação é aplicada e gera impacto social) quanto financeiramente (quando gera mais-valia relativa).

desenvolvimento do conceito tenha ramificações temporais que surgem na Idade Média, é no capitalismo, especificamente no século XX, que esse processo assume características que perduram até a contemporaneidade.

É possível observar que inúmeros autores se dedicaram a definir o escopo organizativo do empreendedorismo, bem como a delimitar características que compõem o sujeito dessa relação, isto é, o empreendedor. A obra de Hisrich e Peters (2014) constitui uma importante discussão em relação às dinâmicas do empreendedorismo. Para compreender como se estrutura o empreendedorismo, pode-se recorrer aos autores para investigar conceitos que o fundamentam, isto é, o pensamento empreendedor, ação empreendedora, oportunidades empreendedoras e, por fim, o empreendedorismo.

No primeiro momento, pode-se definir, a partir de Hisrich e Peters (2014, p. 6), a ação empreendedora como “a criação de novos produtos/processos e/ou a entrada em novos mercados, que pode ocorrer por meio de uma organização recém-criada ou dentro de uma organização estabelecida”. A ação empreendedora pode ser definida como o processo pelo qual os indivíduos inovam, isto é, atuam na criação de produção ou processo novo, que não estava inserido no contexto do mercado. É por meio dessa ação que os indivíduos encontram oportunidades de mercado e, através de um conjunto de processos, buscam inserir-se no mesmo.

No entanto, conforme evidenciam Hisrich e Peters (2014, p. 7), esse processo não pode ser efetivado sem a existência do pensamento empreendedor, que, segundo os autores, é compreendido como “processos mentais com os quais o indivíduo supera a ignorância para decidir se um sinal representa uma oportunidade para alguém e/ou reduz dúvidas quanto a essa oportunidade”.

Esse processo aparece quase como uma dinâmica de transcendência, uma vez que os indivíduos abandonam a ignorância e buscam avaliar as oportunidades de forma crítica, buscando assim reduzir os custos e danos inerentes ao mercado. O pensamento empreendedor pode ser compreendido como a capacidade pela qual os indivíduos adquirem, logo, não é inata, que lhes permite observar o mercado e considerar as oportunidades efetivas de intervenção, de inovação e criação de valor através das “brechas” existentes.

Essa perspectiva fundamenta, por sua vez, a descoberta de ações empreendedoras, que fundamentam essa ação. Assim, na definição de Hisrich e Peters (2014), a ação empreendedora é definida como uma situação pela qual bens, serviços, matérias-primas ou métodos organizacionais são introduzidos e vendidos em mercados que não existiam ou não eram utilizados da forma proposta.

Na definição de Hisrich e Peters (2014, apud Baggio; Baggio, 2014, p. 24), o empreendedorismo pode ser definido como o “processo de criar algo diferente e com valor, dedicando o tempo e o esforço necessário, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação econômica e pessoal”.

O empreendedorismo comporta, segundo a visão dos autores, o desenvolvimento de produtos/serviços novos ou diferentes, que disponham de valor, e que necessitam que o agente assuma todos os riscos ou dispositivos que envolvem essa operação. Em termos sociológicos, afere-se que o empreendedorismo trata-se de uma prática pela qual os agentes encontram oportunidades de se inserir no mercado (formal ou não), assumindo todos os encargos e riscos inerentes desse processo.

No entanto, conforme os conceitos discutidos indicam, o empreendedorismo e, principalmente, seu agente demandam um conjunto de elementos e características que não são inatas; pelo contrário, devem ser construídos através da experiência profissional anterior ou da aquisição de conhecimentos que permitem avaliar as oportunidades empreendedoras existentes no contexto em que estão inseridos.

Outros autores apresentam definições e características do empreendedorismo e do empreendedor. Nessa linha, pode-se destacar a perspectiva de Schumpeter (2017) em relação ao conceito de destruição criativa. Embora o autor forneça elementos importantes para pensar nas dinâmicas relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo, à inserção de novas tecnologias e à adaptação às demandas sociais, sua perspectiva sobre empreendedorismo fundamenta-se na teoria dos ciclos econômicos.

Entretanto, é importante compreender segundo Schumpeter (2017) que nos ciclos econômicos, em determinados estágios, ocorre a introdução de novas

tecnologias, novas formas de organização da produção e o surgimento de novos mercados. Essas dinâmicas acabam por impactar não somente a continuidade do capital em termos de desenvolvimento e práticas inovadoras, mas também contribuem para o aprimoramento dos mecanismos de controle da vida social e, particularmente, das relações de trabalho.

Nesse sentido, pode-se conceber também o que observa outro grande teórico da administração, Idalberto Chiavenato. Para o autor, empreendedorismo não se limita apenas a pequenas empresas e novos empreendimentos. Não abrange apenas a criação de novos produtos ou serviços, mas sim inovações em todos os aspectos do negócio – produtos, processos, modelos de negócio, ideias – enfim, uma ampla variedade de aplicações inovadoras que ainda estão longe de serem esgotadas” (Chiavenato, 2007, p. 261).

Vê-se na perspectiva de Chiavenato (2007) que o empreendedorismo abrange diversos espectros sociais e uma variedade de produtos e serviços, podendo ser de ordem material ou não. Por esse motivo, o autor ainda estabelece que não está necessariamente associado apenas a pequenas e médias empresas, mas, baseando-se na premissa da inovação, pode ser estendido a diversas organizações econômicas.

Com base nisso, explicita-se que o empreendedorismo fundamenta-se numa perspectiva individual, na qual o agente, ou seja, o empreendedor, deve dispor de um conjunto específico de conhecimentos para ingressar no mercado, sendo responsável por todas as dinâmicas, obrigações, responsabilidades e riscos envolvidos nesse processo. Aqui, portanto, observa-se uma oposição implícita entre o Estado e a Economia, pois não há intervenção estatal no papel do empreendedor, uma vez que este é o único responsável pelos eventos relacionados à sua atividade.

3.2 O Empreendedorismo e a empresa de si mesmo: impactos da nova ordem neoliberal

Ao considerar o conceito de empreendedorismo, em seu sentido clássico, pode-se observar que essa relação consiste, de acordo com Sentanin e Barboza

(2005) como ação de uma ou mais pessoas em um processo que, de forma conjunta, corroboraram para a transformação de ideias em oportunidades. Evidencia-se, principalmente a partir da seção anterior, que a ação empreendedora não compreende apenas o aspecto inovação em produtos e serviços, mas pode incorporar, ademais, a ampliação da oferta de forma diferenciada, englobando novos consumidores e públicos-alvo.

Embora o empreendedorismo e sua conceitualização clássica possa ser compreendida como uma aspecto diretamente presente no âmbito das relações sociais, nota-se a existência de determinados elementos que corroboraram, sobretudo, para o estabelecimento de um contexto no qual os indivíduos, sob a manta do empreendedorismo, são mobilizados para espaço de intensa precarização.

De acordo com Oliveira (2008), o neoliberalismo, ao se intrometer na vida social, constitui não apenas novos marcos e processos regulamentadores sobre a sociedade, mas também estabelece, no decorrer desse processo, uma dinâmica que busca ressignificar determinadas relações. Partindo da compreensão de Foucault (2008), acerca do neoliberalismo como governamentalidade, este intervém nos mais diversos espaços da vida social, sendo o mercado o ente (ou entidade) de regulação.

Buscando avançar o debate de Foucault em relação ao neoliberalismo, Oliveira (2008, p. 168) compreende que "ao contrário de uma relação que se quer separada do Estado, independente, o mercado se traduz como a única modulação possível na regência tanto das práticas governamentais, quanto de qualquer outra esfera da vida". Conforme destacado no decorrer do trabalho, o neoliberalismo, ao se transformar em um modelo de gestão econômica e da vida social, este constitui uma ideologia – aqui entendida na acepção marxista – de que somente por meio e mediante o mercado, pode-se superar a condição de desigualdade. Ao afastar, nesse contexto, o papel central do Estado na consecução de marcos regulatórios, o neoliberalismo impõe a lógica de mercado como um biopoder, estabelecendo regulações não somente no domínio do simbólico, mas, principalmente, no âmbito material.

Torna-se importante considerar, ainda na perspectiva de Foucault, a biopolítica como instrumento de segurança e regulação que, diferenciando-se do modelo de disciplinamento do poder soberano, ocorre de forma muito mais sutil e estabelece um maior controle sobre os corpos. Partindo do conceito de Foucault, Arellano (2015, pp. 8-9 – *Tradução nossa*) argumenta que:

Se as forças de produção se encontram no corpo humano, é indispensável para a ordem do capital começar a normalizar esses corpos. A pobreza também será administrada, de forma a utilizá-la para os fins da organização social que necessita de instrumentos tangíveis de controle sobre as massas empobrecidas, resultado da acumulação primitiva. Mesmo os pobres (que estejam saudáveis) deverão ser inseridos no processo social e serão de vital importância para a ordem social capitalista, pois constituem o motor central da riqueza. "Os pobres válidos deverão trabalhar, não sob coação, mas em plena liberdade, ou seja, sob a mera pressão das leis econômicas que fazem desta mão de obra não empregada o bem mais precioso" (Foucault, 1983: p. 113). No novo ordenamento biopolítico, tudo aquilo que não está doente ou anormal é útil tanto para a ordem econômica quanto para a ordem social, especialmente os pobres, pois constituem o alicerce da riqueza e da hierarquização social.

O neoliberalismo, ao se constituir como uma nova governamentalidade, pode-se evidenciar que este estabelece novos marcos para a biopolítica, exercendo sob a sociedade formas de regulação que logra ao mercado a entidade capaz de efetivar o biopoder. A perspectiva foucaultina em relação ao neoliberalismo fornece elementos importantes para se pensar no deslocamento do empreendedorismo e a transformação dessa relação em um dispositivo de precarização e de controle social.

Retornando a discussão realizada por Rossi e Akimoto (2018), pode-se explicitar que tais dispositivos encontram-se inseridos, sobretudo, na própria base do neoliberalismo, que consagra o mercado como ente de regulação e de liberdade. Logo, ao pensar na dualidade regulação-liberdade, afere-se que tais relações não encontram-se contraditórias no neoliberalismo ou, mais ainda, se entendidas como contraditórias, essas relações são essencialmente duais no que concerne a ideologia neoliberal de economicização da vida social.

Desse modo, é indispensável considerar, a luz da literatura vigente, que o neoliberalismo, ao apreender-se da vida social e exercer sobre ela novas formas de gestão, modifica a própria subjetividade, inserindo-a em um contexto segundo o qual, por um lado, o indivíduo deve assumir um "modo de ação empresarial" e, por

outro, deve assumir todos os bônus e ônus implicados nessas relações. Aqui, portanto, encontra-se apenas um recorte dessa relação regulação-liberdade.

Ao considerar os modos de regulação, percebe-se que ao enfraquecer o papel do Estado, o mercado apresenta-se como forma singular de prover a necessidades sociais. As políticas de redistribuição e de reconhecimentos, antes ligadas fortemente a atuação do Estado, passam a ser geridas pelo mercado, que lhes conferem nova roupagem e as ressignificam. Isto posto, evidencia-se, por exemplo, que a luta contra as desigualdades econômicas passariam, nessa nova ordem, pela integração ao mercado, pela atividade empreendedora.

O Estado, nessa relação, deveria criar e fomentar meios para o ingresso dos indivíduos ao mercado. Na última quadra da história nacional, pode-se verificar, por exemplo, o desmonte de políticas sociais, as reformas políticas em termos de previdência, emprego e gestão das contas públicas, ao passo que afere-se o crescimento de estímulos ao micro e pequenos empreendedores, bem como o aumento do trabalho informal. Paralelo a isso, destaca-se o surgimento de uma perspectiva que encontra nos direitos sociais um fundamento de que a sua existência (ou seu alargamento) prejudicaria o mercado, e por consequência a sociedade.

A massa de subalternos e de paulperizados, por sua vez, alvos frequentes de políticas de “redistribuição” de renda são irrompidas ao empreendedorismo e a informalidade como forma de complementar a renda ou sair debaixo dessas políticas. As próprias políticas, por seu turno, representam apenas aquilo que na teoria do direito compreende-se por mínimo existencial, uma vez que não permitem acabar efetivamente a condição de pauperismo.

Logo, a forma de regulação que é exercida pelo neoliberalismo e, como pretende-se demonstrar, também é aprimorada pela sua forma *meta*-progressista, consiste em uma relação que, no primeiro momento, retira do Estado a sua capacidade de gestão da vida social para que, em um segundo momento, consagre o mercado como forma eficiente de exercer a biopolítica e o biopoder.

Em termos de biopolítica e biopoder, essa regulação exercida pelo neoliberalismo impera na ordem de conceber que a estrutura de Estado não seria mais capaz de regular a sociedade e que a distribuição do reconhecimento se daria

nos termos do mercado. Diante desse contexto, vê-se aqui o ponto comum entre a regulação e a liberdade, isto é, o emprego de técnicas e normas de conduta que relacionam-se com o modelo da empresa e sua apreensão como modelo de subjetividade.

A empresa de si mesmo, portanto, aparece nessa lógica ligando-se ao empreendedorismo, especificamente, como uma resposta individual para a saída da condição de desigualdade. Ao transferir para o indivíduo a responsabilidade pelo seu “sucesso” ou “fracasso”, a partir da importação de técnicas de gestão empresarial para o domínio da subjetividade, o neoliberalismo não somente reduz o papel do estado, consagrando o mercado como ente primo na regulação e manejo das desigualdades, como também se exime da responsabilidade de promover o reconhecimento e a redistribuição.

Nesses termos, o conceito de empresa de si mesmo, aplicado a nova dinâmica do empreendedorismo neoliberal, permite considerar como a dinâmica ideológica do empreendedorismo tem sido fomentada por organizações e instituições nacionais e internacionais como uma resposta à uma suposta ineficiência do estado em promover o bem-estar social. Conforme observa Dardot e Lavall (2016, p. 331, isso implica em um processo que:

[...] cada indivíduo deve aprender a ser um sujeito “ativo” e “autônomo” na e pela ação que ele deve operar sobre si mesmo. Dessa forma, ele aprenderá por si mesmo a desenvolver “estratégias de vida” para aumentar seu capital humano e valorizá-lo da melhor maneira. “A criação e o desenvolvimento de si mesmo” são uma “atitude social” que deve ser adquirida, um “modo de agir” que deve ser desenvolvido, “para enfrentar a tripla necessidade do posicionamento da identidade, do desenvolvimento de seu próprio capital humano e da gestão de um portfólio de atividades.

A instrumentalização de uma lógica discursiva em relação a empresa de si mesmo não liga-se ao empreendedorismo apenas pela ótica da autonomia ou da incorporação de técnicas e perspectivas de gestão empresarial. Conforme observa Dardot e Lavall (2016), esse processo é construído desde a infância, manifesta-se na escola, é solicitada no trabalho assalariado e, fundamentalmente, é elemento basilar do empreendedorismo. A empresa de si mesmo, segundo os autores, propõe que a empresa não seja uma “comunidade”, ou um “espaço de realização pessoal”, mas um instrumento de competição.

A competição, no contexto da empresa de si mesmo e, sobretudo, na perspectiva de empreendedorismo neoliberal compreende que o indivíduo deve dispor de todos os meios para alcançar o “sucesso”, que deve ser buscado de forma autônoma, deve-se possuir a capacidade de gestão de si, que lhe permitirá, por exemplo, sobreviver a competição.

Desse modo, injunge-se o sujeito a conformar-se intimamente, por um trabalho interior constante, à seguinte imagem: ele deve cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado. Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal (Dardot. Lavall, 2016, p. 325).

A empresa de si mesmo é entendida como um processo que transcende o domínio social, incorporando também um conjunto de elementos psicológicos e espirituais que buscam introduzir nos indivíduos-empresas perspectivas de gestão empresarial e de autossuficiência. Afere-se que a constituição desse processo se dá através de uma construção constante e multifacetada, considerando desde uma modificação nas relações sociais – como observou os autores ao considerar essa perspectiva na escola -, bem como a formatação de aparatos e atributos psicológicos que permitirão a estes indivíduos adotarem uma postura “autônoma”, “autossuficiente” e, em certo sentido, “estoica” em relação aos riscos da vida.

A empresa de si mesmo insere-se, segundo Dardot e Lavall (2016), em todos os domínios e está presente em todas as relações. Perspectiva semelhante encontra-se no balanço realizado por Altheman (2022, p. 7), que compreende que a reconfiguração do “governo” em “gestão”, corroborou para a constituição de uma dinâmica em que a gestão do Estado passa a ser

[...] guiada por perda e lucros, retornos sobre investimento, dividendos sociais; de modo correlato, o cidadão também havia sido substituído por um *Homo oeconomicus neoliberal* cujo raciocínio não seguia mais a lógica da participação política, da igualdade de oportunidades, da justiça social, mas um cálculo de *inputs* e *outputs*, concorrência e incremento do capital humano.

Pode-se observar que “o *homo economicus* neoliberal é um “átomo” de interesse próprio, livre e autônomo, plenamente responsável por navegar pelo campo social utilizando cálculos de escolha racional e custo-benefício, excluindo explicitamente todos os demais valores e interesses” (Hamann, 2012, p. 101). Nesse sentido, verifica-se que este, segundo Hamann (2012), deve assumir todos os ônus e bônus inerentes em sua atuação.

Em razão disso, nota-se um diálogo intrínseco entre o conceito de *homo economicus* e empresa de si mesmo, representando processos em que o neoliberalismo busca reduzir a sociedade à um conjunto de individualidades, transformadas em empresas de si mesmas, sendo suas subjetividades instrumentalizadas e modificadas em termos de empreendedorismo neoliberal.

O empreendedorismo, inserido em uma lógica neoliberalizante, corrobora para a criação do *homo economicus*, um indivíduo que deve se abster de todas as condicionantes e atravessamentos sociais, adotando uma perspectiva de autogestão ou autossuficiência. Esse empreendedorismo, caracterizado por estes fenômenos, exige que estes indivíduos disponham um conjunto de “atributos formativos”, que possibilitam aos mesmos navegarem livremente por um campo social, rumo a superação das desigualdades – econômicas e de identidade -, através do uso de cálculos de escolha racional e de custo-benefício (Hamann, 2012).

De forma objetiva, é imperativo considerar que esse “empreendedor” e mesmo esse “empreendedorismo” subvertido pelo neoliberalismo é a efetivação do *homo economicus*. Os indivíduos são mobilizados para a precariedade e o pauperismo, com a promessa de que, mediante o esforço pessoal, a autogestão e, fundamentalmente, o “sacrifício”, poderão superar as condições de desigualdade e alcançar o sucesso.

A estrutura de Estado, nessa lógica, transforma-se um meio de gestão, de consecução de elementos que permitam, cada vez mais, que os indivíduos assumam uma postura empreendedora. A estes, portanto, impera a responsabilidade única por sua condição. O Estado não se aterá a construir meios de reconhecimento e de redistribuição, mas apenas organizar a sociedade em

sentido de fornecer os meios e subsídios para o ingresso no mercado, para a adoção da gestão de si mesmo.

O empreendedor, transformado em *homo economicus*, autogestionando-se por meio da lógica da empresa de si mesmo, é o *emprecarizado*. O *emprecarizado* é a flexão entre o empreendedor neoliberal e a precarização. Essa junção, caracterizada por nós, permite considerar que, a partir desse conjunto de relações (autogerenciamento, meritocracia, esforço pessoal, individualismo, entre outros), encontra-se, na verdade, em um contexto de intensa precarização.

Esse enunciado, ou seja, de que o sucesso (ou mobilidade social) pode ser alcançado ao lançar mão das condicionantes e integrar-se ao mercado, corresponde, ao mesmo tempo, no abandono ou secundarização das medidas de proteção social. Os indivíduos seriam mobilizados para um terreno de incertezas, sem proteção jurídica, por exemplo, em termos de direitos trabalhistas e previdenciários, bem como de políticas de redistribuição e de reconhecimento, e a partir dos atributos psíquicos constituídos deve perseguir, de forma autônoma, a superação da condição de desigualdade.

Assim, o empreendedorismo deixa de representar uma relação de inventividade e de criatividade humana para se tornar instrumento de controle e de conformação social. O empreendedor passa a ser o único responsável e o único culpado pelos ditames que atravessam sua existência. Deve realizar cálculos e empregar técnicas de gestão para alcançar o sucesso. Se este não for o resultado, não houve esforço suficiente, não houve capacidade intelectual, emocional ou psíquica que permitisse atingir tal objetivo (Dawson; Francis, 2016).

Em suma, pode observar que o neoliberalismo, ao operar sobre o empreendedorismo e a modifica-lo, cria uma dinâmica que transfere aos subalternos a culpa por sua condição de subalternidade. Somente pelo mercado, pela adoção da empresa de si mesmo e do autogerenciamento, pode-se construir os meios (psíquicos, intelectuais, espirituais) e “necessários” para sublevar essa condição. Dessa forma, não se trata de constituir meios que permitam a inventividade e a criatividade, mas o aprisionamento à um modelo um precarização, não só do trabalho, mas da própria existência.

3.3 Do empreendedorismo negro ao afroempreendedor

A condição do negro brasileiro é explorada por um conjunto de diferentes autores da sociologia. O negro, como objeto de análise sociológica, não apenas permitiu a constituição e o desenvolvimento do campo, mas também moldou significativamente o fazer sociológico. Pode-se inferir que diante da exclusão dos negros do mercado, sobretudo a partir da nova ordem competitiva, definida por Florestan (2021), surge a necessidade de estabelecer meios próprios de reprodução da existência dessas populações.

Martins (2012) amplia essa discussão considerando que por ter sido o negro historicamente marginalizado, primeiro como escravo, depois como liberto entregue à própria sorte, as possibilidades de integração social foram limitadas para o negro. O autor compreende que estando o negro ausente dos mercados, em virtude das dinâmicas raciais negativas impostas a este grupo social, destaca-se em contrapartida o desenvolvimento de uma perspectiva de ressignificação positiva intragrupal, de modo que fosse possível afirmar-se socialmente.

Diante das impossibilidades impostas pelo mundo branco em relação ao consumo, como é evidenciado pelos estigmas sociais¹⁰ associados ao negro, bem como pela indisponibilidade de produtos e/ou serviços mais amplos que atendessem a este grupo, o consumo do negro passou por um processo que se desenvolveu de forma interna, isto é, de negro para negro. Nesse contexto, a própria relevância das discussões em relação ao associativismo negro como forma de resistência, no qual essas práticas foram desenvolvidas como formas de sociabilidades negras, voltadas não apenas para os clubes dos homens de cor, por exemplo, mas também para a formação educacional, para o acesso à saúde e, sobretudo, para o consumo.

¹⁰ A noção de Estigma mobilizada é empreendida por Goffman (2004, p. 117), que argumenta que “o estigma envolve não tanto um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em duas pilhas, a de estigmatizados e a de normais, quanto um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida. O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro.

Essa discussão é importante, pois fundamenta uma perspectiva de empreendedorismo negro que, baseando-se no conceito de empreendedorismo destacado anteriormente, volta-se para o desenvolvimento de oportunidades de negócios com o objetivo de gerar valor, de modo que seja possível inserir-se competitivamente no mercado. Assim, de acordo com a definição de Macedo e Mayer (2021), o empreendedorismo negro é definido como o indivíduo autodeclarado preto ou pardo que possui um empreendimento sem o cunho político de valorização estética por trás, ou seja, o empreendedorismo negro não previa uma perspectiva política de afirmação da identidade negra, antes, se tratava de meios de reprodução da existência dessas populações.

Assim, partilhando da perspectiva de Siqueira, Nunes e Morais (2018, p. 232),

[...] o empreendedorismo negro não opera como uma possibilidade de solução para os problemas que envolvem a depreciação da população negra brasileira, mas sim como uma possibilidade para amenizar as grandes disparidades entre a pessoa branca e a pessoa negra em um cenário que outrora era exclusivo para o homem branco.

O empreendedorismo negro trata-se de uma forma de empreendedorismo baseada na reprodução da existência do grupo social negro. Esta forma aparece, principalmente, como uma maneira de contornar as dinâmicas impostas pelo racismo em relação ao acesso dessa população ao mercado e ao consumo. Não se trata, portanto, de uma perspectiva que tem como finalidade a valorização da identidade negra, bem como a sua positivação, mas de fornecer meios de subsistência para essas populações, de acesso a bens e serviços diante de um contexto de exclusão.

Entre as atividades que podem ser listadas, evidencia-se, por exemplo, a oferta de serviços como barbeiros, aulas particulares de música ou educação tradicional, venda de produtos alimentares, vestuário, entre outras infinitas opções de produtos e serviços. O empreendedorismo negro marca de forma expressiva a relação entre negritude, mercado e consumo, criando não apenas as condições necessárias para a reprodução de sua existência ou para a resistência às formas de discriminação racial, mas também operando significativamente no sentido de

possibilitar a este grupo social formas de inserção no mercado, mesmo que de forma restrita.

Portanto, pode-se aferir, pelo menos de forma provisória, que o empreendedorismo negro não está diretamente relacionado ao conceito de empreendedorismo lato sensu? Conforme as discussões realizadas anteriormente, especificamente em relação aos meios e formas de barragem para a integração do negro nessa nova ordem, este grupo social realizavam essas atividades mais como “batalhadores” – isto é, utilizando a oferta de produções e serviços como forma de sobrevivência – do que visando inovar ou transformar o mercado para a geração de capital?

Flexionando o conceito de empreendedorismo negro, ou empreendedorismo afro, pode-se inferir que não é possível enquadrá-lo especificamente no conceito tradicional de empreendedorismo explorado anteriormente. Avulta-se que essa impossibilidade decorre do fato de que a premissa do empreendedorismo pressupõe a possibilidade de liberdade econômica e acesso ao mercado, o que não pode ser aplicado ao empreendedorismo negro, no qual esses indivíduos tiveram seu acesso barrado devido ao racismo e à discriminação racial.

Além disso, outro elemento que pode ser discutido em relação ao conceito de empreendedorismo consiste na perspectiva de que os indivíduos possuam consciência empreendedora, que conduz a um estado mental no qual o agente possui a capacidade de ler, avaliar e intervir no mercado de forma inovadora. Logo, pode-se inferir, pelo menos de forma provisória, que o acesso a essas competências, no âmbito do ensino regular, foi minado no caso do grupo social negro, o que se altera em partes como as políticas afirmativas, que permitiu o ingresso de um contingente negro em espaços antes restritos.

Essa distinção é importante, sobretudo, porque não há apenas outra vertente do conceito, que é o afroempreendedorismo, mas também porque sua falta de definição acaba ocasionando confusões conceituais. O conceito de empreendedorismo negro caracteriza um modo de sociabilidade específico dos grupos sociais negros. Esse processo difere, como pretende-se observar, de uma

perspectiva centrada na identidade e em sua valorização, característica do afroempreendedorismo.

Conforme definem Macedo e Mayer (2021, p. 4), “[...] Entendo o afroempreendedor como sendo uma pessoa autodeclarada preta ou parda que desenvolve seu empreendimento voltado para a valorização estética negra”. Ademais, na definição de Nascimento (2018, p. 6), “o afroempreendedor tenha que ser [um indivíduo] autodeclarado preto ou pardo, produzir e oferecer serviços que estejam relacionados com a valorização da identidade estética/cultural africana e afro-brasileira”. Nesse contexto, isto é, no afroempreendedorismo, a identidade aparece como elemento estruturante dessa relação. Assim, destaca-se que o afroempreendedor não é apenas aquele autodeclarado preto ou pardo, mas alguém que, amparado na identidade, busca valorizá-la através dos negócios.

Com base nisso, no afroempreendedorismo, a identidade aparece tanto como um elemento fundante, que ampara uma relação de “nós por nós”, mas também utiliza-se de símbolos, relações e dinâmicas sócio-culturais internas ou externas ao grupo como forma de subsidiar seus negócios. Sobressai, dessa dinâmica, uma variedade de nichos de produtos e serviços nos quais esses empreendedores se inserem.

Embora o termo seja relativamente recente, nota-se que essas relações não o são. Conforme observa Martins (2012), pelo menos desde a década de 1990, negócios chefiados por pessoas negras têm ganhado cada vez mais espaço. Baseando-se nas dinâmicas da identidade, tais organizações buscam se estruturar a partir de uma lógica de oferta de produtos ou serviços personalizados para este grupo social.

O Atlas dos Pequenos Negócios, elaborado pelo Sebrae (2022), demonstrou que os negros são 37% dos Micro e Pequenos Empresários (MPE), frente a 58% de brancos. Por outro lado, observa-se que em relação aos Microempreendedores Individuais (MEI), os negros representam 54%, contra 43% de brancos. O empreendedorismo negro tem se tornado relevante, e seu enquadramento específico possibilitou, por sua vez, o desenvolvimento de um conceito mais específico para este grupo social, ou seja, o afroempreendedorismo.

Este movimento pode ser compreendido como a prática do empreendedorismo realizado por pessoas negras, que iniciam negócios seja pelo viés da inovação ou na busca de oportunidades de constituição de negócios próprios. Esse processo tem sido influenciado, segundo aponta Nascimento (2018), por um processo de posituação da identidade negra e pela luta dessas populações por reconhecimento e representação nos mais diversos espectros da vida social.

Em particular, segundo afirma Nascimento (2018, p. 3),

Os afroempreendedores, em sua maioria, afirmam a luta contra o racismo, promovem a visibilidade positiva da identidade negra, realizam atividades voltadas para o empoderamento estético e identitário da população afro-brasileira. Para isso, eles fomentam o afroempreendedorismo e o afroconsumo como estratégia de enfrentamento à vulnerabilidade econômica e social. Dessa forma, incentivam o consumo de produtos e serviços oferecidos por empreendedores negros que valorizam e fortalecem a identidade étnica afro-brasileira e africana.

A identidade e a cultura são elementos indissociáveis do afroempreendedorismo. Nesse sentido, pode-se evidenciar que esses negócios têm sido influenciados diretamente por uma perspectiva de maior inclusão e diversidade no mercado, corroborando uma modificação nas práticas empresariais no sentido de atender nichos de mercado até então negligenciados.

O afroempreendedor, nessa lógica, atua no sentido de fornecer elementos para um processo de posituação não apenas da identidade, mas também das culturas negras. Embora haja práticas de empreendedorismo que se dediquem a produtos ou serviços tradicionais, chama a atenção aqueles que se dedicam à oferta de serviços personalizados para a população negra, dando ênfase específica a elementos da cultura negra.

Dessa maneira, pode-se também vincular esta dinâmica ao que observa Bento (2021) em relação aos efeitos da luta por reconhecimento na criação de novas categorias de inteligibilidade e no esvaziamento de outros. A autora demonstra como estes grupos sociais operam no sentido de ressignificar determinadas dinâmicas, de modo a positiva-las.

Nesse sentido, o afroempreendedor está inserido em uma dinâmica que Ferraz (2022) compreende como empreendedorismo social, voltando à perspectiva de que a superação da opressão das identidades e da desigualdade de renda

passaria pela inserção dos grupos historicamente marginalizados no cenário do mercado e do consumo.

Buscando responder de forma crítica ao fenômeno da difusão do empreendedorismo como mecanismo para a superação da condição de subalternidade, a autora argumenta que ao integrar a identidade no cenário do consumo, não se combate efetivamente os elementos causais que as constituem, mas cria-se elementos que não apenas esvaziam os sentidos práticos do discurso político desses grupos sociais, mas também se tornam elementos de conformação social através de um aparente progressismo do mundo neoliberal.

Encarando o afroempreendedor, evidencia-se como o neoliberalismo opera sobre as identidades, transformando a luta por reconhecimento e representação em uma busca por maior participação no mercado e maior poder de consumo, sem alterar efetivamente as estruturas pelas quais as opressões são postas. Todavia, importa neste momento considerar como essa perspectiva tem sido impulsionada e levada a cabo como um meio ou ferramenta para resolver o problema das opressões de identidade, sem alterar efetivamente o sistema capitalista.

CAPÍTULO IV: EMPREENDEDORISMO E IDENTIDADE – UMA NOVA IDEOLOGIA DE MERCADO?

A carne mais barata do mercado é a carne negra

(Na cara dura, só serve o não preto)

(A carne – Elza Soares).

Na passagem de 2024 para 2025, o CEO de uma empresa de educação, listada na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), durante a comemoração de final de ano, após atingirem o marco de 7 milhões, proferiu um discurso buscando motivar seus colaboradores. Em determinado momento, o presidente diz: “O estresse é uma escolha”.

A frase, que foi proferida durante uma festa de confraternização da organização, é um lema da empresa, e sua versão completa afirma: “[...] A G4 Educação considera que o estresse é uma escolha e que é necessário um certo nível de estresse e ansiedade para que as pessoas desempenhem bem” (G4 Educação, 2024).

Me deparei com este discurso no momento da escrita deste capítulo, e a opção por abri-lo com a sua apresentação permite demonstrar como a precarização tem sido promovida como forma de ascensão social e superação das desigualdades. Ao longo dos capítulos anteriores, realizou-se um diagnóstico dos fenômenos que permeiam a neoliberalização da vida social, especificamente no âmbito da apropriação de uma perspectiva do empreendedorismo que transforma a identidade em bem de consumo.

Embora essa questão apareça ao longo de todo o trabalho, torna-se importante retomá-la aqui: como tal ideologia foi constituída pelo neoliberalismo? Assim, este capítulo dedica-se a amarrar os elementos e fenômenos analisados no decorrer do trabalho, considerando o papel de organismos internacionais, como o Consenso de Washington, na formação de uma nova ordem social.

A primeira seção busca realizar um diálogo inter-relacionado entre o neoliberalismo, consumo, empreendedorismo, identidade, empresa de si mesmo e meta-progressismo. Posteriormente, a segunda seção volta-se para analisar o papel do Consenso de Washington, do Fundo Monetário Internacional, Banco

Mundial, do Instituto Ethos, entre outras organizações na constituição de uma nova ideologia de mercado, que mira na identidade como forma de controle social e consumo. Por fim, a terceira seção busca analisar o empreendedorismo e a apropriação da identidade como instrumentos formadores de novas técnicas de controle e conformação social.

4.1 Uma nova ideologia de mercado?

Ao estabelecer uma relação que não mais exclui a identidade, mas a insere nos espaços de poder, o neoliberalismo não apenas desenvolveu novos marcos de dominação — ou, na perspectiva de hegemonia em Gramsci, formas que tornassem a dominação menos perceptível e mais resistente à contestação — como também permitiu a construção de novas técnicas e tecnologias de controle e conformação social.

Esse processo, amplamente explorado ao longo deste trabalho, foi construído de forma gradual, considerando, sobretudo, o papel de acordos e ações de órgãos e instituições nacionais e internacionais. No caso brasileiro, é possível perceber que, durante a vigência de um modelo de neoliberalismo conservador, as identidades encontravam-se em posição secundarizada. As perspectivas associadas à sua condição de subalternidade eram tratadas, em grande medida, como uma dinâmica de sub-representação e de políticas incipientes. Contudo, no novo momento do neoliberalismo meta-progressista, as identidades assumem um lugar particular.

Empresas de consultoria empresarial, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, organizações multilaterais e empresas transnacionais têm buscado, conforme se demonstrou ao longo deste trabalho, construir uma perspectiva de diversificação dos espaços de poder. Essa diversificação, que não se limita à negritude, tem sido apontada como uma resposta à crise das medidas implementadas pelos Estados para reduzir ou controlar as desigualdades sociais e econômicas baseadas na identidade.

A noção de representatividade, no neoliberalismo meta-progressista, assume, nessa lógica, um processo no qual os indivíduos, destituídos de formas de

coletividade, são compelidos a adotar uma perspectiva de autogerenciamento e empreendedorismo de si mesmos. Nessa configuração, a identidade deixa de ser um aspecto que conecta o indivíduo a uma coletividade mais ampla.

A representação emerge como um aspecto inerentemente vinculado ao controle social. Isso ocorre porque, ao promover uma perspectiva de diversidade e inclusão das identidades nos espaços de poder, o neoliberalismo meta-progressista desenvolve uma ideologia segundo a qual, ao adotar uma postura meritocrática, aceitar a precarização como pressuposto para ascensão e abandonar condicionantes estruturais, seria possível ocupar os mesmos espaços antes restritos apenas aos brancos.

Assim, ao revestir os espaços de poder com símbolos e perspectivas políticas, culturais e reivindicativas dos movimentos sociais, ressignificando-os para um processo mercantilizante, o neoliberalismo meta-progressista transfere aos indivíduos a responsabilidade exclusiva por sua condição. Esse fenômeno observa, por exemplo, que o racismo e a discriminação racial são problemas sérios e que devem ser enfrentados. Contudo, o enfrentamento não ocorre pela transformação das estruturas que originam e sustentam o racismo, mas sim por meio do mercado, com a diversificação dos quadros de gestão e representação.

De forma objetiva, esse discurso assume que o racismo seria um problema que poderia ser enfrentado pela inserção de negros no mercado e pela diversificação dos espaços de direção e representação. Todavia, embora essa lógica tenha sido amplamente difundida e organizada como uma alternativa à histórica relação de subordinação da população negra em uma sociedade como a brasileira, marcada pelo racismo e pela discriminação racial, destaca-se que ela representa uma falsa ideologia.

Do ponto de vista da representação, observa-se que a noção de representação e diversidade meta-progressista, ao permitir que negros ocupem espaços de relevância social e ao reforçar a ideia de que o caminho está aberto para todos os que desejam ascender socialmente, cria novas formas de aprisionamento. Polese (2020), ao investigar a aplicação de estratégias de diversidade e inclusão em empresas transnacionais, demonstrou que, mesmo havendo relativa igualdade nos quadros de alta hierarquia dessas empresas, nos

estratos de média e baixa hierarquia, problemas como machismo, racismo e LGBTfobia continuam persistentes. Além disso, o autor destaca que a disparidade salarial entre negros e brancos, homens e mulheres, permanece como uma marca desses espaços.

O problema surge quando se observa que essas dinâmicas constroem um processo que incentiva os trabalhadores a abandonarem as condicionantes, a ignorarem a precarização, as diferenças salariais, as jornadas exaustivas, pois, apenas com esforço e competição, seria possível alcançar os espaços de direção e poder. Retomando Fraser (2021), enquanto o neoliberalismo permite a ascensão de alguns poucos negros, através de uma ótica de diversidade e representatividade, condena a maioria aos porões.

Concomitantemente, essa relação é apresentada como positiva, como um percurso necessário para a superação da condição de subalternidade. Esse itinerário do neoliberalismo meta-progressista sobre a identidade, especificamente sobre a negritude, é operado por meio da apreensão, ressignificação e mercantilização dos elementos constitutivos da identidade. Assim, observa-se que essa relação engloba aspectos como estética, cultura, história, religiosidade e intelectualidade, que são transportados para um contexto de representatividade neoliberal.

Verifica-se, por exemplo, nas campanhas publicitárias, nos programas de televisão e em diversos outros espaços, que a participação de determinados negros é utilizada como forma de balizar uma perspectiva de maior inclusão. No entanto, no cotidiano, esse grupo social continua inserido em uma relação de desigualdade econômica, enfrentando barreiras de acesso e sendo vítima da violência do Estado, ou seja, permanece aprisionado e subalternizado por sua “condição” de identidade.

Esse projeto ideológico, gestado pelo neoliberalismo, assume uma forma de conformação social e de gestão de conflitos. Ao construir uma perspectiva pautada na ascensão social de grupos identitários anteriormente subalternizados, mediante uma lógica meritocrática, precarizada, autogerida e mercantilizada, cria-se o entendimento de que os indivíduos podem, por meio dessa relação, superar as opressões de maneira efetiva.

Assim, o indivíduo, desassociado de uma coletividade, não precisa mais se organizar politicamente para reivindicar ao Estado formas de reconhecimento e redistribuição, pois, segundo essa lógica, o mercado seria mais eficiente. O neoliberalismo meta-progressista apresenta-se eficiente porque soube integrar as demandas e perspectivas dos movimentos sociais ao seu modo de gestão de conflitos.

Ao se verem representados no consumo, na publicidade ou nos cargos de gestão, imprime-se nesses grupos um processo de identificação. Essa identificação, entretanto, não é desprovida de contradições, mas é operada de forma que, ao se sentirem representados em sua identidade, os indivíduos são impedidos de articular uma luta mais ampla em relação a outras dimensões da opressão.

Articulando identidade, representatividade neoliberal e gestão de conflitos, o meta-progressismo desenvolveu uma nova forma de controle e conformação social, que não apenas acentua as condições de desigualdade, mas também torna “naturais” essas relações. O neoliberalismo meta-progressista, ao se apropriar da perspectiva da diversidade, da inclusão e, sobretudo, da representação, constitui uma nova ideologia.

Diante do exposto, assume expressividade a necessidade de estabelecer os marcos característicos dessa nova ideologia. Primeiramente, observa-se que o projeto de desregulação da vida social, incidindo sobre políticas sociais como trabalho, saúde, educação, previdência, entre outras, contribuiu para a criação de um processo, baseado na justificativa de maior liberdade econômica, em que os indivíduos poderiam, de forma independente, encontrar soluções para a superação da desigualdade.

Em um segundo momento, evidencia-se que esse processo corroborou para a constituição de uma dinâmica que transfere aos indivíduos a responsabilidade pelo reconhecimento e pela mobilidade econômica, a qual passa, inevitavelmente, pela assunção de uma perspectiva empresarial. Assim, ao adotar uma lógica de autogerenciamento e de empreendedorismo de si mesmo, os indivíduos seriam levados a adquirir as “capacidades necessárias” para superar a condição de subalternidade.

Livres de condicionantes, desvinculados do Estado (esvaziado de sua capacidade de promover o bem-estar) e recorrendo ao mercado, às suas dinâmicas e inter-relações, os indivíduos encontrariam os elementos necessários para superar a condição de opressão baseada na identidade. Paralelamente, explicita-se que o próprio neoliberalismo, ao apropriar-se de pautas e perspectivas “progressistas” e ressignificá-las, empreendeu uma vertente meta-progressista.

Com isso, ao subsumir pautas como diversidade, representação, inclusão e empoderamento, o neoliberalismo não apenas as resignificou sob uma lógica de mercado, mas também utilizou essas perspectivas para construir novas tecnologias de controle e conformação social. Nesse processo, as identidades tornam-se cambiantes e, ao serem transformadas pelo neoliberalismo, acabam gerando uma intensificação das opressões.

Embora esse processo permita a diversificação dos espaços, ao basear-se em uma noção de representação alheia às reivindicações dos movimentos sociais, acaba por criar uma ideologia que sustenta os seguintes pressupostos: I – As opressões baseadas na identidade podem ser superadas pelo mercado; II – O capitalismo dispõe de mecanismos para combater as opressões; III – Ao adotar uma atuação empresarial, os indivíduos adquirem as capacidades necessárias para ascender social e economicamente; IV – A precarização da vida deve ser aceita como um processo necessário para a superação das desigualdades.

Por fim, o empreendedorismo – especialmente o empreendedorismo social, no qual se insere o afroempreendedorismo – passa a ser massivamente incentivado como uma forma de trabalho e uma alternativa para a superação das desigualdades. Não se trata, conforme demonstrado anteriormente, da perspectiva do empreendedorismo clássico, mas de um instrumento de precarização. Nesse sentido, o papel de organizações e tratados multilaterais assume maior centralidade nesse processo.

O incentivo ao empreendedorismo social e ao afroempreendedorismo surge como uma alternativa neoliberal para combater as opressões. Assim, indivíduos pertencentes a esses grupos podem ingressar no mercado e, amparando-se em sua identidade, perseguir o sucesso. No entanto, esse indivíduo do meta-progressismo, que deve assumir a perspectiva de “empresa de si mesmo”,

abandonar suas condicionantes e adotar a lógica meritocrática, passa a ser inteiramente responsável por seu sucesso ou fracasso.

Essa nova ideologia não emerge exclusivamente do desenvolvimento do capitalismo neoliberal, mas resulta, sobretudo, de um conjunto de ações, tratados e acordos realizados pelo capital, de modo a garantir não apenas a manutenção de sua dominação, mas também o estabelecimento de novos aparatos que preservem sua hegemonia. Embora esse processo tenha sido mencionado ao longo do trabalho, é fundamental analisar detidamente como tais organizações atuaram – e continuam atuando – na construção de novas tecnologias de controle e conformação social das identidades.

4.2 Inclusão e diversidade: pode o capitalismo superar as desigualdades baseadas na identidade?

Há um entendimento que permeou – e ainda permeia – parte expressiva dos estudos raciais: o racismo, o machismo e a LGBTfobia seriam opressões estruturais, ligadas, fundamentalmente, à estrutura do capitalismo. Logo, uma mudança nessas relações passaria, inevitavelmente, pela destruição dessa estrutura. Certamente, concordamos com tais argumentos, entendendo que o capitalismo surge e estende seus tentáculos por meio da opressão, subjugação e exploração do outro.

O debate sobre o caráter estrutural do racismo, aspecto que nos importa neste momento, já foi amplamente explorado por diferentes autores, permitindo considerar, de forma abrangente, as vicissitudes desse entendimento¹¹. No entanto, tem-se observado que tal perspectiva tem se alterado ou, pelo menos, sido posta à prova pelo capital.

Conforme se observa no decorrer deste trabalho, o neoliberalismo desenvolveu formas de se antecipar e gerenciar conflitos, de modo que sua dominação seja preservada. Para fechar esse circuito, torna-se imprescindível

¹¹ Cf. Para um entendimento mais aprofundado sobre o caráter interseccional do racismo estrutural, confira: DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016; ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

considerar o papel e a participação fundamental de organizações como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização das Nações Unidas e outras empresas de consultoria financeira e empresarial na constituição e implementação desse processo.

Como ponto de partida para a construção dessa ideologia, evidencia-se a realização do Consenso de Washington, que estabeleceu os marcos para uma agenda neoliberal. Embora Batista (1994) observe que, inicialmente, o encontro não tivesse o objetivo de estabelecer recomendações para a condução da política econômica, verifica-se que, no fundo, as avaliações em relação às reformas e políticas implementadas fundamentaram a construção de um processo que culminou no estabelecimento de regras gerais para uma cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral.

O Consenso de Washington, na perspectiva de Batista (1994), não apresentou, necessariamente, formulações novas. Pelo contrário, segundo o autor, a conferência apenas registrou o grau de efetivação das políticas que já eram recomendadas, criando políticas coordenadas que não se limitavam apenas aos setores econômicos, mas também incorporaram outros aspectos da vida social. No entanto, de acordo com Batista (1994, p. 7), para além de estabelecer os 10 pontos para uma gestão econômica, apresentou outras contribuições:

Contribuiria para a pronta aceitação do diagnóstico e da proposta neoliberal - dessa visão economicista dos problemas latino-americanos - a existência de um grande número de economistas e cientistas políticos formados em universidades norte-americanas, de Chicago e Harvard, onde passara a pontificar uma visão clássica e monetarista dos problemas econômicos. Alguns desses economistas seriam chamados a ocupar posições de comando em seus países de origem, do que são exemplos Salinas de Gortari no México e Domingo Cavallo na Argentina. Também contribui para a ressurreição das velhas idéias liberais a ação promocional de fundações estrangeiras e de organismos internacionais, muito ativos no financiamento e organização de publicações e seminários que monopolizariam o debate acadêmico no continente e que acabariam por influir fortemente na orientação das atividades extracurriculares das universidades latino-americanas, afogadas, junto com o Estado, em dificuldades financeiras.

Conforme observa Batista (1994) e também evidenciado por Naim (2000), o Consenso de Washington corroborou muito mais para o resgate de uma perspectiva liberal pós-Guerra Fria do que, necessariamente, apresentou um projeto novo em relação à política econômica. Mesmo que, por opção, não

entremos neste debate acerca da inovação em termos de política econômica, é importante considerar que as 10 recomendações oriundas do consenso foram aplicadas na América Latina, especificamente no Brasil.

Nesse sentido, é importante destacar alguns pontos. O primeiro, que compreendia a necessidade de “disciplina fiscal, evitando grandes déficits fiscais em relação ao PIB” (Vasconcelos, 2021, p. 23), foi incorporado ao cenário brasileiro por meio da realização de contenção de gastos, do estabelecimento de critérios rígidos para o acesso a determinadas políticas públicas e do desenvolvimento de políticas que objetivavam limitar os gastos públicos com setores específicos. Isso se evidencia nos movimentos de reforma realizados entre 1994 e 2004, bem como entre 2017 e 2022.

Concomitantemente, a segunda recomendação estava relacionada ao “redirecionamento dos gastos públicos de subsídios (especialmente subsídios indiscriminados) para uma ampla provisão de serviços essenciais pró-crescimento e pró-pobres, como educação, saúde e investimento em infraestrutura” (Vasconcelos, 2021, p. 23). Essa recomendação, voltada, em certa medida, para uma perspectiva desenvolvimentista em relação aos gastos públicos, corroborou significativamente para a constituição de políticas redistributivas, que entendiam que os gastos com políticas de auxílio aos pobres, educação, saúde ou infraestrutura poderiam trazer benefícios econômicos e sociais aos países.

Esse processo de redirecionamento dos gastos públicos representou, em certa medida, uma ação de gerenciamento de conflitos, uma vez que o auxílio aos pobres e os investimentos públicos em áreas sociais como educação, saúde e infraestrutura poderiam apresentar um caráter de manutenção do bem-estar social. No entanto, mesmo que se considere a relevância dessas políticas para a redução das desigualdades sociais e econômicas que permeiam a sociedade brasileira, é imprescindível destacar não apenas o seu desmonte, mas também sua possibilidade de controle social, construção de uma força de trabalho de reserva ou condução a um processo de lumpemproletariado.

Por fim, em relação às recomendações oriundas do Consenso de Washington, é relevante, para os objetivos deste trabalho, considerar o 9º ponto: “Desregulamentação: abolição das regulamentações que impedem a entrada no

mercado ou restringem a concorrência, exceto aquelas justificadas por motivos de segurança, proteção ambiental e do consumidor e supervisão prudencial de instituições financeiras” (Vasconcelos, 2021, p. 23).

Dessa maneira, pode-se observar que a 9ª recomendação forneceu subsídios para o desenvolvimento de uma oposição entre o Estado e o mercado, sendo este último – conforme já mencionado – lançado ao posto de ente de regulação da vida social, capaz de realizar, de forma mais efetiva, a redistribuição e o reconhecimento. Brown (2019) evidencia o crescimento do papel do mercado em contraposição ao Estado no período pós-crise de 2008. A autora demonstra, por exemplo, um conjunto de medidas de desregulamentação que, amparadas na retórica de serem necessárias para controlar a crise, acabaram corroborando para a redução do papel do Estado em termos de alcance e intervenção.

O 9º ponto é, em suma, o aspecto mais relevante para o trabalho, sobretudo para refletir sobre como os efeitos produzidos pela política de desregulamentação contribuíram para a constituição de um ambiente em que os trabalhadores são compelidos a adotar uma perspectiva de “empresa de si mesmos” e se encontram precarizados sob a lógica do empreendedorismo.

Embora o Consenso de Washington seja relevante no que diz respeito à constituição de uma política neoliberal alinhada, é importante considerar que os efeitos desse encontro consubstanciaram a formação dessa nova ideologia de mercado. A conferência constituiu as bases para a ampliação da influência neoliberal, bem como fundamentou a construção de uma perspectiva mais alinhada ao que se entendia por futuro da economia capitalista.

Neste escopo, evidencia-se a perspectiva de Samuel Palmisano, em *The Globally Integrated Enterprise*. Palmisano (2006), à época diretor da IBM, compreendia que:

Durante as últimas três décadas do século, no entanto, algumas mudanças importantes começaram a se desenrolar na economia mundial. Primeiro, o nacionalismo econômico diminuiu, e, com isso, as barreiras ao comércio e ao investimento recuaram. A liberalização dos fluxos de comércio e investimento alterou a percepção das empresas sobre os tipos de globalização considerados aceitáveis (Palmisano, 2006, p. 129).

No trecho supracitado de Palmisano (2006), é possível evidenciar, sobretudo, dois elementos importantes. O primeiro está relacionado a um conjunto

de políticas liberalizantes, pensadas e coordenadas a partir do Consenso de Washington, como é o caso da liberalização dos fluxos de comércio e investimento, bem como a redução das barreiras impostas pelos Estados-nação no âmbito da participação estrangeira.

Todavia, o ponto relevante dessa perspectiva encontra-se, principalmente, nos desafios elencados pelo autor no que diz respeito à integração global das empresas. Palmisano (2006), para além das questões de uma melhor regulação da propriedade intelectual – que buscava construir um pacto global contra a pirataria – e do estabelecimento de padrões de gestão corporativa (governança, transparência, privacidade, segurança e qualidade de uma empresa), chama a atenção para a perspectiva de “suprimento” de habilidades de alto valor.

Para Palmisano (2006, p. 134):

Nações e empresas precisam investir em melhores programas básicos de educação e treinamento. Também são necessárias novas habilidades gerenciais. Abordagens hierárquicas, de comando e controle, simplesmente não funcionam mais. Elas dificultam o fluxo de informações dentro das empresas, prejudicando a natureza fluida e colaborativa do trabalho hoje em dia.

Ao estabelecer uma crítica em relação às abordagens tradicionais de gestão empresarial, Palmisano (2006) não aponta para o estabelecimento de novas relações de trabalho, mas, sim, para a construção de uma abordagem que permita alcançar novos públicos de forma mais integrada e lucrativa. A empresa globalmente integrada é, nessa lógica, uma organização capaz de apreender as demandas sociais, gerenciar conflitos e tangenciar o medo e as perturbações.

A diversidade e a inclusão aparecem, na visão de Palmisano (2006, p. 134), como instrumentos importantes. O autor observa que “o simples fato de que tantas pessoas em todo o mundo estão ganhando acesso igualitário ao processo produtivo e ao mercado significa muito mais comércio e concorrência”. Conforme Palmisano (2006) destaca posteriormente, a diversidade e a inclusão corroboram, indubitavelmente, para a constituição de uma prática de gestão empresarial capaz de gerir o descontentamento global, promovendo o progresso social e o crescimento dos negócios.

Palmisano, como gestor, entendeu e contribuiu para a construção dessa nova ideologia de mercado, principalmente ao considerar a diversidade e a inclusão

não apenas como elementos inseridos no âmbito do consumo, mas na própria forma de organização do capitalismo. Essa diversidade e inclusão, defendidas pelo autor como imprescindíveis para a construção de uma empresa global, não consistiam, efetivamente, na mudança das estruturas sociais, mas no estabelecimento de formas diferenciadas de gestão de conflitos, alcance de novos mercados e, fundamentalmente, de lucro.

Perspectiva que converge com a observação de Polese (2020, p. 13), ao considerar que:

O desenvolvimento econômico capacita as empresas mais dinâmicas a anteciparem os conflitos sociais por meio de concessões materiais aos trabalhadores, as quais são oferecidas (ou arrancadas) em termos de maior quantidade de remuneração ou de bens e serviços que entram, no quadro em sua totalidade, como formas de remuneração direta e indireta. Essas concessões não se dão *em termos de valor* e sim de *produtos e serviços*, por isso a classe trabalhadora passa a receber mais, em termos de salário e demais formas de *remuneração e “inputs”*, mas recebe menos em termos de valor, por isso, ao contrário do que a aparência indica, ela é agora mais explorada que antes, em termos relativos.

Embora se tenha observado, até aqui, perspectivas estrangeiras em relação a essa construção ideológica, há inúmeros exemplos nacionais que reforçam como os instrumentos de gestão do capital atuaram na transformação da identidade como bem de consumo e de controle. Antes de adentrar especificamente nesses elementos, destaca-se a participação do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização das Nações Unidas na formação desses processos. Esse movimento assume maior ênfase, sobretudo, a partir dos anos 1990, quando os primeiros estudos sobre os ganhos que a diversidade poderia trazer para as empresas foram publicados (Polese, 2020).

De acordo com Silva e Azevedo (1990), para a construção de uma unidade global que não apenas estabilizasse a nova ordem do capital, mas também evitasse que convulsões sociais colocassem em risco sua dominação, as organizações passaram a incorporar determinadas relações sociais como ativos econômicos. Em uma pesquisa publicada por Buvinic, Mazza e Deutsch, em 2004, encomendada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), observa-se, já no prólogo, que a inclusão e a diversidade aparecem como elementos importantes para a estabilidade econômica e política.

O prólogo, escrito pelo ex-presidente do BID, Enrique V. Iglesias (2004, p. 7), destaca que a América Latina e o Caribe são regiões com grande diversidade étnica, racial e cultural. Segundo o gestor:

Essa diversidade representa um ativo importante e constitui um elemento-chave para alcançar uma estabilidade econômica e política duradoura e para construir uma sociedade justa, coesa e democrática. A região deve, porém, superar uma longa e conflitante história de práticas de exclusão que levou a sociedades divididas e desiguais, impedindo a concretização da riqueza representada pela diversidade.

Embora se reconheça o longo e tortuoso caminho de exclusão ao qual esses grupos foram submetidos ao longo de sua história, a proposta de diversidade e inclusão transforma esses elementos em ativos econômicos, recursos importantes para garantir a estabilidade econômica e política. Esse ideário, ou seja, compreender a inclusão e a diversidade como ativos, busca converter seus efeitos não somente em lucro, conforme prevê a própria transformação dessas relações em ativos, mas também contribui, fundamentalmente, para o gerenciamento de conflitos e a construção de uma força de trabalho mais engajada e motivada (Kayo et al., 2006).

Como ativos intangíveis, a diversidade e a inclusão aparecem nesse circuito como instrumentos importantes de controle e conformação social. Foi o Fundo Monetário Internacional, em pesquisa publicada em 2018, que recomendou o estabelecimento de políticas de diversidade e inclusão como formas de aumentar a produtividade e o crescimento, exigindo que o Estado e o Mercado estabelecessem com urgência políticas de incentivo (FMI, 2018).

O Banco Mundial, ao mesmo tempo, emitiu diversas recomendações acerca da diversidade e inclusão. De forma particular, é relevante considerar o comunicado emitido pela organização após os conflitos gerados pelo assassinato de George Floyd, em 2020, que apresentou um conjunto de recomendações para o combate interno e externo (com parceiros, membros e outras organizações) ao racismo. As temáticas abordadas incluem, por exemplo, a gestão de conflitos, a gestão de carreiras e o recrutamento.

Embora o comunicado apresente uma perspectiva que considera multifacetado o problema do racismo, o Banco Mundial aponta para o valor intangível da diversidade e da inclusão. O comunicado mais relevante, no entanto,

foi publicado pelo Banco Mundial em 2003. Intitulado *Opportunities and Challenges for Racial and Ethnic Inclusion in Development*, o texto buscava estabelecer uma relação com os Objetivos do Milênio e reúne um conjunto de conferências realizadas pelo banco no contexto da diversidade e inclusão.

Identifica-se que pautas intrinsecamente ligadas aos movimentos sociais foram incorporadas pelo Banco Mundial, entre as quais se destacam o empoderamento, a representatividade e, fundamentalmente, a interseccionalidade. Quais seriam os interesses dessas organizações em incorporar tais perspectivas em seu modelo de gestão? Algumas respostas podem ser encontradas no texto *Main Issues and Discussions*, no qual o Banco Mundial (2003, pp. 26-27) observa que:

A nova estratégia do Banco Mundial para a redução da pobreza baseia-se na aceleração do investimento e do crescimento, no reconhecimento da estabilidade macroeconômica como uma pré-condição e na necessidade de programas direcionados e de empoderamento. O empoderamento é definido como a expansão de ativos e capacidades das pessoas pobres para participar, negociar, controlar ou responsabilizar as instituições formais e informais que afetam suas vidas. Foram introduzidos cinco elementos-chave de empoderamento que devem fundamentar a reforma institucional. São eles: acesso à informação; acesso de grupos pobres ao crédito, educação, terra e a um fluxo previsível de recursos fiscais; inclusão e participação; responsabilização; e capacidade organizacional local.

Nesse comunicado, explicita-se, sobretudo, uma inter-relação direta entre as perspectivas políticas e reivindicativas dos movimentos sociais e o cenário da gestão econômica e social. A resignificação dos discursos dos movimentos sociais por parte dos organismos neoliberais corroborou para a constituição de uma perspectiva mercadológica dessas pautas. Dessa forma, verifica-se que esse empoderamento, do qual trata o comunicado do Banco Mundial, limita-se unicamente a uma perspectiva que capacita os indivíduos ou grupos sociais para intervir socialmente dentro de limites estabelecidos, evitando que estes mesmos criem formas próprias de se autodeterminarem.

Além disso, é possível observar o caráter indissociável entre a defesa da inclusão e da diversidade como formas de acumulação e como instrumentos de estabilidade macroeconômica. Destaca-se que a diversidade e a inclusão, imbuídas pela perspectiva neoliberal, passam a ser promovidas como estratégias para

constituir formas de: I – Promover um maior controle social e gerenciamento de conflitos, o que, na linguagem do sistema financeiro, aparece como gestão de riscos; II – Ampliar o alcance da oferta de produtos e serviços, mediante a inclusão de grupos de identidade antes excluídos; III – Promover uma conformação social, seja do trabalhador ou do consumidor, a partir de uma aparente luta do grande capital e dos organismos multilaterais contra a exclusão/opressão desses grupos.

No Brasil, a promoção de uma agenda de inclusão e diversidade de identidade como ativo financeiro é manifestada, sobretudo, por duas organizações: o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Para fins de análise, destaca-se o papel do Instituto Ethos, que se constitui como uma organização mais ativa e com produções recorrentes sobre a temática. Embora seja possível observar a construção dessa perspectiva de forma anterior às atividades dessa organização¹², o Instituto Ethos desempenha um papel importante na sua disseminação.

O Instituto Ethos surgiu em 1998, em São Paulo, como uma organização social sem fins lucrativos, cujo objetivo é “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável” (Instituto Ethos, 2024). A organização, buscando estabelecer parcerias com empresas nacionais e internacionais, procura difundir uma perspectiva de responsabilidade empresarial, considerando o papel que as organizações desempenham no desenvolvimento social.

Reunindo em seu quadro de associados diferentes empresas, a instituição tem como um de seus princípios a “Valorização da diversidade e combate à discriminação” (Instituto Ethos, 2024). Em 2006, o Instituto Ethos publicou um

¹² Em 1990, Maria Helena Zockun e outros autores publicaram um livro promovido e financiado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), intitulado *Livre para crescer: proposta para um Brasil moderno*. O objetivo do trabalho era situar a economia brasileira no cenário do liberalismo global, considerando os “passos” necessários e as medidas que deveriam ser adotadas para tornar o país moderno. Entre as propostas, destaca-se a ênfase, do ponto de vista social, na necessidade de combater a pobreza e a exclusão por meio do mercado, ressaltando a importância da desregulamentação como forma de inclusão e promoção de uma competitividade baseada na diversidade de agentes. Conforme observa Lopes (2009, p. 98), a publicação “expressou categoricamente a adesão de grande parte do empresariado brasileiro ao neoliberalismo”, evidenciando a necessidade de um novo modelo de modernização para o Brasil.

documento intitulado “O Compromisso das Empresas com a Promoção da Igualdade Racial”. Convidando intelectuais, gestores e membros do mercado financeiro, a organização, além de realizar um balanço sobre o debate do empresariado e do mercado financeiro em relação aos benefícios da diversidade e da inclusão, busca apresentar as vantagens dessas políticas.

Antes de adentrarmos mais detidamente na análise dessas propostas e benefícios, torna-se importante considerar um aspecto particular da análise do Instituto Ethos: as “dificuldades” enfrentadas pelas empresas na implementação de ações de diversidade e inclusão. Essas dificuldades, que geravam, em certa medida, críticas e reivindicações sociais exigindo maior justiça social, eram apreendidas pela organização. Assim, a concordância de que existia uma desigualdade baseada na identidade poderia, inclusive, possibilitar o enfrentamento de outras noções de justiça e igualdade.

No capítulo “A valorização da diversidade nas empresas”, escrito por Bulgarelli (2006, p. 10), essa perspectiva aparece:

Para resumir, é essa concordância ou entendimento de que há desvantagens concretas e simbólicas no fato de ser negro que leva as empresas que estão mais avançadas no campo da promoção de direitos humanos a tomar posição e a realizar ações afirmativas. Sem esse entendimento, não há coragem para enfrentar os questionamentos mais variados, e por vezes até exagerados, daqueles que têm uma visão muito própria do que seja justiça e igualdade.

Que visões exageradas seriam essas? Quais seriam essas visões próprias da justiça e da igualdade? Embora Bulgarelli (2006) não dedique algumas linhas para explicar essas relações, é imprescindível destacar a relevância que a diversidade e a inclusão, sobretudo racial, assumem para as empresas. Para o autor, o estabelecimento dessas políticas poderia representar um bom desempenho financeiro para as organizações, além de melhorar a imagem ou reputação da empresa, o clima interno, a cultura organizacional e a qualidade das relações.

Por fim, o autor observa que a diversidade e a inclusão são uma realidade para as empresas e que seria necessário que os gestores nacionais entendessem os benefícios dessas ações. De acordo com Bulgarelli (2006, pp. 14-15):

Não faz muito tempo, os executivos brasileiros das multinacionais rechaçavam qualquer programa de suas sedes que tratasse de diversidade, ações afirmativas ou cotas, dizendo que aqui era tudo

diferente, um paraíso da democracia racial. Não foram os líderes mundiais das empresas que negaram ao país os benefícios de seus programas de valorização da diversidade, mas os próprios brasileiros que ainda hoje desconhecem a própria realidade, o que é prejudicial para os negros, mas também para os negócios. Desconhecer a realidade na qual se atua é um risco enorme para qualquer empreendimento. Há agora várias empresas multinacionais tomando providências para mudar sua realidade, seja por pressão da sociedade, seja por oportunismo ou mesmo por convicção de que a diversidade faz bem aos negócios e à sociedade ao mesmo tempo.

No trecho supracitado, pode-se evidenciar que Bulgarelli (2006) chama a atenção para o fato de que o movimento de inclusão e diversidade nos espaços empresariais já estava sendo adotado em outros países, trazendo benefícios para as empresas. No entanto, o autor observa que esse processo ainda enfrentava dificuldades no Brasil, especificamente pelos gestores que, amparados em uma perspectiva tradicional em relação à gestão de recursos humanos, se recusavam a aderir à modernidade.

Ao final, Bulgarelli (2006) destaca uma mudança nas empresas transnacionais, que têm buscado alterar essa realidade, evidenciando tanto os aspectos relacionados às pressões sociais quanto os benefícios para os negócios. Aqui, novamente, pode-se observar que o estabelecimento de um programa meta-progressista, conforme disposto pelo autor – no caso, Bulgarelli –, constitui um projeto que beneficia significativamente os negócios.

Em relação aos benefícios, embora Bulgarelli (2006) não os apresente efetivamente, as pesquisas da McKinsey & Co, exploradas em capítulos anteriores, e as análises realizadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional permitem avaliá-los em dois grupos: benefícios materiais/econômicos e benefícios simbólicos/intangíveis.

A constituição de uma agenda de diversidade e inclusão, baseada nesses moldes, encontra no Instituto Ethos um importante espaço de construção e disseminação. Desde 2003, conforme se evidencia na análise de sua atuação, o instituto publica o *Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil*, considerando as ações voltadas para a diversidade e a inclusão. A organização busca, por meio da pesquisa, apresentar um panorama sobre a existência dessas políticas e orientar parcerias acerca de sua implementação e dos benefícios financeiros associados.

Em 2017, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do *Institute for Human Rights and Business* (IHRB) e do Fundo Newton, o instituto criou a Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero. Essa iniciativa surge como “uma iniciativa para contribuir com a reversão de tal cenário [ausência de diversidade e inclusão], ensejando um desenvolvimento econômico com desenvolvimento social para os quais a promoção da diversidade e da equidade são passos decisivos” (Instituto Ethos, 2017).

Percebe-se, nesse circuito, que há um caráter indissociável entre a promoção de políticas de diversidade e inclusão e o crescimento econômico. Logo, avulta-se que tais ações não são promovidas apenas como forma de conscientizar sobre a necessidade de oferecer oportunidades iguais aos “colaboradores”, de ampliar o acesso desses grupos a espaços antes negados ou, ainda, de promover igualdade e justiça social baseadas na autodeterminação desses grupos. Antes disso, destaca-se a via da acumulação, do aumento da receita e dos benefícios econômicos.

4.3 Empreendedorismo e identidade: controle e conformação social?

No decorrer dos últimos capítulos e seções, foi possível estabelecer um panorama mais amplo em relação aos efeitos do neoliberalismo na vida social, dando ênfase à identidade, sobretudo à identidade negra. Observou-se como o neoliberalismo, em sua vertente meta-progressista, constitui formas de acomodar as demandas e gerir os conflitos relacionados à identidade. A inclusão, a diversidade, o empoderamento e, até mesmo, a interseccionalidade passam a integrar o discurso empresarial, não da mesma forma como eram concebidos pelos movimentos sociais, mas sim em um novo ordenamento, uma nova prática discursiva, ressignificada e mercantilizada.

Na última seção, verificou-se que a iniciativa empresarial e financeira em torno da diversidade e da inclusão aparece, sobretudo, como uma forma nova de crescimento econômico, gestão de conflitos e estabilidade política e econômica. A integração de grupos identitários, nesse caso os negros, adquire o potencial de estabelecer novos marcos de controle e de conformação social do neoliberalismo.

Como discutido no capítulo III, o empreendedorismo, em seu sentido clássico, foi transformado em uma nova espécie de precarização, que delega ao indivíduo, livre de suas condicionantes e descolado das coletividades, a responsabilidade por sua própria sorte (Dawson; Francis, 2016). No caso do afroempreendedorismo, essa situação torna-se ainda mais precária, uma vez que há o incremento da identidade como um fator adicional.

Conforme observou Passos (2020), a trajetória da população negra no Brasil, sobretudo após o advento da nova ordem competitiva, foi marcada por uma perspectiva que compreende a informalidade e a exclusão do mercado formal de trabalho. De acordo com a autora, o longo percurso realizado por esse grupo no contexto da busca por assimilação e do enfrentamento ao branqueamento, à democracia racial e à eugenia, aliado à constituição de barreiras de acesso à cidadania, os constituiu como não-trabalhadores.

Sendo excluída da possibilidade de efetivação como trabalhadores, o que implicaria na aquisição de direitos, essa população enfrentou a construção de um quadro em que foi, paulatinamente, inserida em um contexto de informalidade. Ausente do mercado formal como uma possibilidade de reproduzir sua força de trabalho, a população negra, conforme demonstra Passos (2020), precisou encontrar na informalidade uma forma de se reproduzir enquanto força de trabalho.

Essa condição de superexploração, pela via da informalidade, caracterizou-se:

[...] para os capitalistas latino-americanos, como um mecanismo de recuperar a mais-valia perdida para os países centrais através exportação de mercadorias. Sem embargo, isso gerou a exploração de toda a classe trabalhadora latino-americana, criando instabilidade na reprodução da força de trabalho dessa classe trabalhadora, principalmente para as camadas de trabalhadores que foram estruturalmente socializados na informalidade e sem salários, como é o caso da população negra no Brasil. Contudo, os mecanismos da superexploração do trabalho ainda que intrínsecos a nossa sociedade como um todo, conformou-se no âmbito da classe trabalhadora negra brasileira, como um adendo a todas as exclusões e marginalizações estruturais sofridas por essa população (Passos, 2020, p. 73).

A informalidade e o preconceito racial constituíram um circuito que não somente limita as possibilidades efetivas de inserção do negro na sociedade capitalista, mas também cria um aprisionamento em relação às possibilidades de

efetivação e transcendência desse ser. A informalidade foi, e em certo sentido ainda é, uma marca perene na situação da população negra.

Embora essa informalidade tenha representado uma superexploração da população negra no Brasil, criando um estado de coisas que, por suas características, impedia o acesso a direitos mais amplos, como, por exemplo, os seguros trabalhistas, a previdência, entre outros, esse processo, conforme observado anteriormente, possibilitou o desenvolvimento de formas próprias de economia para essa população.

Como exemplificado no capítulo III, pode-se evidenciar, ao mesmo tempo, que tais relações não podem ser enquadradas no conceito clássico de empreendedorismo, uma vez que as barreiras impostas pelo racismo impediram a inovação no sentido transcendente. Pelo contrário, não é possível enquadrar essa população ou essas relações como empreendedorismo, mas sim como batalhadores. Lutando pela sua subsistência e pela constituição de meios de reprodução da sua própria existência, essas populações lançaram-se em uma dinâmica de produção de bens e serviços, muitas vezes em uma relação de negro para negro, que lhes permitisse o desenvolvimento desses meios.

A busca por reconhecimento e participação foi, conforme evidenciado no decorrer deste trabalho, uma pauta demasiadamente importante para as organizações do movimento negro brasileiro. Em especial, ressalta-se que, a partir de Nascimento (2018), como o Movimento Negro Unificado buscou construir uma política reivindicativa que valorizasse, ao mesmo tempo, a participação econômica da população negra.

No entanto, conforme observa Polese (2020) e, fundamentalmente, é destacado por Costa e Rodrigues (2022, p. 138), “o capital tenta acabar com todos os tipos de resistência do seu *modus operandi*, inclusive no plano ideológico”. Esse processo, conforme os autores, ocorre, sobretudo, através da ressignificação e do estabelecimento de novas lógicas discursivas que buscam conformar essas dinâmicas ao escopo neoliberal.

No caso do empreendedorismo, nota-se que o alargamento de seus sentidos, a ressignificação de suas práticas e relações culminaram não somente na promoção de um empreendedorismo neoliberal, mas também impactaram toda

essa dinâmica que atinge as relações de trabalho dos negros no Brasil. O fomento ao empreendedorismo e a construção dessa ideologia neoliberal estabeleceram um novo enquadramento para relações de trabalho que já eram superexploradas.

Analisa-se que os afroempreendedores nascem, sobretudo, de uma lógica neoliberalizante da vida social. É importante estabelecer, todavia, que isso não implica afirmar que os esforços de autodeterminação, inovação ou, até mesmo, de empreendedorismo negro não sejam importantes ou que não possibilitaram, em certa medida, a modificação da situação econômica da população negra.

Conforme dados do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), em pesquisa publicada em 2023, o empreendedorismo representa cerca de 70% da economia mundial. As políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo no Brasil corroboraram para a marca de 48 milhões de empreendedores, sendo o segundo país com maior número, atrás apenas da Índia, que dispõe de 106 milhões de empreendedores (GEN, 2023).

Ao analisar a segmentação dos dados por raça, evidencia-se que os afroempreendedores estabelecidos representam 10,8%, contra 13,5% de empreendedores brancos. Em relação aos novos empreendedores, caracterizados pela pesquisa como indivíduos que ingressaram no mercado formal do empreendedorismo nos últimos anos, os negros correspondem a 18,9%, frente a 18,1% de participação de brancos (GEN, 2023). É interessante notar a caracterização realizada pela pesquisa em relação aos “novos empreendedores”. Segundo o GEN (2023), esses empreendedores já desempenhavam atividades ligadas ao seu ramo de atuação, mas sua formalização ocorreu nos últimos 3,5 anos.

Ao caracterizar os negros informais como afroempreendedores, pode-se observar que o neoliberalismo não apenas constitui uma perspectiva em que esses indivíduos seriam donos dos meios de produção, mas também transfere a responsabilidade pela superação da desigualdade baseada na identidade exclusivamente para eles. Identifica-se, simultaneamente, a formação da “empresa de si mesmo”, em que se deve adotar uma atitude empresarial e autogerenciada, de modo a possibilitar o alcance do sucesso.

Os incentivos criados ao empreendedorismo, a possibilidade de acesso à educação, os cursos de gestão, os *coachs*, entre outros, informam que o sucesso depende apenas do indivíduo, da aquisição autocentrada de conhecimentos, do abandono de condicionantes e da competitividade. O mercado cria e harmoniza as relações, busca diversificar e incluir os indivíduos, tornando-os capazes, de forma individual, de perseguir o sucesso e superar as desigualdades sociais e econômicas.

A construção de indivíduos-empresa, no afroempreendedorismo, gera duas dinâmicas. Em primeiro lugar, observa-se uma fragmentação das coletividades em um conjunto de individualidades hiperideologizadas, lançadas ao mercado, onde a superação das opressões que enfrentam é atribuída exclusivamente a elas. Assim, não se discute a participação ou assistência do Estado, cuja atuação se limita a criar meios de fomentar a integração do indivíduo no mercado.

Se o afroempreendedor, no exercício de suas atividades, não alcança o sucesso desejado, ou seja, não consegue superar sua condição desigual, a culpa por esse infortúnio é atribuída ao próprio indivíduo, que supostamente não adquiriu os conhecimentos necessários ou não se esforçou o suficiente. Ademais, ao pautar o sucesso pela meritocracia e ao inserir a diversidade e a inclusão na lógica neoliberal, esse processo reforça a ideia de que vivemos em um estado de igualdade.

A ascensão de alguns poucos indivíduos negros é utilizada como forma de reforçar essa ideologia. Ainda que possa parecer uma demonstração da capacidade do capitalismo neoliberal de incorporar diversidade e inclusão, de abordar problemas de forma interseccional e de adotar pautas desses movimentos mediante ressignificação, percebe-se que a noção de justiça e igualdade está profundamente inserida em uma lógica mercadológica. Isso demonstra que essa possibilidade é ilusória e não altera a condição de subalternidade; pelo contrário, serve como subsídio para a construção de uma ideologia de igualdade e diversidade sob o capitalismo.

Adicionalmente, ao considerar os dados do afroempreendedorismo, observa-se, segundo o Sebrae (2022), que os afroempreendedores ainda apresentam um rendimento médio mensal inferior ao dos brancos: R\$ 1.714 contra

R\$ 2.587, uma diferença média de R\$ 873. Quando se analisa a variável gênero, evidencia-se que as mulheres negras possuem um rendimento 44% inferior ao dos homens brancos: R\$ 1.539 contra R\$ 2.749 (Sebrae, 2022).

Ao estabelecer um discurso ideológico de diversidade e inclusão, que promete a possibilidade de ascensão e superação das desigualdades baseadas na identidade, o neoliberalismo produz uma narrativa mercantilizada e ressignificada das pautas e perspectivas dos movimentos sociais. Isso resulta em novas formas de controle e conformação social. No caso dos afroempreendedores, observa-se uma relação que não apenas intensifica a precarização e a exploração do trabalho, mas também contribui para a ampliação e instrumentalização de sua condição de opressão.

Essa via-crúcis, que permite que poucos negros ascendam sob o manto da diversidade e inclusão, acaba por construir dispositivos ideológicos que transferem para os negros a responsabilidade por suas mazelas. Retomando Fraser (2021), enquanto alguns poucos ascendem, a maioria permanece presa aos porões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o término da dissertação, deparei-me com uma entrevista da geógrafa estadunidense Ruth Wilson Gilmore, em que a autora refletia sobre a construção de um debate em torno do que compreendemos como “capitalismo racial”. A autora apresenta, como ponto de partida, o entendimento de que o capitalismo, em sua própria constituição, baseia-se na premissa da hierarquia e da submissão do outro. Indo além, Gilmore observa, fundamentalmente, que a existência do capitalismo é incompatível com a igualdade. Ou seja, não há capitalismo que desmonte as hierarquias raciais, que combata o sexismo ou a dominação de gênero¹³.

Trazer esse trecho da entrevista de Ruth Wilson Gilmore para esta reta final fundamenta-se, sobretudo, na perspectiva de que o capitalismo, mesmo que se valha de um discurso de diversidade e inclusão, de abertura para grupos sociais marginalizados e subalternizados, impõe novas dinâmicas de produção e reprodução que, como pano de fundo, condenam esses grupos a uma superexploração – e à intensificação de sua condição de subalternidade – além de constituir novos meios de controle e conformação social.

Partindo de uma perspectiva semelhante, a jornalista, professora e escritora Bianca Santana, em entrevista para o portal UOL, em 2021, observou refletindo sobre a formação da identidade negra e as ações afirmativas, argumentou que “eu não gosto da coisa 'pretos no topo', porque se tem topo, significa que alguém está na base, pressupõe desigualdade, e não me parece ser o projeto que a gente quer. A gente quer um projeto formulado pelo movimento negro, que tem agenda para melhorias de vida de toda a população brasileira”¹⁴.

No decorrer deste trabalho, pode-se observar como, a partir de sua crise estrutural, especialmente desde a década de 1970, o capitalismo desenvolveu

¹³ ANTIPODE FOUNDATION. Geographies of Racial Capitalism with Ruth Wilson Gilmore. Video. 16m18s. **Youtube**, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2CS627aKrJI&t=47s>> Acesso em: Jan. 2025.

¹⁴ UOL. "Não gosto de 'pretos no topo'. Se há, tem gente na base", diz jornalista. **UOL**, 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/11/17/evento-origens---painel-3.htm>> Acesso em: Fev. 2025.

novas formas de perpetuar seus domínios, criando não apenas maneiras de tornar-se hegemônico, mas também de fazer com que sua hegemonia aparecesse como natural. A partir do resgate e da contribuição neoliberal, evidencia-se a constituição de uma perspectiva progressista que buscava alinhar uma lógica de bem-estar social como forma de estabelecer novos meios de controle social, evitando que as demandas sociais e populares pudessem desencadear um novo período de conflitos.

A construção desse neoliberalismo progressista, que buscava conformar e ressignificar as demandas e reivindicações dos movimentos sociais, corroborou para a formação de uma agenda pautada em uma dinâmica mercantilizada da diversidade e da inclusão. Nos Estados Unidos, pode-se observar como esse fenômeno culminou em um processo no qual a ascensão de grupos sociais historicamente marginalizados, como é o caso dos negros, foi acompanhada de um intenso processo de supraideologização do indivíduo, em que este passou a ser responsabilizado por sua condição de subalternidade e visto como o único detentor dos “meios” para ascender socialmente.

Ao transferir a responsabilidade por sua própria condição de subalternidade, o neoliberalismo progressista operou, naquele país, uma dinâmica em que o mercado seria o único ente capaz de promover a igualdade de oportunidades e a possibilidade de superação das desigualdades econômicas e sociais que permeiam a existência desses grupos. Somente o mercado, e não mais o Estado, seria capaz de promover a redistribuição e o reconhecimento.

No Brasil, a relação entre neoliberalismo e progressismo não se desenvolveu nos mesmos moldes dos Estados Unidos. Esse processo, por sua vez, deu origem a um fenômeno específico: o neoliberalismo meta-progressista. A construção dessa ideologia emerge a partir de um conjunto de ações e orientações de organizações internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, entre outras, que foram apropriadas por organizações patronais e do setor financeiro, como o Instituto Ethos, o GEN, o SEBRAE e a FIESP, que passaram a promover políticas de diversidade e inclusão.

Pode-se evidenciar que esse processo, embora baseado em uma lógica oriunda dos movimentos sociais negros, que reivindicavam condições de

participação, inclusão, diversidade e representação, foi apropriado por essas organizações como forma de controle social, gerenciando conflitos e controlando convulsões sociais, e de conformação social, constituindo uma perspectiva de que o capitalismo poderia solucionar ou amenizar as dicotomias em relação ao acesso e à participação desses grupos.

A nova lógica discursiva, empreendida pelo neoliberalismo meta-progressista, ao modificar ou ressignificar os sentidos políticos da inclusão e da diversidade, introduz não apenas novas formas de subalternização, mas também transfere para os indivíduos toda a responsabilidade por sua sorte. Transformando os indivíduos em empresas, o neoliberalismo meta-progressista estabeleceu uma oposição entre Estado e mercado, promovendo uma ideologia segundo a qual esses indivíduos, ao se autogerenciarem e integrarem-se à lógica de mercado, poderiam contornar as barreiras sociais impostas pelo racismo.

Em uma sociedade como a brasileira, pode-se evidenciar que o meta-progressismo, embora tenha contribuído para a construção de formas de acesso às populações anteriormente excluídas, também operou de maneira a limitar o alcance do Estado. As reformas políticas vivenciadas nos últimos anos, como a reforma trabalhista e a previdenciária, apresentadas como ações necessárias para contornar a crise econômica, transmutaram-se em uma limitação da intervenção do Estado na economia.

Na ausência de formas de regulação mais amplas, evidencia-se que o neoliberalismo apropriou-se do empreendedorismo, ressignificando-o para um processo de superexploração do trabalho. No domínio da identidade, especificamente da negritude, essa pulsão ao empreendedorismo serviu como forma de intensificar a exploração e precarização desse grupo social. Se antes os negros eram lançados à própria sorte e explorados a partir da lógica da informalidade, no neoliberalismo meta-progressista, tornam-se empreendedores, “donos dos meios de produção”.

Assim, a figura do afroempreendedor surge não como uma forma de expressão e reconhecimento da produção negra, mas como uma via para a superexploração. A própria superexploração e precarização são apresentadas, nessa lógica, como meios necessários para a superação das condições de

desigualdade. Dessa maneira, verifica-se que, ao transferir para esses indivíduos a responsabilidade por superarem as barreiras impostas pelo racismo, o neoliberalismo meta-progressista constrói uma perspectiva discursiva em que o fracasso ou a impossibilidade de ascender socialmente está relacionada à ausência de capacidades para tal feito.

Diante disso, para fechar esse quadro, torna-se importante compreender que uma defesa neoliberal da diversidade e inclusão não aparece como forma de constituir meios para superar as desigualdades econômicas e sociais que envolvem a negritude. Verifica-se, portanto, que no Brasil, as orientações do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e a atuação das empresas multinacionais permitiram formar uma perspectiva gerencial em que o estabelecimento dessas políticas poderia representar formas de gerenciar conflitos sociais existentes, mas também explorar novos mercados e ampliar os lucros das empresas.

Nesse sentido, observa-se, principalmente a partir do Instituto Ethos, como as perspectivas de diversidade e inclusão foram moldadas pelas empresas, não como formas de constituir uma agenda de igualdade e acesso para os negros, mas como oportunidades de negócio. Constatou-se na pesquisa que a identidade aparece, para essas organizações, como um ativo, um recurso que pode ser trabalhado como estratégia de gestão.

Diante dessa ideologia de diversidade e inclusão, os indivíduos são mobilizados para o mercado como uma resposta eficiente às condições de desigualdade e subalternidade. Nesse contexto, constata-se que a “empresa de si mesmo” aparece como uma atitude, uma ação que deve ser desenvolvida por esses indivíduos para ascender socialmente.

A lógica do neoliberalismo meta-progressista celebra a ascensão de negros, muitas vezes ressignificando suas histórias para promover a meritocracia, o aceite à superexploração e a ideia da “empresa de si mesmo”. No entanto, essa lógica acaba por condenar a maioria à exclusão, presa nos “porões”, impedida de ascender. Como uma espécie de negritude ideal, o neoliberalismo permite a ascensão de determinados indivíduos, especialmente os que se alinham ideologicamente a essas perspectivas, como forma de fundamentar discursivamente sua ideologia de controle e conformação social.

Se antes da emergência do neoliberalismo os negros, para ascenderem socialmente ou alcançarem formas mínimas de sociabilidade dentro da “normalidade” do capitalismo, precisavam se enquadrar em um conjunto de elementos que lhes permitissem passagem — uma espécie de branqueamento —, nesse novo momento, pode-se observar que o neoliberalismo não apenas encoraja determinadas negritudes, mas também as celebra.

Essa mudança, todavia, não implica uma abertura do capital ou um desmonte dos instrumentos de dominação e subjugação do *Outro*, mas, antes de tudo, trata-se da construção de uma lógica discursiva baseada na meritocracia, autossuficiente e autogovernada, que celebra um *ethos* discursivo alinhado à própria permanência e dominação neoliberal. De forma objetiva, ao celebrar a diversidade e a inclusão, o neoliberalismo não alarga seu sentido, permitindo que discursos e perspectivas contra-hegemônicas sublevem a esfera político-econômico-pública, mas sim promove essas relações, limitando-as ao nível da dominação, do controle e da hegemonia.

Este trabalho, portanto, encontrou como limitação a impossibilidade de se realizar um estudo empírico em conjunto com grupos ou coletivos negros que se encontram dos dois lados do fenômeno, ou seja, os que promovem uma perspectiva de afroempreendedorismo, consumo, inclusão e diversidade sob o neoliberalismo e os grupos que buscam construir formas próprias de resistência e propõem novas sociabilidades. Essa limitação se deu, principalmente, por dificuldades na consecução do trabalho empírico, o que exigiu uma modificação na abordagem, de modo que fosse possível compreender esse fenômeno sob a ótica das organizações e instituições que fundamentam e promovem uma lógica neoliberalizante da vida social e da identidade.

Além disso, importa situar este trabalho em um projeto mais amplo, que não somente será desenvolvido no curso de doutorado, mas também seguirá como ponto de investigação em artigos, ensaios e outros formatos de publicação. Esse projeto tem por objetivo analisar como o neoliberalismo se apropria da identidade negra e, em razão dessa relação, compreender os efeitos provocados na capacidade de mobilização política do movimento negro. Localizar este estudo em um projeto de pesquisa maior possibilita explicar que as conclusões obtidas no

decorrer deste trabalho conectam-se a outras e seguirão sendo melhor desenvolvidas e aprofundadas em investigações futuras, mesmo que parte delas tenham sido encerradas neste estudo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALTHEMAN, Eduardo CS. Autoritarismo neoliberal: um balanço. **BIB–Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 98, p. 1-15, 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARELLANO, Edgar Ortiz. Biopolítica y neoliberalismo: biopoder totalizante. **Xihmai**, v. 10, n. 19, p. 1, 2015.

BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e definições. **Revista de empreendedorismo, inovação e tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2015.

BAIN & COMPANY. The Fabric of Belonging: How to Weave an Inclusive Culture. **Bain & Company**, 2022. Disponível em: <<https://www.bain.com/pt-br/insights/the-fabric-of-belonging-how-to-weave-an-inclusive-culture/>> Acesso em: Ago. 2024.

BANCO MUNDIAL. Carta Antirracismo do Grupo Banco Mundial. **The World Bank**, 2020. Disponível em: <<https://thedocs.worldbank.org/en/doc/69da1213c0fa795eaae20bfd19a0c260-0090012021/original/2022001194PORpor001-statement.pdf>> Acesso em: Dez. 2024.

BANCO MUNDIAL. **Opportunities and Challenges for Racial and Ethnic Inclusion in Development**. Washington: The World Bank, 2003. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/794831468763472109/pdf/303280Durban0plus0one.pdf>> Acesso em: Jan. 2025.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington**. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Edição do autor, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BENTO, Berenice. Crítica da crítica à meritocracia. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-critica-da-critica-a-meritocracia/>> Acesso em: Jun. 2024.

BENTO, Berenice. O belo, o feio e o abjeto nos corpos femininos. **Sociedade e Estado**, v. 36, p. 157-172, 2021.

BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. Porto: Afrontamento, 2003.

BISPO, Carlos Alberto Ferreira. Um novo modelo de pesquisa de clima organizacional. **Production**, v. 16, p. 258-273, 2006.

BRAGA, Amanda Batista. **História da beleza negra no Brasil**: discursos, corpos e práticas. São Carlos: EduFSCAR, 2023.

BRASIL. **Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf> Acesso em: Fev. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. 2010.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

BULGARELLI, Reinaldo. A Valorização da Diversidade nas Empresas. In. INSTITUTO ETHOS (ORG.). **O Compromisso das Empresas com a Promoção da Igualdade Racial**. São Paulo: Instituto Ethos, 2006. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/09.pdf>> Acesso em: Jan. 2025.

BUVINIÉ, Mayra; MAZZA, Jacqueline; DEUTSCH, Ruthanne. **Inclusão e desenvolvimento econômico na américa latina**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CANCLINI, Néstor G. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

CARNEIRO, Sueli. Pela Igualdade Racial. In. CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CAROLINE, Joselaine. Afroconsumo: apontamentos sobre as práticas de consumo da negritude. Anais do **Congresso internacional comunicação e consumo**. 2020.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2007.

COLLARES, Ana Cristina. Uma questão de método: desafios da pesquisa quantitativa na sociologia. **Ideias**, v. 4, p. 109-135, 2013.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 27, p. 09-20, 2012.

COSTA, Maria Fabiana; RODRIGUES, Daniel Alvares. Empreendedorismo como estratégia do aumento da precarização e desorganização do proletariado. **Revista Tópicos Educacionais**, v. 28, n. 1, p. 125-150, 2022.

DANILIAUSKAS, Marcelo. Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAWSON, Michael C.; FRANCIS, Megan Ming. Black politics and the neoliberal racial order. **Public Culture**, v. 28, n. 1, p. 23-62, 2016.

DIAS, Matheus Felipe Gomes. A Frente Negra Brasileira: institucionalização, contestação e fascismo. **Revista Práxis Comunal**, v. 2, n. 1, 2019.

DIAS, Matheus Felipe Gomes. **Limites e contornos do lugar de fala**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

DOMINGUES, Petrônio José. **A insurgência de ébano: a história da frente negra brasileira (1931-1937)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron; **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

ENNE, Ana Lucia. À perplexidade, a complexidade: a relação entre consumo e identidade nas sociedades contemporâneas. **Comunicação mídia e consumo**, v. 3, n. 7, p. 11-29, 2006.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: UBU, 2020.

FARIAS, Miriam. **Remitologizando a negritude: identidade cultural e representações da consumidora negra brasileira**. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

FERRAZ, Janaynna de Moura. Armadilha da identidade e crítica ao empreendedorismo social: a exploração da opressão. **Revista Katálisis**, v. 25, p. 252-261, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FREIRE, Karolline. **Preto no branco: análise das influenciadoras digitais de beleza branca e negra do Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). Economic Gains from Gender Inclusion: New Mechanisms, New Evidence. **FMI**, 2018. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/Staff-Discussion-Notes/Issues/2018/10/09/Economic-Gains-From-Gender-Inclusion-New-Mechanisms-New-Evidence-45543>> Acesso em: Dez. 2024.

G4 EDUCAÇÃO. Estresse seus colaboradores. **Instagram**, 2024. Disponível em: <<https://www.instagram.com/g4educacao/reel/C7VU9GuNXY4/>> Acesso em: Jan. 2025.

GIL, Antonio C. **Métodos de técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). **Empreendedorismo no Brasil**: 2023. Recorte temático: Cor/Raça. São Paulo: GEM, 2024. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2024/06/BR-RT-Raca-Cor-2023-2024-v2.pdf>> Acesso em: Jan. 2025.

GOFFMAN, Erving. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. [s.l]: Sabotagem, 2004.

GONZALEZ, Lélia. A esperança branca. In. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. (Orgs.). **Por um feminismo afro latino americano**, São Paulo: Zahar, 2020.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A redução sociológica**. São Paulo: Ubu, 2024.

HAIDER, Assad. **Armadilhas da identidade**. São Paulo: Veneta, 2019.

HAMANN, Trent H. Neoliberalismo, governamentalidade e ética. **Ecopolítica**, n. 3, 2012.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HISRICH, Robert; PETERS, Michel; SHEPHERD, Dean. **Empreendedorismo**. Porto Alegre: AMGH, 2014.

IGLESIAS, Enrique V. Prologo. In. BUVINIÉ, Mayra; MAZZA, Jacqueline; DEUTSCH, Ruthanne. **Inclusão e desenvolvimento economico na américa latina**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

INSTITUTO ETHOS. Sobre o instituto. **Instituto Ethos**, 2024. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/instituto-ethos/>> Acesso em: Jan. 2025.

INSTITUTO ETHOS. Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero. **Instituto Ethos**, 2017. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/iniciativa/33221-2/>> Acesso em: Jan. 2025.

KAYO, Eduardo Kazuo et al. Ativos intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. **Revista de administração contemporânea**, v. 10, p. 73-90, 2006.

LIMA, Diana Nogueira. Antropologia do consumo: trajetória de um campo em expansão. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 56, p. 93-108, 2003.

LOCKMANN, Kamila. As reconfigurações do imperativo da inclusão no contexto de uma governamentalidade neoliberal conservadora. **Pedagogia y Saberes**, n. 52, p. 67-75, 2020.

LOPES, Walson. **Da negação à integração: um estudo da trajetória política do Partido dos Trabalhadores (1979-2002)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MACEDO, Wander Salgado; MAYER, Flávia. Ubuntu: afroestética e afroempreendimentos. **Anais do Seminário Comunicação e Territorialidades**, v. 1, n. 7, 2021.

MARTINS, Júlio. Raça e consumo: A identidade do negro na nova realidade do negro na nova realidade do mercado e dos meios de comunicação. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 2, n. 4, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MCKINSEY & CO. Socioeconomic diversity in the workplace matters. **McKinsey & Company – Latin American**, 2022. Disponível em: <<https://diversitymatters-latam-2022.mckinsey.com/>> Acesso em: Set. 2024.

NASCIMENTO, Eliane Quintiliano. Afroempreendedorismo como estratégia de inclusão socioeconômica. **Anais do Seminário de Ciências Sociais**, v. 3, 2018.

NASCIMENTO, João Gabriel. Mídia, propaganda, negritude e identidades. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 4, n. 8, p. 68-79, 2012.

NATURA & CO. 4T20: Natura &Co reporta forte crescimento de vendas, de 24%1, com alta de 200% do lucro líquido. **Natura & Co**, 2021. Disponível em: <<https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmDownloadDocumento.aspx?Tela=ext&numPr otocolo=838824&descTipo=IPE&CodigoInstituicao=1>> Acesso em: Fev. 2025.

OLIVEIRA, Moacir. **Pentecostais e práticas de consumo: experiência religiosa, cotidiano e suas fronteiras na Universal do Reino de Deus**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

OLIVEIRA, Robson; SAMPAIO, Simone Sobral. Neoliberalismo e Biopoder: o indivíduo como empresa de si mesmo/Neoliberalism and Biopower: individual as a self-entrepreneur. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 17, n. 1, p. 167-177, 2018.

OLIVEIRA, Silvaney; GUIMARÃES, Orliney Maciel; FERREIRA, Jacques. As entrevistas semiestruturadas na pesquisa qualitativa em educação. **Revista Linhas**, v. 24, n. 55, p. 210-236, 2023.

PALMISANO, Samuel J. The globally integrated enterprise. **Foreign affairs**, p. 127-136, 2006.

PASSOS, Ana. **A Socialização da População Negra no Pós-Abolição de não Trabalhadores Assalariados a Afroempreendedores**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Política e Sociologia) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2020.

POLESE, Pablo. **Machismo, racismo, capitalismo identitário**: As estratégias das empresas para as questões de gênero, raça e sexualidade. São Paulo: Hedra, 2020.

RETONDAR, Anderson Moebus. A (re) construção do indivíduo: a sociedade de consumo como "contexto social" de produção de subjetividades. **Sociedade e estado**, v. 23, p. 137-160, 2008.

ROCHA, Ana Raquel Coelho; CASOTTI, Leticia Moreira. Reflexões sobre o consumidor negro brasileiro. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 2, p. 47-62, 2017.

ROCHA, Silvia Pimenta Veloso. O homem sem qualidades: modernidade, consumo e identidade cultural. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 2, n. 3, p. 111-122, 2005.

SANSONE, Livio. Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil. **Mana**, v. 6, p. 87-119, 2000.

SANTOS, José Vicente; BARRERA, César. La destrucción del estado de bienestar social y el neoliberalismo conservador armamentista. In. BURGA, Jaime; RAMOS, Moisés (ORGS). **¿ Es el fin del neoliberalismo en América Latina?**, Lima: ALAS, 2022.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: Unesp, 2017.

SENTANIN, Luis Henrique. Conceitos de empreendedorismo. **Revista científica eletrônica de administração**, v. 5, n. 9, 2005.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Atlas dos Pequenos Negócios – 2022**. São Paulo: SEBRAE, 2022. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2022/07/Atlas-pequenos-negocios-sebrae.pdf>> Acesso em: Dez. 2023.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Empreendedorismo por raça-cor/gênero no Brasil (2021). São Paulo: Sebrae, 2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Empreendedorismo%20Feminino/Empreendedorismo_por_ra%C3%A7a-cor_e_g%C3%AAnero_no_Brasil__2021_.pdf> Acesso em: Jan. 2025.

SILVA, Lenina Lopes S.; AZEVEDO, Márcio Adriano de. Reforma educativa a partir dos anos 1990: implementação na América Latina e Caribe, e particularidades brasileiras. **Holos**, v. 2, p. 250-260, 2012.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; NUNES, Danilo Henrique; DE MORAIS, Fausto Santos. Identidade, reconhecimento e personalidade: empreendedorismo da mulher negra. **Economic Analysis of Law Review**, v. 9, n. 3, p. 229-242, 2018.

SODRÉ, Muniz. O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Vozes, 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

UOL. "Não gosto de 'pretos no topo'. Se há, tem gente na base", diz jornalista. **UOL**, 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/11/17/evento-origens---painel-3.htm>> Acesso em: Fev. 2025.

VASCONCELOS, Guilherme. **Plano real e a financeirização do estado brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

ZOCKUN, Maria Helena et al. **Livre para crescer**: proposta para um Brasil moderno. São Paulo: Cultura, 1990.